



Universidade Federal de São Paulo
Campus Baixada Santista



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS
SOCIAIS**

ANA GABRIELA DA SILVA ALMEIDA PRADO

**CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DE MULHERES TRANS: ALGUNS
ELEMENTOS EM DESTAQUE**

SANTOS/SP
2021



ANA GABRIELA DA SILVA ALMEIDA PRADO

**CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DE MULHERES TRANS: ALGUNS
ELEMENTOS EM DESTAQUE**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais no Instituto Saúde e Sociedade, Campus Baixada Santista, Universidade Federal de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Terezinha de Fátima Rodrigues.

SANTOS/SP

2021



FICHA CATALOGRÁFICA

P896c Prado, Ana Gabriela da Silva Almeida .
CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DE MULHERES TRANS:
ALGUNS ELEMENTOS EM DESTAQUE. / Ana Gabriela da
Silva Almeida Prado; Orientadora Terezinha de
Fátima Rodrigues; Coorientador . -- Santos, 2021.
134 p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Serviço
Social e Políticas Sociais) -- Instituto Saúde e
Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2021.

1. Mulheres trans. 2. Direitos. 3.
Transexualidade. 4. Trabalho. 5. Políticas sociais.
I. Rodrigues, Terezinha de Fátima , Orient. II.
Título.

CDD 361.3



ANA GABRIELA DA SILVA ALMEIDA PRADO

**CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DE MULHERES TRANS: ALGUNS
ELEMENTOS EM DESTAQUE**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais no Instituto Saúde e Sociedade, Campus Baixada Santista, Universidade Federal de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Terezinha de Fátima Rodrigues.

BANCA EXAMINADORA

Prof.a. Dra. Terezinha de Fátima Rodrigues (UNIFESP)

Prof.a. Dra. Claudia M. F. Mazzei Nogueira (UNIFESP)

Prof.a. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ)

Prof. Dr. Renan Honório Quinalha (UNIFESP)



“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.
Processo de bolsa nº 88882.430513/2019-01.

“This study was partly financed by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”.



AGRADECIMENTOS

O processo do mestrado não foi uma experiência tranquila para mim! Em janeiro de 2020, recebi o diagnóstico de depressão. Uma doença emocional que muitas vezes não me permitiu sequer levantar da cama. Porém, mesmo adoecida, foi possível superar as adversidades e percorrer esse caminho na busca de finalizar essa pesquisa. Mas isso só foi possível com apoio de algumas pessoas, às quais gostaria de citar aqui.

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Prof.^a Terezinha de Fátima Rodrigues por sempre ter acreditado em mim e por nunca ter me desamparado, sendo ela mais que uma orientadora, e sim uma grande amiga.

Agradeço ao grande amigo de vida, Lucas Fernandes Alberto, vulgo Ik6, por nunca ter me abandonado e ter me ajudado como pode em todas as situações.

Agradeço a minha mais querida amiga, Letícia Yumy Tabosa Matsunaga que também esteve sempre presente, oferecendo todo tipo de apoio possível.

Sem vocês eu não teria conseguido chegar até aqui. Meu enorme e eterno obrigada! Gostaria ainda de agradecer, em especial, a duas colegas que contribuíram de forma significativa para essa pesquisa: Gui Zambot e Luana Assumpção Rocha. Vocês foram importantíssimas para essa pesquisa!

E por fim, deixo meu agradecimento a minha turma de mestrado que foi sempre muito companheira e solícita. Vocês se tornaram verdadeiros amigos que eu desejo levar pela vida toda.



Universidade Federal de São Paulo
Campus Baixada Santista



*Dedico essa dissertação a minha mãe, Vânia
Aparecida da Silva. Seu esforço me possibilitou
chegar aqui. Amo você!*



Universidade Federal de São Paulo
Campus Baixada Santista



Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (Karl Marx).



Resumo

Esse trabalho buscou conhecer as condições de vida que se apresentam para algumas mulheres trans evidenciando alguns elementos desse percurso, como o trabalho por exemplo, atrelado a observação do constituir-se como sujeito, para essas mulheres, processo marcado por trajetórias de preconceitos, violências e violações. No percurso metodológico, em uma abordagem qualitativa, além da revisão temática abordando os autores que tratam sobre o tema, foi aplicado um questionário, disponibilizado online, com o objetivo de conhecer o perfil das respondentes, as vivências em seu constituir-se como mulheres trans e as experiências vinculadas ao trabalho, experienciadas por essas mulheres. A transexualidade, por se tratar de identidade de gênero, está totalmente ligada à questão do gênero e carrega em si toda sua dimensão. Frente a isso refletimos sobre o gênero e como esse se constrói e se consolida bem como se expressa nas vivências de determinados sujeitos, como é o caso das mulheres trans. Consideramos que a contribuição deste Trabalho está em dar visibilidade a trajetórias de vida marcadas por violação de direitos e contribuir no campo das políticas sociais que atuam com este segmento, fortalecendo o enfrentamento das violências e a resistência da população transexual, em especial das mulheres trans.

Palavras-chave: transexualidade; mulheres trans; trabalho; direitos.



Abstract

The present work intends on understanding living conditions of trans women, focusing in particular on working conditions, while also observing the development of oneself to these women, who are often subjected to violations, prejudice and violence. On a methodological level, a qualitative approach was undertaken - besides reviewing authors known for addressing this particular issue, an online questionnaire was made available in order to profile respondents and get to know their stories.

Transsexuality, as it regards gender identity, is connected to the question of gender in its totality. Therefore, it is necessary to reflect about gender, how it is constructed and later consolidated as well as expressed through the lives of certain subjects, in this case, trans women.

This work contributes to public policy regarding trans women when it sheds light on often marginalized life trajectories scarred by violations of rights, enabling and emboldening the resistance of the trans population and trans women in particular. das mulheres trans.

Keywords: transexuality; trans women; work; rights



Lista de Quadros

Quadro 1	Procedimentos utilizados e número de mulheres que os realizam.....	64
Quadro 2	Situação das relações familiares das entrevistas.....	66
Quadro 3	Relação com colegas e professores durante o período escolar.....	70
Quadro 4	Maneiras que realizam acompanhamento de saúde.....	74
Quadro 5	Tratamento por sofrimento psíquico / doenças mentais.....	77
Quadro 6	Tipos de violência sofridos.....	79
Quadro 7	Vivência diária das entrevistadas.....	80
Quadro 8	Ocupação das entrevistadas.....	88
Quadro 9	Situações vividas pelas entrevistadas.....	90
Quadro 10	Ganho salarial das entrevistadas.....	92
Quadro 11	Satisfação e sensação em relação ao trabalho exercido.....	93
Quadro 12	Situações de preconceito vividas pelas respondentes.....	95
Quadro 13	Vivências no processo de busca por trabalho.....	96
Quadro 14	Documentos retificados.....	98
Quadro 15	Situação de trabalho e renda no contexto da pandemia	103



Lista de Figuras

Figura 1	Gráfico de faixa etária.....	23
Figura 2	Gráfico da escolaridade.....	24
Figura 3	Gráfico de fase de reconhecimento enquanto mulher trans.....	63
Figura 4	Gráfico do uso de serviço de saúde específico para população trans.....	74
Figura 5	Gráfico de tratamento por sofrimentos psíquicos / doença mental.....	77
Figura 6	Gráfico - violência em decorrência da condição de mulher trans.....	78
Figura 7	Imagem de relato extraído do Facebook.....	85
Figura 8	Gráfico sobre preconceito no local de trabalho.....	94



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	SER OU NÃO SER? Eis a questão!.....	26
2.1	Diversidade Sexual e de Gênero: categorias e conceitos.....	26
2.2	Gênese da Categoria Gênero.....	32
2.3	Gênero e as vertentes feministas.....	40
2.3.1	Epistemologias feministas - Transfeminismo.....	47
2.4	A Teoria Queer.....	50
2.5	O Marxismo e a Questão LGBTQ+.....	55
3	CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DE MULHERES TRANS.....	62
3.1	A vivência transsexual.....	62
3.2	A passabilidade enquanto questão de sobrevivência.....	82
3.3	Mulheres Trans e Trabalho.....	86
3.4	Mulheres Trans na Pandemia da Covid-19.....	101
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
	REFERÊNCIAS	
	ANEXOS/APÊNDICES	

A- Questionário

B- Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)



1 INTRODUÇÃO

Falar sobre o processo de aproximação com o objeto de pesquisa implica, no meu caso, revelar que na verdade não fui em quem encontrou o objeto, mas o objeto que me encontrou. E isso se deve ao fato de eu ter vivenciado particulares, mas não exclusivas, experiências ao longo da vida que me permitiram sensibilizar diante da questão.

Dentre essas vivências, as experiências no campo de estágio foram fundamentais nesta sensibilização, me fazendo indignar diante da experimentação extensa de violação dos direitos a que está submetida a população LGBTI+, em especial, as mulheres transexuais apenas por viverem sua sexualidade e/ou identidade de gênero de maneira distinta.

Ao longo da história humana é possível identificar as mais variadas formas de vivência da sexualidade e da identidade de gênero, bem como as diversas maneiras das sociedades em tratar a questão da diversidade.

A forma como as sociedades lidam com a diversidade sexual e de identidades está diretamente relacionada com a construção histórica, política e cultural. Porém, na maioria das culturas, principalmente nas culturas ocidentais, as esferas da sexualidade e identidade de gênero, encontram-se completamente delimitadas e pré-determinadas, permitindo apenas ao sujeito que ele se consolide enquanto ser cisgênero¹ e heterossexual². Tudo que se encontra fora desse padrão normativo passa a ser tratado como aberração, patologia ou como comportamento anti natural e imoral.

No caso do Brasil, país que apresenta altos índices de violência contra a população LGBT+³, e em específico, contra as travestis e mulheres transexuais, a diversidade sexual e de identidade ainda é tratada como “doença” ou como sinônimo

1 Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. também referenciado pela abreviação “cis” (JESUS, 2012, p. 14)

2 Pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica. (JESUS, 2012, p. 14)

3 Acrônimo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais. O termo foi aprovado no Brasil em 2008 em uma conferência nacional para debater os direitos humanos e políticas públicas de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais. E é o acrônimo que temos vigente atualmente. Por não saber qual seria o termo/acrônimo mais adequado na inclusão de todos e todas, já que há várias posições sobre esse tema, utilizaremos o LGBT e o + para sinalizar as demais identidades e orientações. (BRASIL, 2007)



de comportamento imoral.

Consideramos a transexualidade como uma vivência de gênero distinta da usualmente atribuída ao sexo biológico, ou seja, quando uma pessoa não se identifica com o gênero, seja feminino ou masculino, atribuído ao nascimento através dos órgãos sexuais (pênis = masculino / vagina = feminino). Portanto, refere-se a pessoa que nasce com pênis mas não se identifica com o gênero masculino e vice-versa⁴.

Observamos, a partir desta pesquisa, que as violações e violências para com as pessoas transexuais incidem de maneira mais intensa para as mulheres transexuais do que para os homens transexuais. Isso se agrava ainda mais no caso das mulheres trans, negras e empobrecidas.

Como poderemos observar ao longo deste trabalho, as violências em geral se iniciam no seio familiar, perpassam a vida escolar e contribuem para uma vida adulta com grandes dificuldades, sejam na esfera dos relacionamentos ou do exercício da vida social através de serviços públicos, privados, espaços de convívio social, reverberando diretamente na manutenção material da própria vida através do trabalho.

A exemplo disso podemos citar a entrevista de Taiane Miyake (a época coordenadora executiva da Comissão Municipal de Diversidade Sexual - CMDS de Santos) que declarou que as empresas da cidade não queriam o risco de ter sua marca associada aos estereótipos impostos às pessoas transexuais, evitando a contratação dessas pessoas e demarcando preconceitos. Para Miyake, muitas travestis e transexuais acabam “nas esquinas”, mesmo possuindo plenas condições de trabalhar, isso porque foram colocadas para fora de casa muito cedo, sem possibilidades de concluir os estudos formais (MIYAKE, 2018). Em Santos, são “nas esquinas” do Centro Velho que muitas mulheres transexuais encontram suas estratégias de sobrevivência. O bairro Centro contempla o “baixo meretrício”, o qual é “caracterizado por prostitutas que trabalham nas ruas ou paredões, as quais ficam sujeitas a maior vulnerabilidade do que aquelas que trabalham em casas de massagem, por exemplo” (OLIVEIRA, 2009, apud SANTOS, 2018, p. 35).

⁴ Há ainda pessoas transexuais não binárias, ou seja, pessoas que se consideram transexuais mas não se identificam nem com o gênero feminino nem com o gênero masculino, no entanto, essas pessoas não serão abordadas nesta pesquisa pois não adentra o escopo deste trabalho.



Essa realidade, no entanto, não se restringe a cidade de Santos, trata-se de uma realidade posta na grande maioria das cidades brasileiras. No sentido de compreender a realidade destas mulheres, este trabalho apresentou como objetivo, conhecer as trajetórias de vida e trabalho de mulheres transexuais, verificar quais as estratégias recorrem no sentido de sua sobrevivência material além de conhecer suas histórias de vida no constituir-se como sujeito, marcadas por trajetórias de preconceitos, violências e violações.

O percurso metodológico deste trabalho, no entanto, não foi linear nem simples. A complexidade das questões acerca da transexualidade bem como, de certo modo, o estudo recente referente à temática, exigiram em diversos momentos que os caminhos metodológicos fossem revistos, repensados e reconstruídos. Elaboramos inicialmente um estudo que se originava a partir da pesquisa bibliográfica, salientando teorias sobre a sexualidade para servir de fundamentação para a argumentação desta pesquisa, como os trabalhos de extrema relevância para a área como os de autores como Freud e Foucault.

A primeira etapa consistiu em um levantamento de obras, teses dissertações, artigos, relatórios e afins acerca da transexualidade, sendo delimitado em trabalhos que desenvolvessem sobre as vivências e direitos/violências/violações sofridas pelas pessoas trans. Também solicitamos à Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, por e-mail, documentos e orientações que pudesse nos auxiliar neste processo, e-mail que foi respondido pela presidente Keila Simpson, com a indicação de que todos documentos estavam no site da associação. A partir deste levantamento inicial, nos debruçamos em fontes recorrentes, tais como Butler, Badinter, Jesus. Foi possível observar a recorrência acerca da questão sobre o trabalho, principalmente para mulheres transexuais, o que nos levou a segunda etapa da pesquisa bibliográfica, referenciada sobre o trabalho na sociedade atual. A partir da perspectiva crítica, nos aproximamos de autores como Nogueira, Antunes, dentre outros.

Como pudemos perceber, o trabalho na sociedade capitalista se apresenta de maneira distinta para alguns segmentos populacionais, ainda que inseridos em uma mesma classe, no caso, a classe trabalhadora. Assim é o trabalho para as mulheres. Quando do aprofundamento dessas reflexões articulando aos objetivos de nosso



estudo, nos pareceu latente as perguntas: O que é ser mulher? O que significa o gênero feminino. E foi então necessária, no contexto da estruturação do presente trabalho, a definição e escolhas quanto à estruturação teórica, inicialmente prevista, no sentido de aprofundar a relação transexualidade, gênero e trabalho.

Inicialmente prevíamos aprofundar teoricamente as teorias da sexualidade, a partir das contribuições de Freud e Foucault mas o adensamento das reflexões teóricas nos levou a outros percursos, priorizando a categoria gênero e suas construções na sociedade capitalista, a partir do movimento feminista. A construção teórica nos levou ainda, à reflexão sobre o marxismo e as questões LGBT ampliando as análises no contexto da teoria social crítica.

Quanto à pesquisa de campo, alterações também se fizeram necessárias. Inicialmente tínhamos a intenção de realizar a pesquisa de campo, com mulheres trans em Santos/SP, por meio da realização de oito entrevistas, semiestruturadas que correspondessem aos recortes geracionais, de classe e raça. Na escolha das participantes, buscaríamos como critérios, mulheres no mercado formal de trabalho e outras que sobrevivessem de forma precária e mesmo, nas ruas, na prostituição. Tínhamos o plano inicial de realizar o contato por meio do Ambulatório de Transexualidade existente no Hospital Guilherme Álvaro e da Comissão Municipal de Diversidade Sexual de Santos (CMDS). No caso da CMDS, não nos retornou em nossas solicitações, restando a intermediação junto ao Hospital Guilherme Álvaro. Porém, com a instalação da pandemia de COVID-19⁵, e, infelizmente, o óbito da assistente social do hospital que estávamos conversando, na mediação junto às mulheres trans, isto também não foi possível, o que nos exigiu repensar e redefinir o percurso metodológico.

Sem possibilidades de contatar mulheres trans, residentes em Santos, decidimos outro caminho, ampliando o escopo da pesquisa. Objetivando acessar um maior número de mulheres, elaboramos um questionário online, pela plataforma *Google Forms*, constituído por 40⁶ questões, divididas em 4 seções. A primeira, relativa ao *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* que visou informar as

5 COVID-19 é a doença infecciosa respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS declarou o surto uma pandemia devido ao seu grau de espalhamento pelo mundo. (OPAS, 2020)

6 Incluindo nessa conta a questão sobre aceitar participar da pesquisa.



participantes sobre as questões referentes à pesquisa como seu objetivo, os dados das pesquisadoras e a instituição, os possíveis ônus da participação, dentre outras.

A segunda, intitulada *Identificação*, se ocupou em levantar as informações acerca do perfil das participantes, como idade, estado civil, residência, raça, deficiência física e grau escolar. A terceira, *Condição de mulher trans*, se preocupou em apresentar questões referentes às experiências de vida das participantes, como por exemplo, o período de reconhecimento enquanto mulher trans; o processo de transição corporal; o processo de redesignação sexual; dentre outros. A quarta e última seção, *Condições de trabalho*, apresentou questões referentes ao mundo do trabalho, se atentando para a possibilidade da não existência de trabalho (mulheres sustentadas pela família ou recebendo algum benefício do governo).

Após a elaboração do questionário, realizamos o pré-teste que consistiu no envio do questionário para duas mulheres trans com intuito de que as mesmas apontassem possíveis falhas, erros, dubiedades nas questões, ou ainda, outros pontos relevantes. Ambas responderam ao questionário e apontaram pormenores nas questões como erros ortográficos ou falta de clareza em uma ou outra questão, levando à reformulação e correção. Uma destas mulheres apresentou uma questão de extrema pertinência para o trabalho. A não inclusão das travestis no conjunto das questões.

Esse apontamento demandou a reflexão sobre a travestilidade, exigindo que voltássemos às pesquisas afim de compreender sobre o que é ser uma travesti e se isso significava o mesmo que ser uma transsexual. Considerando as pesquisas sobre travestilidade e a complexidade da discussão, definimos não diferenciar mulheres travestis de mulheres trans, visto, a compreensão em muitos estudos do não reconhecimento de diferenças entre as travestis e as mulheres trans.

Após a reformulação do questionário foi realizada ampla divulgação nas redes sociais (facebook, twitter, Instagram e WhatsApp, com sua atividade mais intensa no facebook) e demais grupos e coletivos conhecidos vinculados à pauta LGBTQI+, ficando o questionário aberto para respostas no período de 19 de setembro a 19 de novembro de 2020. Ampliando a divulgação e convite para participação na pesquisa, contatamos ainda a ANTRA, o IBTE Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE, a CMDS dentre outras, através de e-mail e pela página do facebook, porém sem

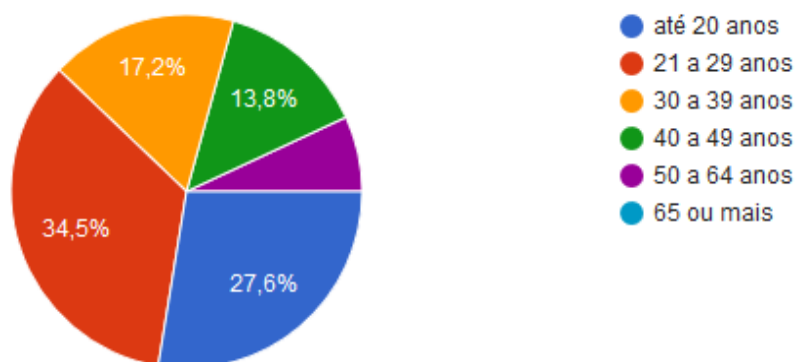


respostas.

Quanto às respostas ao questionário, obtivemos respostas de 29 mulheres trans. Das 27 unidades federativas do país, conseguimos respostas de 9, desde as mais próximas do estado de São Paulo, onde a pesquisa se constituiu, até as mais distantes, como Acre.

Das 29 participantes, 11 são da cidade de São Paulo (de onde obtivemos o maior número de respostas); 6 de cidades do interior do estado de São Paulo; 3 de cidades da região da Baixada Santista; 2 da Bahia; 2 do Paraná (ambas de Curitiba); 1 do Rio de Janeiro; 1 do Rio Grande do Sul (interior do estado); 1 de Minas Gerais; 1 da Paraíba e 1 do Acre (Rio Branco Capital). Destas 29 mulheres, 8 encontravam-se na faixa etária até 20 anos; 10 entre 21 e 29 anos; 5 de 30 a 39; 4 de 40 a 49 e 2 de 50 a 64 anos. Verifica-se a abrangência do questionário e recortes geracionais no conjunto das respondentes.

Figura 1 - Gráfico da Faixa Etária



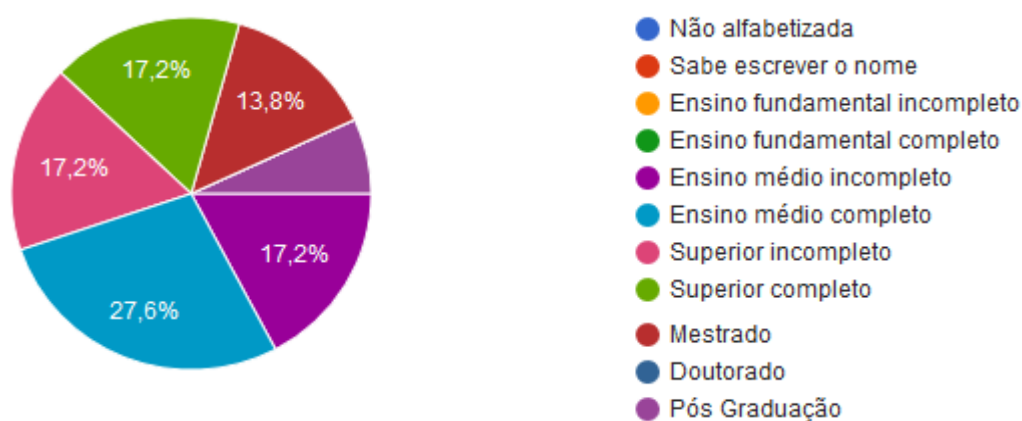
Fonte: Questionário, 2020.

Das 29 mulheres, 23 (79,3%) responderam se considerar brancas, 5 (17,2%) pardas e apenas 1 (3,4%) preta. 24 (82,8%) destas mulheres são solteiras, 3 (10,3%) casadas, 1 (3,4%) separada e 1 (3,4%) vive em união estável. Nenhuma das 29 mulheres informou residir nas ruas ou em abrigos sejam municipais ou específicos para pessoas transexuais.

Das 29 respondentes, apenas 2 (6,9%) informaram possuir algum tipo de deficiência, sendo 1 com deficiência auditiva e 1 com deficiência mental.

Sobre a escolaridade das mulheres trans respondentes do questionário, 5 (17,2%) declararam possuir o ensino médio incompleto; 8 (27,6%) o ensino médio completo; 5 (17,2%) superior incompleto; 5 (17,2%) superior completo; 2 (6,9%) pós-graduação e 4 (13,8%) mestrado.

Figura 2 - Gráfico da Escolaridade



Fonte: Questionário, 2020.

Nossas respondentes revelam o acesso ao nível superior e a pós graduação, porém, é considerável, dentre as mulheres trans que responderam ao nosso questionário, a não conclusão do ensino médio, o que de certo prejudica a formação profissional e consequentemente a inserção no mercado formal de trabalho.

Portanto, diante das respostas obtidas, é possível analisar as vivências das mulheres transexuais bem como as questões relacionadas ao trabalho, visto que, embora as mulheres acessadas por esse questionário sejam em sua maioria brancas e com certo grau de escolarização, ainda são mulheres transexuais ocupando os espaços na sociedade burguesa, sociedade essa conservadora, patriarcal, machista, racista, homofóbica e transfóbica. Portanto, é possível investigar, a partir destas respostas, as relações de vida e de trabalho postas para as mulheres transexuais na sociedade capitalista.



Com isto, no sentido da estruturação desta dissertação, temos no capítulo I - “Ser ou não ser? Eis a questão”, a reflexão de categorias e conceitos referentes às terminologias utilizadas com o aprofundamento teórico da categoria gênero, perpassando pelo movimento feminista e suas vertentes e epistemologias; ainda, a dimensão da transexualidade no movimento feminista, bem como o transfeminismo, seguindo pela chamada *teoria queer*⁷ e encerrando com a relação do marxismo, necessária para a análise das relações da sociedade atual e as questões LGBT+.

No capítulo II - *A realidade da vida transexual* - apresentamos os dados de relatórios de associações, movimentos sociais e entidades que atuam no âmbito da defesa e promoção dos direitos LGBT+, bem como de artigos, dissertações, teses, dentre outros sobre a temática, construindo um percurso de vivências experienciadas pela população LGBT+ apresentando a reflexão sobre o trabalho para mulher transexual. Neste capítulo apresentamos ainda, os dados e vivências levantados pelo questionário revelando a dimensão das relações de vida e de trabalho postas para as mulheres transexuais na sociedade contemporânea.

Por fim, nas considerações finais, ressaltamos a dimensão das respostas obtidas evidenciando as experiências relatadas em nosso questionário articuladas com as reflexões teóricas que o estudo possibilitou.

No sentido de contribuição, esperamos que este trabalho possa desvelar a essência das relações postas para as mulheres transexuais, tanto nas trajetórias de vida quanto de trabalho, demonstrando como as violências e violações vividas por estas mulheres possuem uma dimensão política, associada diretamente com a luta de classes.

7 O termo foi cunhado por Teresa de Laurentis em uma conferência realizada na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, em fevereiro de 1990, a fim de teorizar sobre as sexualidades gays e lésbicas. “(...) a teoria queer e os estudos queer propõem um enfoque não tanto sobre as populações específicas, mas sobre os processos de categorização sexual e sua desconstrução.” (GAMSON, 2006, p. 347 apud SOUZA, 2008, p. 14)



2 SER OU NÃO SER? Eis a questão!

Neste capítulo discutimos sobre o ser e a constituição enquanto sujeitos na dinâmica da vida perpassada pelas relações sociais. Quem somos? Como somos? Porque somos? Pra quem somos? Essas são perguntas balizadoras para compreender a transexualidade feminina. O que é ser mulher? Como é ser mulher trans na sociedade burguesa?

O gênero e sua construção no movimento feminista nos acende a luz para iluminar o caminho na busca de respostas. A apreensão do feminismo nos revela nuances deste movimento que hora avança hora retrocede, que em algumas segmentações, hora abarca e hora segrega. O mesmo vale para a relação do marxismo com a questão LGBTQ+, que serve de base teórica para a análise da relação entre as vivências transexuais na sociedade burguesa.

2.1 Diversidade Sexual e de Gênero: categorias e conceitos

Pensar a diversidade sexual exclusivamente como fator subjetivo, da esfera psicológica, nos leva a excluir a construção social da heteronormatividade e dos papéis de gênero, por exemplo. Por outro lado, pensar a questão da diversidade apenas como produto da construção social determinada a partir da organização social, ignorando a esfera do subjetivo, do desejo, nos leva a um paradoxo. Pois, se fosse a construção sexual, o único determinante das diversidades, não teríamos em uma sociedade, indivíduos homossexuais ou com identidades diversas, visto que a sociedade, estruturada nos moldes binários: burguês, patriarcal, heterossexual e cisgênero, está ordenada de modo a criar os sujeitos a partir desta ideologia. Portanto, como exemplo, se a construção social bastasse, o desejo de revolução não afloraria nunca.

Assumimos, portanto, que a diversidade sexual e de gênero é, além de parte da natureza do ser humano, uma soma complexa tanto do subjetivo individual quanto das construções sociais.

Diante da complexidade da temática acerca das diversidades sexual e de



identidade, consideramos importante e necessário, realizar a distinção conceitual entre as categorias sexo e orientação sexual e gênero, papéis de gênero e identidade de gênero assumidos por nós, para trabalhar posteriormente avançarmos no conceito de transexualidade.

O sexo biológico trata diretamente das características biológicas do corpo, mais especificamente, do órgão sexual de nascimento. Biologicamente, a designação que temos é masculino para o órgão reprodutor com pênis e feminino para o órgão com vulva. É a partir dessa designação que socialmente se atribui o gênero. Quem nasce com o sexo masculino será do gênero masculino e assim também em relação a quem nasce com vagina.

Para alguns autores da *teoria queer* essa designação está ultrapassada e precisa ser ressignificada, pois, como apontou Foucault, “o sexo biológico é fruto de um efeito discursivo.” (SOUZA, 2008, p. 20). E segundo Sterling, a atribuição do sexo biológico, bem como no gênero, apresentam muito de construção social. (QUEIROZ, 2016)

Atualmente essa concepção (pênis sexo masculino / vagina sexo feminino) evolui e se transforma, visto que é possível, na retificação dos documentos, alterar também o sexo, mesmo sem a realização de cirurgia de redesignação de sexo.

A orientação sexual refere-se a atração afetiva e sexual que o indivíduo sente por outra pessoa. Ela pode ser uma orientação heterossexual (interesse pelo sexo oposto), homossexual (interesse pelo mesmo sexo) ou bissexual (interesse por ambos os sexos). Pode-se considerar ainda a assexualidade (ausência de atração sexual) e a pansexualidade que se refere a atração, seja sexual emocional ou romântica, independente de sexo ou identidade de gênero.

Segundo Miskolci (2013), a heterossexualidade é compulsória, ou seja, a sociedade imputa automaticamente a heterossexualidade aos indivíduos, exercendo enorme influência para tal. Para o professor, a heterossexualidade não é natural, ela é um comportamento induzido socialmente através do que considera adestramento. (MISKOLCI, 2013). Para Butler, essa dicotomia homo/heterossexualidade são constructos sociais com finalidade determinada, visando garantir a hegemonia do grupo dominante. (MISKOLCI, 2008)

O gênero trata diretamente da maneira que o indivíduo se identifica e se



relaciona com o mundo. Não depende, portanto, do sexo biológico para se constituir. No entanto, a construção social dos gêneros (homem/mulher) tem grande influência das relações sociais segundo as quais está organizada cada sociedade.

Ao nascer, verifica-se o órgão genital presente, se o corpo apresentar um pênis, a criança receberá determinada educação, se apresentar uma vagina, outra. Assim são atribuídos os gêneros e conseqüentemente, os papéis de gênero que os indivíduos irão apresentar aos se relacionar com o mundo e com a sociedade.

Porém, tratando o gênero como uma construção social, ele se apresentará de maneira distinta em cada organização social e será construído de acordo com as demandas e interesses de cada sociedade.

Mulheres de países nórdicos têm características que, para nossa cultura, são tidas como masculinas. Ser masculino no Brasil é diferente do que é ser masculino no Japão ou mesmo na Argentina. Há culturas para as quais não é o órgão genital que define o sexo. Ser masculino ou feminino, homem ou mulher, é uma questão de gênero. Logo, o conceito básico para entendermos homens e mulheres é o de gênero (JESUS, 2012, p. 06).

Importante salientar que na sociedade brasileira, o conservadorismo, além de estabelecer padrões normativos de comportamento, tratou de definir os papéis dos sujeitos na sociedade. Papéis esses que, embora não sejam exclusividade da sociedade capitalista, foram estrategicamente apropriados pelo capital.

A identidade de gênero refere-se a maneira como a pessoa se identifica e se reconhece, e pode estar em acordo ou não com o sexo e o gênero atribuídos ao nascimento.

Conforme os Princípios de Yogyakarta⁸, identidade de gênero é a:

Vivência interna e individual do gênero tal como sentida

8A Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos, em nome de uma coalizão de organizações de direitos humanos, realizaram um projeto com o objetivo de desenvolver um conjunto de princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero, no sentido de dar mais clareza e coerência às obrigações de direitos humanos dos Estados. Um grupo eminente de especialistas em direitos humanos preparou um documento preliminar, desenvolveu, discutiu e refinou esses Princípios. Depois de uma reunião de especialistas, realizada na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta, Indonésia, entre 6 e 9 de novembro de 2006, 29 eminentes especialistas de 25 países, com experiências diversas e conhecimento relevante das questões da legislação de direitos humanos, adotaram por unanimidade os Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero. (CORRÊA E MUNTARBHORN, 2006, p. 8)



profundamente por cada pessoa, a qual pode ou não corresponder com o sexo assignado ao momento do nascimento, inclusive a vivência pessoal do corpo (que pode envolver a modificação da aparência ou da função corporal através de meios médicos, cirúrgicos ou de outra natureza desde que seja por sua livre decisão) e outras expressões de gênero, incluindo a vestimenta, o modo de falar e a conduta (CORRÊA E MUNTARBHORN, 2006, p. 10).

A sociedade estabelece como padrão, o modelo hegemônico binário resumido entre homens e mulheres, o que é determinado a partir do modelo, também binário, de sexo. Ou seja, pênis é masculino e vagina o feminino e, portanto, as identidades de gênero “devem” ser condizentes com isso.

Essa ideologia, no entanto, ignora, por completo, o fato de que as identidades, os papéis atribuídos e as sexualidades são construções sociais e se estabelecem de formas distintas em sociedades e tempos diferentes, de acordo com as necessidades e/ou interesses. “Trânsitos entre gêneros passaram a ser interpretados como doenças e, neste sentido, pessoas que se identificam como membros do sexo oposto a seu sexo biológico tornam-se objeto exclusivo da medicina.”(BENTO, 2008 apud SOARES, 2018, p. 27).

A palavra transexual tem sua origem do latim, e sugere que trans significa “através, do outro lado”, indicando a ideia de transitar de um sexo para outro. Segundo Jesus (2012), “transgênero é um conceito que abrange um grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (p.14), e “transexual é um termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. (p. 15).

A transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição confronta-se à aceita pela medicina e pelas ciências psi que a qualificam como uma “doença mental” e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero. Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-la, fixá-la em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária (BENTO, 2008, p.14 apud SOARES, 2018, p. 29).

Já as travestis são as” pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino,



mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero.” (JESUS, 2012, p. 09)

Travestis são aquelas que promovem modificações nas formas do seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia⁹ de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina (BENEDETTI, 2005, p. 18 apud SOARES, 2018, p.31-32).

Porém, como aponta Soares (2018, p.31), “não há consenso na academia, nos movimentos sociais e nem nos discursos de pessoas transexuais e travestis sobre a diferença entre os termos travesti e transexual.”

Conforme Barbosa (2010) é possível observar pessoas que se compreendem transexuais e que não se encontram em descontentamento com seu órgão genital. Fato é, possível de observar neste mesmo trabalho, que o discurso médico parece fundamentar a diferenciação entre a travestilidade e a transexualidade, a partir de suas classificações patologizantes, reverberando numa compreensão, por alguns discursos indicados, de que a mulher transexual seria mais “mulher” ou seria “mulher de verdade” enquanto a travesti não.

Essa atribuição da mulher transexual ser “mais mulher” que a travesti, pode ser explicado através da denominação usada por Hirschfeld,¹⁰ de ‘transexualismo psíquico’ ao referir-se ao que compreendeu ser uma variação “ou um tipo específico que chamou de travestismo”. (LEITE JR, 2008, p. 178) o que pode ter servido para gerar a concepção de que, como já dito, a mulher transexual é “a mulher verdadeira” enquanto a travesti não.

9 Segundo Barbosa (2010) essa convenção sobre as diferenças entre travestis e transexuais têm como base as concepções médico-psiquiátricas, expressas pelas especificações destes conceitos no CID 10. e no DSM IV. Tais definições continuam semelhantes às definições de Harry Benjamin, autor que sistematizou o conceito de transexualismo na década de 1950. Para Benjamin, as diferenças básicas entre travestis e transexuais encontram-se na relação que cada qual mantém com seu respectivo órgão genital e com o desejo da cirurgia de transgenitalização: enquanto as travestis não desejam esta cirurgia e sentem prazer com o órgão genital, as transexuais a desejam e sentem desconforto e “profunda infelicidade” em relação ao seu órgão genital. Para o autor, isso estaria associado ao desenvolvimento de convicções distintas de identidade de gênero, assim, as travestis não se sentem mulheres, sabem que são homens, enquanto as transexuais afirmam que sempre se sentiram mulheres, desde o nascimento.” (p. 15-16)

10 Como aponta Leite Jr. (2008, p. 178) não há uma exatidão clara na data do uso deste termo por Hirschfeld.



(...) os termos “transexualismo” e “transexual” passam a colonizar gradativamente os livros biomédicos, os textos das ciências da psique, os debates militantes, a mídia e o imaginário social. Coroando o ápice do reconhecimento social de patologias, em 1980, o Código Internacional de Doenças (CID), organizado pela Organização Mundial de Saúde, inclui pela primeira vez o “transexualismo” (LEITE JR, 2008, 179).

No entanto, neste trabalho não nos interessa classificar muito menos diferenciar as mulheres transexuais e as travestis. Tratamos nesta pesquisa, sobre o trabalho para as mulheres transexuais, sem adentrar no escopo das diferenciações travestis – mulheres trans.

No que se refere a transexualidade, muitas são as teorias explicativas. Algumas sugerem que a transexualidade é um distúrbio de origem mental, outras revelam indícios de uma origem genética, outras que se trata de uma indução social. Porém, fato é, que existem relatos sobre a transexualidade, na área científica, que remetem ao início das civilizações. Encontram-se referências ao período do Império Romano, como o caso do Imperador Heliogábalo (218 a 222), um dos mais famosos.

Segundo aponta Leite (2009), após vários casamentos fracassados, o Imperador acabou se casando com Herodiano, um escravo auriga do qual o Imperador se dizia amante, mulher e rainha, tendo inclusive oferecido “a metade de seu império a um médico que transformasse seu órgão sexual masculino em uma genitália feminina” (p. 17).

Há ainda relatos de pessoas transexuais na Igreja Católica (Papa João VIII); no período da Renascença (Rei Henrique III, da França) e nos Estados Unidos com o primeiro governador colonial de Nova York, Lorde Cornbury (LEITE, 2009, p. 17).

(...) O sentimento de ser do outro sexo, que os transexuais afirmam possuir, é provavelmente tão antigo quanto qualquer outra expressão da sexualidade. Da mitologia greco-romana ao século XIX passando pelas mais variadas fontes literárias e antropológicas, encontramos relatos de personagens que se vestiam como membros do outro sexo, dizendo sentir-se como do outro sexo (CECCARELLI, 1998, apud LEITE, 2009, p. 18)

No Brasil, a temática acerca da homossexualidade, assim como no resto do mundo, também pode ser encontrada na literatura referente aos primeiros povos do



país.

Fernandes (2016) traça um “roteiro histórico-bibliográfico sobre a homossexualidade indígena no Brasil” e apresenta interessantes relatos dos mais variados autores (em geral colonizadores) sobre as vivências e práticas da sexualidade dos diversos povos.

A homossexualidade indígena aparece de múltiplas formas em diversas fontes desde o início da colonização do Brasil. Autores como Gaspar de Carvajal (1540), Padre Manuel da Nóbrega (1549), Padre Pero Correia (1551), Jean de Léry (1557), Pero de Magalhães Gandavo (1576) e Gabriel Soares de Sousa (1587) fazem referência à homossexualidade indígena, especialmente entre os Tupinambá (FERNANDES, 2016, p. 17)

Inclui-se aqui relatos que remetem diretamente a transexualidade também nos povos indígenas. A seguir, destacamos dois interessantes relatos¹¹ apresentados por Fernandes (2016).

Algumas Índias ha que tambem entre elles determinam de ser castas, as quaes nam conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercicio de mulheres e imitam os homens e seguem seus officios, como senam fossem femeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos, e vão á guerra com seus arcos e frechas, e á caça perseverando sempre na companhia dos homens, e cada uma tem mulher que a serve, com quem diz que he casada, e assim se communicam e conversam como marido e mulher (GANDAVO, 1858 [1576]: 47-48 apud FERNANDES, 2016, p. 17).

Ele¹² vivia com as mulheres e, à semelhança delas, mantinha em geral os cabelos nitidamente mais longos que os outros homens, e só executava trabalhos femininos: ele sabia “tecer” e fabricava, com os dentes de animais que os caçadores lhe ofereciam, colares que demonstravam um gosto e disposições artísticos muito melhor expressos do que nas obras das mulheres. Enfim, ele era evidentemente proprietário de um cesto [em contrapartida ao arco, epítome da masculinidade] [...]. Esse pederasta incompreensível vivia como uma mulher e havia adotado as atitudes e comportamentos próprios desse sexo. Ele recusava, por exemplo, tão seguramente o contato de um arco como um caçador o do cesto;

11 Mantivemos os relatos com a exata escrita que se apresentava.

12 Na etnologia brasileira, o caso mais conhecido de um indígena homossexual certamente é aquele trazido por Pierre Clastres, no capítulo intitulado “O arco e o cesto”, em *A Sociedade contra o Estado* (1974). Nele, o autor reflete sobre Krembegi, um índio Guayaki homossexual. Esse personagem, encontrado por Clastres durante seu período de campo no Paraguai, na década de 1960, era, nos dizeres do autor, na verdade um sodomita (FERNANDES, 2016, p. 21).



ele considerava que seu lugar natural era o mundo das mulheres. Krembegi era homossexual porque era pane [ou seja, tinha azar na caça]. [...] para os próprios Guayaki ele era um kyrypy-meno (ânus-fazer amor) porque era pane. (CLASTRES, 2003: 126 apud FERNANDES, 2016, p. 21)

Entretanto, não é o objetivo deste trabalho esgotar a reflexão acerca da transexualidade, tampouco determinar se esta é de origem psicológica, social, ou se, como acreditamos, é uma somatória tanto do subjetivo quanto da construção social sendo parte natural da sexualidade e diversidade humana. Objetivamos promover uma reflexão sobre as vivências das mulheres transexuais e a realidade que se apresenta para estas pessoas no contexto atual.

2.2 Gênese da categoria Gênero

Consideramos que apreender as questões referentes à transexualidade exige aprofundarmos a reflexão sobre gênero, que:

Conforme entendem Louro (1998, 2000), Oliveira (1998) e Scott (1988), o conceito de gênero é relacional e político, independe das bases biológicas, como o sexo, e determina, entre os seres humanos, papéis que eles exercem na sociedade – o que de forma alguma se restringe à sexualidade. (apud JESUS, 2013, p. 2)

A gênese e a construção da noção de gênero está diretamente ligada ao percurso do movimento feminista que, durante o século XX, ficou marcado pela elaboração da mulher enquanto sujeito de análise, bem como pela construção e validação para as ciências sociais da mulher enquanto sujeito e objeto de investigação (PULCINO, 2015, p.1). Para Garcia,

O feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim (2011, p. 13).

Para a autora, o feminismo é “uma consciência crítica que ressalta as



tensões e contradições que encerram todos esses discursos que intencionalmente confundem o masculino com o universal” (GARCIA, 2011, p. 14).

Temos, ao longo da trajetória do feminismo quatro conceitos-chave estreitamente correlacionados e que “servem como instrumentos de análise para examinar as sociedades atuais, detectar os mecanismos de exclusão, conhecer suas causas e propor soluções para modificar essa realidade” (GARCIA, 2011, p. 15), sendo eles: o androcentrismo, o patriarcado, o sexismo e gênero.

O androcentrismo se refere à ideia de que o mundo é masculino sendo atribuído ao homem a representação e a medida de todas as coisas. (GARCIA, 2011, p. 15)

O patriarcado¹³ é analisado enquanto um sistema político em meados dos anos 1970 do século XX, pelo denominado Feminismo Radical¹⁴ que o utiliza como conceito primordial em suas análises. (GARCIA, 2011) Para essa vertente/corrente do feminismo, o patriarcado pode ser definido como:

Forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, no qual se dá o predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, dos velhos sobre os jovens, e da linhagem paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu da tomada de poder histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica por meio dos mitos e da religião que o perpetuam como única estrutura possível (REGUANT, 1996, p. 20 apud GARCIA, 2011, p. 16).

O sexismo, segundo Garcia (2011) “se define como o conjunto de todos e cada um dos métodos empregados no seio do patriarcado para manter em situação de inferioridade, subordinação e exploração o sexo dominado: o feminino” (GARCIA, 2011, p.18-19). Ou seja, se trata de uma ideologia que favorece, salvaguarda e perpetua os mecanismos que reforçam a subordinação das mulheres. (GARCIA, 2011).

13 Até que a teoria feminista o redefiniu, se considerava o patriarcado como o governo dos patriarcas, cuja autoridade provinha de sua sabedoria. A partir do século XIX, quando começaram a ser desenvolvidas teorias que explicam a hegemonia masculina, passou-se a utilizar o termo em seu sentido crítico (GARCIA, 2011, p. 16).

14 Feminismo Radical é o termo cunhado para descrever o movimento feminista originado no que se denominada Segunda Onda do feminismo. Atualmente, hoje feminismo radical pode ser considerado uma vertente do feminismo tendo sua gênese neste movimento de Segunda Onda. Trataremos com mais profundidade sobre a origem e vertente mais adiante em item que fará uma breve incursão no movimento feminista.



Já o gênero, ponto fundamental para nossa discussão, é também a categoria central da teoria feminista.

Gênero não é sinônimo de sexo. Quando falamos de sexo estamos nos referindo à biologia - as diferenças físicas entre os corpos - e ao falar de gênero, as normas e condutas determinadas para homens e mulheres em função do sexo. (...) O propósito principal dos estudos de gênero ou da teoria feminista é o de desmontar o preconceito de que a biologia determina o feminino enquanto o cultural ou humano é criação masculina.(GARCIA, 2011, p. 19-20).

Dois pontos - teórico e outro prático - são destacados por diversas autoras como momentos-chave na construção do feminismo moderno, considerado a primeira onda do feminismo. O teórico relaciona-se à obra de Poulin de La Barre (1673), intitulada 'Sobre a igualdade entre os sexos'. O prático se refere ao movimento de mulheres durante a Revolução Francesa (GARCIA, 2011, p. 38).

A obra¹⁵ de La Barre é apontada como a primeira obra feminista dedicada a defender a igualdade sexual abandonando o estatuto da guerra entre os sexos e enfatizando o pensamento sobre a igualdade entre os sexos, tendo como principal defesa o acesso das mulheres à educação como caminho para suprimir a desigualdade existente entre homens e mulheres (GARCIA, 2011, p. 38). É de sua autoria a célebre frase: “a mente não tem sexo’ e inaugurou uma das principais reivindicações do feminismo tanto naquela que se costuma chamar de primeira quanto na segunda onda do feminismo: a educação” (GARCIA, 2011, p. 38-39).

Já o movimento de mulheres deve ser analisado em uma dimensão histórico-política. Será na transição entre a Idade Moderna e a Contemporânea, caracterizada pelo avanço científico e técnico e nos processos de revoluções políticas que derrubaram o Absolutismo e instauraram a democracia e também nos marcos da Revolução Industrial que Thomas Jefferson¹⁶ redigiu, nos Estados

15 Em sua obra, aplica os critérios da racionalidade às relações entre os gêneros. Antecipando-se aos iluministas, critica especialmente o apego aos preconceitos e defende o acesso ao saber às mulheres como remédio contra a desigualdade e como parte do caminho ao progresso que responde aos interesses da verdade. O filósofo publicou outros textos sobre o mesmo tema. Sua intenção era mostrar como se pode combater a desigualdade sexual por meio da educação e quis desmontar racionalmente as argumentações daqueles que defendiam a inferioridade das mulheres. (GARCIA, 2011, p. 38-39)

16 Thomas Jefferson (Shadwell, 13 de abril de 1743 – Charlottesville, 4 de julho de 1826) foi o terceiro presidente dos Estados Unidos (1801-1809) e o principal autor da declaração de



Unidos (1776), a Declaração de Independência e na França se proclamou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (GARCIA, 2011, p. 39). Iniciava-se um novo modo de pensar que se baseava na defesa da igualdade e da cidadania. (GARCIA, 2011, p. 39) porém, que ainda não incluía¹⁷ as mulheres pois reforçava o androcentrismo, tendo o homem como medida universal.

Apesar da misoginia presente no pensamento filosófico da maior parte dos intelectuais da época, toda mudança política que supôs a Revolução Francesa, teve como consequência o nascimento do feminismo e ao mesmo tempo sua absoluta rejeição e violenta repressão (GARCIA, 2011, p. 40).

Entretanto, como aponta Garcia (2011), foi a partir das premissas da razão ilustrada, caracterizada pela 'universalidade' - todos os homens nascem livres e iguais e, portanto, com os mesmos direitos - que as mulheres puderam denunciar sua exclusão através da própria contradição.

Nesse sentido, o feminismo supôs a efetiva radicalização do projeto igualitário ilustrado. A razão ilustrada, fundamentalmente crítica, possui a capacidade de voltar-se sobre si mesma e detectar suas próprias contradições. E foi dessa maneira que as mulheres da Revolução Francesa a utilizaram quando observaram com espanto como o novo Estado revolucionário não encontrava contradição alguma em defender a igualdade universal e deixar sem direitos civis e políticos todas as mulheres (GARCIA, 2011, p. 40).

Podemos ainda citar processos importantes para a construção do feminismo moderno, como por exemplo: os Cadernos de Queixas¹⁸ (Cahiers de Doléance) escritos pelas mulheres após serem excluídas da convocação dos Estados Gerais, por parte de Luís XVI (GARCIA, 2011); a marcha até Versalhes

independência (1776) dos Estados Unidos. Jefferson foi um dos mais influentes *Founding Fathers* (os "Pais Fundadores" da nação), conhecido pela sua promoção dos ideais do republicanismo nos Estados Unidos.

17 Rousseau, um dos principais teóricos do período, filósofo radical que pretendia desmascarar qualquer poder ilegítimo, que nem admitia a força como critério de desigualdade, que apela à liberdade como um tipo de bem que ninguém está autorizado a alienar e que defendia a ideia de distribuir o poder igualmente entre todos os indivíduos, afirmava que a sujeição da mulher e sua exclusão é desejável. E mais, constrói o novo modelo de família moderna e o novo ideal de feminilidade (GARCIA, 2011, p. 39-40).

18 Neles, as mulheres que se autodenominavam "o terceiro Estado do terceiro Estado", mostraram sua clara consciência de coletivo oprimido. Nesses cadernos, expressaram seu direito à educação, ao trabalho, direitos matrimoniais e direito ao voto. Também reivindicavam que a prostituição fosse abolida bem como os maus-tratos e os abusos dentro do casamento (GARCIA, 2011, p. 41).



de 6 mil mulheres parisienses transportando o rei a Paris dificultando sua evasão e fuga dos problemas do povo; a apresentação de uma petição junto à Assembleia Nacional “em que denunciavam a ‘aristocracia masculina’ e propunham a abolição dos privilégios do sexo masculino, tal e qual se estava fazendo com os privilégios dos nobres sobre o povo” (GARCIA, 2011, p. 41-42).

Esses processos importantes abriram precedentes para a organização das mulheres. Entre “1789 e 1793 havia 56 clubes republicanos femininos ativos na emissão de petições e com expressão pública de uma voz em feminino que reclamava a presença de mulheres na vida política” (GARCIA, 2011, p. 42).

Neste sentido, destacam-se importantes mulheres como Olympe de Gouges que, em 1791, escreve a “Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs” e de Mary Wollstonecraft, que, em 1793, escreve “Reivindicação dos Direitos das Mulheres”. Sem dúvida, mulheres protagonistas na luta pelos direitos das mulheres nesta primeira fase do feminismo.

A primeira fase do Feminismo, designada de Primeira Onda, surge, portanto, com a Revolução Francesa e, dentre os textos fundadores, destaca-se a obra de Mary Wollstonecraft “A Vindication of the Rights of Woman”¹⁹, publicada em 1792, em Londres, que reivindicava a extensão dos direitos políticos às mulheres -que até então era somente para os homens –, através de sua inclusão no campo da cidadania, embora tendo esta, também, um caráter essencialmente masculino. Mary Wollstonecraft sistematizou a primeira denúncia sobre a subordinação das mulheres, usando a doutrina liberal dos “direitos inalienáveis do homem” para reivindicar o direito das mulheres, sendo a defesa do direito à educação a maior bandeira de luta do feminismo naquele momento em diante (SILVA, 2008, p. 25).

Wollstonecraft tinha suas idéias fundamentadas no Iluminismo, defendendo a capacidade humana de usar a razão. Defendia que as mulheres deveriam ser estimuladas e encorajadas a desenvolver suas capacidades racionais e, portanto, deveriam possuir o direito, assim como os homens, de acessar a educação para que tivessem possibilidade de gerenciar a própria vida (GANDHI, 2018, p. 37).

Segundo ela, “as ideias de que a educação das mulheres deveria ser diferente da dos homens contribuíram para fazer daquelas pessoas mais fracas e artificiais”

¹⁹ A socióloga e pesquisadora do PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, aponta no prefácio da edição comentada de “Reivindicação dos direitos da mulher”, a importância da obra de Wollstonecraft, considerando-a como documento fundador do feminismo.



(GANDHI, 2018, p. 37).

Defendia não apenas que elas tinham direito à educação como afirmava que da igualdade na formação de ambos os sexos dependia o progresso da sociedade como um todo. Entre as suas passagens mais polêmicas, Mary afirma que o casamento é uma espécie de prostituição legal, que as mulheres são escravos convenientes, e que o único modo de elas continuarem livres é se mantendo longe do altar (GARCIA, 2011, p. 46-47).

Já Olympe de Gouges²⁰ “tinha como intenção conscientizar as mulheres dos direitos que lhe eram negados, reivindicando o status de cidadãos para todos os efeitos” (GARCIA, 2011, p. 43).

A mulher nascia livre e igual ao homem e possuía os mesmos direitos inalienáveis: a liberdade, a propriedade e o direito à resistência à opressão. As mulheres deveriam participar na formação das leis tanto direta quanto indiretamente por meio da eleição de representantes. Com sua declaração Olympe denunciava que a Revolução havia negado direitos políticos a elas e, portanto, que os revolucionários mentiam quando falavam de princípios universais como liberdade e igualdade, mas não toleravam mulheres livres e iguais. (GARCIA, 2011, p. 43)

Essa construção feminista ficou reconhecida por suas reivindicações e demandas, bem como pela fundamentação no direito natural moderno, como feminismo liberal²¹. A construção deste período se centrava principalmente no acesso ao direito à educação e a participação na vida política.

De acordo com Garcia (2011), a principal característica do feminismo liberal é a identificação da desigualdade, em relação aos homens, em que se encontravam as mulheres e pela reivindicação de uma reforma que as colocasse em posição de igualdade. Não havia análises sobre as relações de opressão e exploração patriarcal. Para estas, o problema principal girava em torno da exclusão da mulher na esfera pública e do mercado de trabalho. “Desde o princípio tiveram um setor

20 Em 1792, Olympe de Gouges atacou publicamente Robespierre chamando-o de tirano sanguinário. Foi acusada de traição por haver questionado em seu livro *As três urnas*, a República uma e indivisível. Foi guilhotinada em 3 de novembro de 1793. (GARCIA, 2011, p.49)

21 Em 1966, Betty Friedan fundou aquela que chegou a ser uma das organizações feministas mais poderosas dos Estados Unidos e sem dúvida a máxima representante do feminismo liberal: a Organização Nacional para as Mulheres (NOW). Pouco tempo depois de a NOW ser criada, a influência do feminismo radical empurrou as mais jovens a juntar-se a ele e a abandonar as liberais. Mais tarde, com o declínio do feminismo radical nos Estados Unidos, o reciclado feminismo liberal teve um importante protagonismo e chegou a converter-se na voz do feminismo como movimento político” . (GARCIA, 2011, p. 87)



destinado a formar e promover as mulheres para ocupar cargos públicos.” (2011, p. 87)

(...) o feminismo liberal centra-se nos direitos individuais no lugar dos direitos coletivos, tende a ser mecânico em seu apoio à igualdade formal sem considerar a condição das diferentes classes sociais das mulheres (é capaz de expressar as demandas das classes médias e brancas, mas não das mulheres negras, imigrantes e trabalhadoras), limita-se às mudanças nas leis, sendo reformista tanto em sua teoria como na prática, e entende que o Estado é neutro e que pode intervir a favor das mulheres, quando na realidade, o Estado é patriarcal e não apoia a luta das mulheres pela emancipação” (VASCONCELOS, 2017, p. 57).

Porém, dadas as suas limitações, a importância desse processo no movimento feminista é inegável. Esse movimento inovou na teoria feminista ao tratar o poder exercido pelos homens, que até então era concebido por toda a sociedade, em todas as suas esferas, como algo “natural”, como privilégio, e não mais como atributo da natureza. Portanto, ao conceber que o poder dos homens é um privilégio, fruto de uma construção social, se percebe que o lugar de oprimido a que as mulheres estão submetidas também é resultado dessa mesma construção social e, assim como o poder masculino, a vulnerabilidade da mulher é condição posta e não atributo da natureza. (GARCIA, 2011, p. 47).

E é assim que se começa a desenhar a ideia de gênero ao perceberem que aquilo que vinha se considerando como algo natural na verdade é uma construção socialmente produzida (GARCIA, 2011, p. 47).

Os textos de fundação do feminismo ilustrado avançaram colocando ênfase na ideia de que as relações de poder masculino sobre as mulheres já não podiam mais ser atribuídas aos poderes divinos nem à natureza, mas que era resultado de uma construção social. Ao apelar ao reconhecimento dos direitos das mulheres como tais, situaram as demandas feministas na lógica dos direitos (GARCIA, 2011, p. 48).

Mas é no que se entende, a segunda Onda do Feminismo, movimento que ficou categorizado como feminismo radical, que os estudos sobre gênero começam a se consolidar.

Segundo Silva (2008) o Feminismo Radical surgiu por volta da década 1960 e 1970 no que ficou caracterizado como a Segunda Onda Feminista. Trata-se de



“uma corrente feminista que se assenta sobre a afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes tem sido o patriarcado²², a dominação do homem sobre a mulher” (SILVA, 2008, p. 27).

A grande referência do feminismo radical é a francesa, Simone de Beauvoir²³, com sua obra “Segundo Sexo”, publicado em 1949, que trazia as reflexões sobre a opressão feminina a partir da estrutura social, afastando as análises de cunho biológico. É dela a célebre frase “*Não se nasce mulher, torna-se*”, demonstrando claramente a evolução da categoria que hoje denominamos gênero.

Esta é a base sobre a qual o feminismo posterior construirá a teoria do gênero. Com Poulin de la Barre até Wollstonecraft e Harriet Taylor já se havia afirmado que não há nada na biologia que justifique a discriminação feminina e que uma coisa era o sexo - diferenças biológicas - e outra coisa era o que a cultura dizia que tinham que ser e como deviam se comportar como homem ou mulher. Ninguém havia exposto essas questões de maneira tão profunda, simples e resumida. Ela separa natureza da cultura e aprofunda a ideia de que o gênero é uma construção social, ainda que ela não utilize a palavra gênero (GARCIA, 2011, p. 82).

Simone de Beauvoir se utiliza da historicização para fundamentar sua construção feminista e analisou a situação da mulher a partir do que conhecemos como gênero.

Segundo Saedenberd *et al.* (2000), Beauvoir realizou a crítica “ao determinismo biológico, às abordagens psicologizantes e ao materialismo histórico, argumentando que a mulher é uma construção social historicamente determinada, construída no pensamento ocidental como o outro” (apud SILVA, 2008, p. 28).

Porém, foi somente em 1968 que o termo gênero foi cunhado pela primeira

22 Segundo indica Silva “A Teoria do Patriarcado considera que os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes” (2008, p. 27).

23 Simone de Beauvoir, reconhecida como a precursora do Feminismo Radical, orientou a ação feminista na França, a partir dos anos 50, para as questões da sexualidade e da família. Em o “Segundo Sexo”, esta autora analisa o conflito entre a liberdade e autonomia da mulher enquanto sujeito e a sua condição de alteridade enquanto mulher, salientando os fatores sociais, políticos e históricos que contribuem para a construção da feminilidade, formando uma rede de relações de poder que estruturam a família e a sexualidade. É uma obra de referência para as feministas radicais naquele momento (SILVA, 2008, p. 28).



vez. Segundo Garcia (2011) “foi Robert J. Stoller quem, em 1968, utilizou pela primeira vez, o conceito de gênero:

Os dicionários assinalam principalmente a conotação biológica da palavra sexo, manifestada por expressões tais como relações sexuais ou o sexo masculino. Segundo este sentido, o vocábulo sexo se referirá nesta obra ao sexo masculino ou feminino e aos componentes biológicos que os distinguem; o adjetivo sexual se relacionará, pois, com a anatomia e a fisiologia. Agora bem, esta definição não abarca certos aspectos essenciais da conduta - a saber, os afetos, os pensamentos e as fantasias - que, mesmo estando ligados aos sexos, não dependem de fatores biológicos. Utilizaremos o termo gênero para designar alguns destes fenômenos psicológicos: assim como cabe falar de sexo feminino e masculino, também se pode aludir à masculinidade e à feminilidade sem fazer referência alguma a anatomia ou a fisiologia. Desse modo, mesmo que o sexo e o gênero se encontrem vinculados entre si de modo inexpugnável na mente popular, este estudo propõe, entre outros fins, confirmar que não existe uma dependência biunívoca e inelutável entre ambas as dimensões (o sexo e o gênero) e que, ao contrário, seu desenvolvimento pode tomar vias independentes (STOLLER, 1968, p. VIII e IX apud GARCIA, 2011, p. 20).

Foi a partir deste trabalho que as teóricas feministas passaram a utilizar o conceito de gênero em seus estudos.²⁴ (GARCIA, 2011, p.21)

Teóricas do conceito de gênero foram as encarregadas de descrever um território novo que alterou radicalmente as teorias antropológicas androcêntricas da discussão sobre a realidade e a experiência; essas teóricas forçaram o reconhecimento da diferença que marcam o gênero e o reconhecimento da política sexual como princípio fundamental do patriarcado (GARCIA, 2011, p.22).

2.3 Gênero e as vertentes feministas

24 Os estudos de gênero começaram nas universidades norte-americanas na década de 1970 e se espalharam por universidades de todo o mundo incorporados às ciências humanas. Para as estudiosas do gênero, nenhuma das correntes teóricas (marxismo, funcionalismo, estruturalismo) tinha conseguido dar conta de explicar a opressão das mulheres. Nesse sentido, uma das consequências mais significativas que esses estudos provocaram foi uma crise de paradigmas: quando as mulheres apareceram nas ciências sociais, sejam como objeto de investigação ou como pesquisadoras, colocaram em xeque todas as teorias estabelecidas. Questionavam a validade das pesquisas, a suposta neutralidade dos termos, das teorias e as pretensões de universalidade de seus modelos. A introdução dos estudos de gênero supôs uma redefinição de todos os grandes temas das ciências sociais (GARCIA, 2011, p.21).



Segundo Fernandes (2019) o feminismo se divide em 4 diferentes classificações. A primeira: *vertentes*²⁵, feminismo liberal, radical, anarquista, marxista e pós-moderno. A segunda: *epistemologias*, com ramificações, o feminismo negro, o indígena, o transfeminismo, dentre outras. A terceira: *metodologias*, se divide em interseccionalidade e consubstancialidade; e a quarta: *movimentos*, está articulada à esfera das lutas sociais, como os movimentos anti-capitalista e capitalista, por exemplo.

Cada vertente feminista, portanto, trata o gênero de acordo com suas concepções teóricas.

O feminismo liberal, que como já mencionado, marca, não a origem de luta das mulheres, mas do movimento feminista, ficou reconhecido pelas suas pautas consideradas liberais que giravam em torno do voto e do acesso de mulheres a educação para concretizar o direito ao trabalho.

O feminismo liberal contemporâneo está diretamente atrelado ao liberalismo enquanto política econômica e ao capitalismo. Prevê basicamente que as desigualdades de gênero terão fim a partir das instituições e consequentemente das leis. Essa vertente, no entanto, não abarca recortes importantes como classe e raça, destaca a ação individual de mulheres não enfatizando um movimento de massa e tem como defesas a liberdade sexual e a feminilidade da mulher, o que chamam de empoderamento. (CYFER, 2010). Também é defesa dessa vertente que a mulher tenha possibilidade de acessar bens de riqueza através do seu trabalho, ou seja, o empoderamento estaria diretamente ligado ao poder de compra. O que desconsidera completamente fatores culturais sociais das formações de cada sociedade e o funcionamento real do sistema capitalista.

Podemos citar como exemplo de feministas liberais: na 1ª onda, Olympe de Gouges e Harriet Tubman; na 2ª onda; Betty Friedan e Eleanor Roosevelt e, na 3ª onda, Rebecca Walker e Naomi Wolf.

No que se refere a concepção de gênero do feminismo liberal, partindo de Naomi Wolf, mais atual feminista liberal e autora de várias obras consideradas

25 Fernandes (2009) cita ainda, dentro da linha de vertentes, o feminismo materialista, o qual não considera uma vertente propriamente devido ao fato dele buscar fontes tanto feminismo marxista quanto no feminismo radical entre outras fontes. Para compreender melhor o feminismo materialista, ver Mirla Cisne, uma das principais feministas materialistas brasileiras.



referências nesta vertente, podemos inferir, a partir de uma obra sua em específico, “*Vagina: Uma Biografia*” publicada no Brasil, que há uma concepção biologicista no que se refere a categoria gênero. Neste livro, a autora faz referência do feminino ligado diretamente a vagina, usando de explicações científicas para afirmar a diversidade psico-sexual feminina, que, segundo afirma a autora, é muito maior que a masculina (TRIGO, 2013).

O feminismo radical, oriundo do que ficou conhecido como segunda onda feminista, como mencionado, é uma corrente feminista que defende que o patriarcado é a raiz das desigualdades sociais (SILVA, 2008, p. 27). É nesta vertente que o conceito de gênero como construção social começa a se desenhar afastando a ideia de gênero como exclusivamente e meramente biológico.

No entanto, o feminismo radical contemporâneo vem se transformando. Cresce uma linha específica que tem como uma das principais representantes Janice Raymond. Raymond publicou, em 1979, um polêmico livro intitulado ‘The Transsexual Empire: The Making of the She-Male’ (COACCI, 2014, p. 143). Livro que, como aponta Coacci, teve:

um papel muito importante na história política das pessoas transgêneras, servindo como uma fonte para argumentos anti-transgêneros e como um estímulo para a teorização sobre/por transgêneros”. O estudo realizado por Raymond (1994) é uma pesquisa em ética sobre o “transexualismo”, preocupada em como a medicina e a psiquiatria se transformaram em uma forma de “religião secular” para o campo do transexualismo (2014, p. 143).

Em seu livro, a autora se utiliza propositalmente de uma linguagem para demarcar as pessoas transexuais e “se refere às pessoas transexuais como homem-para-mulher-construída (male-to-constructed-female) ou mulher-para-homem-construído (female-to-constructed-male) (COACCI, 2014, p. 144).

Tais referências indicam que para ela, “transexuais são em todos os sentidos masculinos ou femininos, [mas] eles não são fundamentalmente machos ou fêmeas. Masculinidade (maleness) e feminilidade (femaleness) são governados por certos cromossomos[...]” (RAYMOND, 1994, apud COACCI, 2014, p. 144 – tradução do autor).

Surgem então, as denominadas TERF’s -trans exclusionary radical feminist-



frequentemente utilizada “para designar os conjuntos de posicionamentos feministas críticos ou hostis à inclusão de questões transgêneras no feminismo (...)” (BAGAGLI, 2019, p. 24). Grupo que vem crescendo na atualidade principalmente nas esferas virtuais (redes sociais, blogs etc.)

Em geral, as feministas radicais trans-excludentes se fundamentam na defesa de conceitos como mulheres nascidas mulheres (womyn-born-womyn)²⁶ (BAGAGLI, 2019, p. 25), o que tende a reforçar a concepção de distinção biológica entre homens e mulheres. Essa linha da vertente radical, portanto, assenta sua concepção de gênero a partir de uma afirmação biologicista, afirmando a impossibilidade de ser "mulher" sem ter nascido biologicamente uma.

O feminismo anarquista ou anarco feminismo, é o movimento de luta de mulheres baseado no anarquismo. Não acreditam em representantes ou líderes tendo uma base de organização espontânea e autônoma. Partem da premissa de que o Estado e o capitalismo são responsáveis pelo machismo e a violência contra as mulheres, como também as demais opressões.

Voltairine de Cleyre (17 de novembro de 1866 – 20 de junho de 1912) é um dos grandes nomes dentro do feminismo anarquista. Para ela, a verdadeira liberdade para a mulher exigia a negação dos estereótipos de gênero (PRESLEY, SARTWELL, 2005).

Porém, no que se refere à concepção de gênero para o feminismo anarquista, não encontramos nenhuma elaboração, nem em Voltairine nem em Emma Goldman²⁷, a partir de nossa limitada pesquisa sobre o feminismo anarquista, para além da negação dos estereótipos de gênero.

O feminismo marxista, como o próprio nome já indica, se fundamenta na teoria marxista para analisar a opressão feminina na sociedade de classes. É a partir da obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1884), de Friedrich Engels, que a condição da mulher ganha relevância.

No que tange aos estudos feministas marxistas, destacamos a autora Heleieth

26 Tais designações são utilizadas por mulheres cisgêneras para se diferenciarem de mulheres transgêneras, sustentando o implícito de que mulheres trans não seriam mulheres “nascidas mulheres” ou não teriam um corpo considerado feminino (BAGAGLI, 2019, p. 25).

27 Emma Goldman foi uma anarquista lituana, conhecida por seu ativismo, seus escritos políticos e conferências que reuniam milhares de pessoas nos Estados Unidos. Teve um papel fundamental no desenvolvimento do anarquismo na América do Norte na primeira metade do século XX e no feminismo anarquista.



Saffioti, considerada por muitos como pioneira nos estudos sobre a condição da mulher na sociedade de classes. A autora tem extensa produção nos estudos sobre a mulher, mas no que diz respeito à questão de gênero especificamente, nos concentramos na sua obra “Gênero, patriarcado, violência” de 2004, para analisar a compreensão da categoria gênero no feminismo marxista. Para a autora, gênero

(...) não se resume a uma categoria de análise²⁸, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem–mulher, mas também relações homem–homem e relações mulher–mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc. *Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino.* (SAFFIOTI, 2004, p. 44-45 - grifos nosso)

Saffioti (2004) elabora ainda, uma significativa reflexão acerca do uso da expressão ‘relações sociais de sexo’²⁹ no lugar de relações de gênero questionando seu uso a partir de Kergoat (1996) e a adoção deste por feministas brasileiras.

A crítica feita por Saffioti (2004) pode ser importante na análise sobre a transexualidade, em especial a transexualidade feminina, que no que tange ao pensamento feminista de Kergoat (1996), acaba por minorizar a ideia de que o próprio feminino, tanto na dimensão de identidade “assumida”, quanto de sexo biológico e físico, são também construções sociais.

Deste modo, procedem como certas brasileiras³⁰, colocando as relações interpessoais fora da estrutura social. Que lugar seria este?

28 Provavelmente nessa passagem a autora está realizando uma crítica a Joan Scott e seu artigo muito famoso “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” do qual falaremos mais adiante.

29 Fazem tanta questão disto que algumas usam a expressão relations sociales de sexe, em lugar de gender relations (relations de genre, em francês), como fazem as norte-americanas e certas inglesas, reservando a expressão rapports sociaux para designar a estrutura social expurgada do gênero. (SAFFIOTI, 2004, p.115-116)



Da perspectiva aqui assumida, este é o não-lugar. Grande parte das feministas francesas eram/são um bastião de resistência contra a penetração, no francês, de uma palavra – gênero – com outro significado que o gramatical. Na tentativa de valorizar a expressão relações sociais de sexo, Kergoat não considera incompatíveis os conceitos de gênero e patriarcado. Em sua opinião, pensar em termos de relações sociais de sexo deriva de uma certa visão de mundo, fica praticamente impossível falar, ao mesmo tempo, de relações sociais de sexo e patriarcado (KERGOAT, 1996 apud SAFFIOTI, 2004, p.115-116)

Saffioti (2004) reitera sua crítica sobre “o uso político de uma diferença fundada nos argumentos do determinismo biológico e em normatizações feitas a partir de uma marca genital” (PIMENTA, 2006, p. 192).

Por isso nesta obra, a autora assume uma postura de integração entre sexo e gênero enquanto uma unidade, “uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida. A ontogênese tem-se mostrado uma via frutífera para a preservação da unidade do inorgânico, ao orgânico e do social” (SAFFIOTI, 2004, p. 108-109).

Já no que se refere ao feminismo pós-moderno, importante iniciarmos com uma pontuação. Esta refere-se a auto intitulação enquanto autora feminista pós-moderna. Durante nossa pesquisa não foi possível identificar autoras que se afirmam feministas pós-modernas.

O feminismo pós-moderno seria aquele que não possui uma proposta interventiva para o fim da opressão, ao contrário das demais vertentes. Também nos parece que o termo está diretamente ligado ao pós estruturalismo³¹, e portanto, autoras que bebem da fonte do pós-estruturalismo e que tratam da linguagem³²/discurso seriam consideradas feministas pós-modernas, como é o caso

30 Podemos fazer referência aqui a autora Mirla Cisne com o chamado Feminismo Materialista, que passa a se utilizar do termo relações sociais de sexo em seus trabalhos.

31 O estruturalismo, predecessor do pós-estruturalismo, trata-se de um movimento teórico que se desenvolveu principalmente na França, com origem na obra do linguista Ferdinand de Saussure. Concentra-se, como sugere o nome, na análise da estrutura e dos sistemas, e não no conteúdo. Já o pós-estruturalismo, o qual temos como pensadores chave Jacques Derrida, Paul de Man e Michel Foucault, trata-se da radicalização dos conceitos do estruturalismo e está muitas vezes relacionado ao movimento de desconstrução destes conceitos na busca de compreensão do núcleo que compõem estes conceitos (SALIH, 2018, p. 33-34).

32 Segundo Lyotard (2009) “considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos metarrelatos”. O autor ainda descreve que: “a função narrativa perde seus atores (functeurs), os grandes heróis, os grandes perigos, os grandes périplos e o grande objetivo. Ela se dispersa em nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis*.” (p. xvi).



de Judith Butler e “sua” teoria queer (da qual falaremos mais adiante), e Joan Scott (MARIANO, 2005; LYOTARD³³, 2009).

Aparentemente o que nos remete é que, ao contrário das demais vertentes, as teóricas que aqui se enquadram fazem algo novo, o que se chama de teoria de gênero. Ou seja, empregam o esforço teórico em compreender o que especificamente é, não é, deveria ou não ser o tal gênero, como subsídio teórico para os feminismos. É o que aparentemente faz Joan Scott³⁴ em seu artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, de 1989.

(...) pensar o conceito de gênero implica: rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária. Neste sentido, é preciso uma historicização e uma desconstrução autêntica dos termos da diferenciação sexual. Assim, eliminando as diferenças entre mulheres e homens, encontramos já um primeiro ponto constitutivo do conceito de gênero. O gênero transcende esses dois termos, pois indica uma construção social, como uma criação do social em cima dos papéis respectivos de homem e mulher. Gênero seria, então, uma categoria social, que se constrói a partir de um corpo assexuado, vai além de definições biológicas (SCOTT, p. 20 apud PULCINO, 2015, p.3)

Para Scott, gênero tem relevância enquanto categoria de análise através de seus elementos constitutivos. Através dele seria possível observar e compreender as sociedades e seus funcionamento.

A autora conceitua gênero em duas partes que se ramificam em quatro aspectos construtivos de gênero. Essas partes e ramificações estão inter relacionados mas devem ser analiticamente diferenciados. (PULCINO, 1995, p. 86)

O eixo de definição de Scott se concentra em uma conexão entre duas proposições. A primeira é de que o gênero é um elemento constituinte das relações sociais assentadas nas distinções observadas entre os sexos. (SCOTT,

33 Jean-François Lyotard (1924-1998) é professor e filósofo. Em 1954, tornou-se membro do *Socialisme ou Barbarie* (grupo socialista anti-stalinista) o qual deixou no ano de 1966 demarcando seu descontentamento com o marxismo. Seu livro mais conhecido é “A condição pós-moderna” (1979) que o consagrou como filósofo da pós-modernidade (NASCIMENTO, 2011).

34 Joan Wallach Scott é uma historiadora, militante feminista norte-americana, atualmente professora de Ciências Sociais no Instituto de Estudos Avançados em Princeton, cujo trabalho, inicialmente dedicado à história francesa (movimento operário e história intelectual) foi direcionado na década de 1980 para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero. Seu artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, publicado em 1989, tem grande influência nos estudos sobre gênero, sendo hoje importante referência na temática.



1995, p. 86). O que significa dizer que é a partir do gênero que o tratamento social será determinado. Isso inclui a educação desde a familiar até a escolar, os espaços sociais, os espaços profissionais, dentre outros.

A segunda refere-se ao gênero ser “uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86). Portanto, as relações de poder se dão primariamente a partir do gênero. É possível exemplificar tempos passados onde a mulher era considerada propriedade do homem por exemplo. “As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional” (SCOTT, 1995, p. 86).

Já as ramificações derivadas desse núcleo são: os símbolos culturalmente construídos; conceitos normativos; instrumento de análise política relacionada às instituições e a organização política, e como algo permeado também pela identidade subjetiva.

A autora tem por objetivo apreender a constituição dos papéis sexuais em sociedades distintas, em diversos períodos históricos. Seu intuito era perceber o funcionamento destes papéis dentro da ordem social e como eram perpetuados ou transformados (PULCINO, 2015, p.5). “O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1990, p. 86). Essa nova perspectiva:

“abrirá possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1995, p.93).

E segundo Louro (2002),

A emergência da categoria [gênero] representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura *das mulheres, sobre as mulheres* e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder. O impacto dessa nova categoria analítica foi tão intenso que, mais uma vez, motivou veementes discussões e mesmo algumas fraturas internas. Também as relações de gênero passaram a ser



compreendidas e interpretadas de muitas e distintas formas, ajustando-se (a) ou interpelando referenciais marxistas, psicanalíticos, lacanianos, foucaultianos, pós-estruturalistas... (p. 15)

2.3.1 Epistemologias Feministas - Transfeminismo

As vertentes do feminismo tratam especificamente da perspectiva teórica e orientação política que cada vertente defende. Embora as vertentes possam comungar de pautas em comum, as concepções da realidade são diferentes. “Cada vertente tem uma posição diferente da origem da opressão da mulher e a práxis a ser desenvolvida” (SOBRE FEMINISMOS..., 2019, 2 min, 2 s).

Já no que se refere a epistemologia feminista, significa tratar das “perspectivas baseadas em localizações distintas de sujeitos políticos” (SOBRE FEMINISMOS..., 2019, 8 min 47 s). Significa dizer que, na epistemologia feminista, ou feminismo epistemológico, o sujeito, no caso a mulher, deve ser considerada como sujeito do conhecimento, ou seja, as experiências de determinadas mulheres de um determinado local por exemplo, podem demonstrar as dificuldades a serem superadas.

As vertentes e os feminismos epistêmicos normalmente não se excluem, com algumas exceções. Na verdade, o que ocorre são combinações entre mulheres que vem de uma origem, de um local, de experiências específicas e como elas ajudam a interpretar a realidade melhor, as estruturas e o que fazer para além do local dessas mulheres. (SOBRE FEMINISMOS..., 2019, 8 min 55 s).

Porém, considera-se que a epistemologia, neste caso, não fornece a leitura analítica das opressões e suas estruturas, por isso a importância da combinação com uma vertente específica.

A vertente dá o tom político, de projeto, de luta, de entendimento do que deve e pode ser feito. E a epistemologia dá a experiência, a consciência prática, ela informa onde agir, a partir de onde agir. Traz pra luz coisas para a vertente ficar atenta, pra vertente entender melhor e até mesmo pra vertente incorporar. (SOBRE



FEMINISMOS..., 2019, 9 min 29 s).

Dentre os exemplos de feminismos epistemológicos temos o feminismo negro, o classista, o indígena, o ecofeminismo, o transfeminismo, o descolonial, o cristão, dentre outros (SOBRE FEMINISMOS..., 2019, 9 min 53 s).

Ao tratarmos das mulheres transexuais, usaremos o feminismo epistemológico transfeminismo, que pode e deve aqui ser combinado com a vertente do feminismo marxista, construindo assim nosso referencial teórico.

Embora Palha (2019) e demais autores considerem o transfeminismo enquanto corrente/vertente, podemos observar que, segundo a tipologia desenhada por Fernandes (2019), a descrição a seguir se enquadra perfeitamente na classificação epistemológica.

Por “transfeminismo” entendamos uma corrente específica do feminismo contemporâneo, resultado da absorção das discussões feministas por parte do movimento político de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, que se constitui no contexto e no escopo da valorização das identidades raciais e de gênero não hegemônicas (não brancas, não heterossexuais, não cisgêneras) na ação e no pensar políticos da esquerda. Conforma-se como corrente política, no entanto, não por apresentar uma unidade teórica bem delimitada. Ao contrário: as contribuições transfeministas são, nesse sentido, bastante diversas. O que confere ao transfeminismo uma unidade enquanto corrente é a ação de sujeitos políticos que compartilham a identidade transexual, travesti ou transgênera e o referencial feminista. Identidade ocupa, nessa discussão, papel fundamental, e merece destacada atenção (PALHA, 2019, p. 38-39, grifo nosso).

O transfeminismo, surge, assim como o feminismo negro, a partir da crítica ao movimento feminista que até então era basicamente composto por mulheres cisgêneras, brancas, heterossexuais e de classe média. (COACCI, 2014)

No contexto da América Latina, mais especificamente no Brasil, embora não fosse novidade a circulação de mulheres transexuais nos encontros feministas, foi apenas em 2005 que a participação dessas mulheres se tornou questão central para o debate.

Adrião, Tonelli e Maluf (2011) informam que mesmo antes do início do encontro³⁵ já havia uma tensão no ar: o movimento trans havia enviado uma carta à organização do encontro requerendo a participação no encontro. Rapidamente constituiu-se, por via de e-

35 10º Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe (COACCI, 2014, p. 141).



mails, um fórum informal para debater sobre a possibilidade de participação dessas mulheres no encontro, no qual decidiram por não autorizar a participação de pessoas transexuais nesse encontro. Na plenária inicial uma das organizadoras leu um documento em que justificava a decisão excludente daquele encontro, afirmaram que não cabia à comissão organizadora deliberar por todas as mulheres feministas. Sendo assim, coube à plenária final decidir pela participação de pessoas trans* para o próximo encontro (COACCI, 2014, p.139).

Segundo aponta Coacci, “o debate sobre a participação de pessoas trans em espaços feministas não é uma exclusividade do contexto latino-americano, é possível encontrar debates similares em vários países” (2014, p. 141). Por conseguinte, é a partir deste contexto e sentindo a necessidade de validar suas demandas é que o transfeminismo começa a se consolidar.

Com uma visão “body-positive”, isto é, de reconhecer e valorizar diferentes formas de corpos, o transfeminismo tem em Judith Butler, como uma das principais referências teóricas.

O transfeminismo beberia nas críticas realizadas por mulheres como Lauretis (1994) e Butler (2003) ao conceito de gênero, tentando repudiar o uso do termo gênero como um sinônimo de diferença sexual calcada em aspectos biológicos e universalizantes (COACCI, 2014, p. 153).

E essa pode ser uma das principais contribuições do transfeminismo para o feminismo marxista, visto que renova e abre as concepções do feminismo marxista no que se refere à opressão vivenciada pelas pessoas trans, mais especificamente, as mulheres trans.

2.4 A Teoria Queer

Nascida em 24 de fevereiro de 1956, Judith Butler é uma filósofa estadunidense, considerada atualmente uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e da teoria queer.

O pensamento que Butler vem construindo, já que ela mesma não o considera um produto acabado mas em movimento de construção, é tema de muitas discussões acaloradas que resultam tanto em críticas ferrenhas, beirando ao ódio,



quanto em elogios que a coloca na linha da genialidade.

Os que criticam Butler costumam acusá-la de demandar exagerada atenção à linguagem e quase nada de aprofundamento ao material e ao político, acusando-a de neutralidade e passividade diante destas questões. O que, somada a ideia de que Butler pretende acabar com o sujeito, a delegaria o título de feminista pós-moderna (SALIH, 2018, p. 23). “Uma filósofa atual chegou a afirmar que Butler “é conivente com o mal”, uma acusação extrema que demonstra, no mínimo, as violentas reações que as teorias de Butler são capazes de provocar” (SALIH, 2018, p. 23).

Já os que defendem a genialidade do pensamento de Butler ancoram-se no entendimento de que a obra da filósofa desestabiliza e desconstrói “os termos pelos quais os sujeitos e as identidades são construídos” (SALIH, 2018, p. 23), o que apresenta um enorme potencial subversivo político, ou seja, a autora desmonta os conceitos existentes desvelando a influência da construção social na consolidação destes termos e por consequência, revela a não naturalidade e preexistência dos mesmos. “A ideia de que o sujeito não é uma identidade preexistente, essencial, e que nossas identidades são construídas significa que as identidades podem ser reconstruídas sob formas que desafiem e subvertam as estruturas de poder existentes” (SALIH, 2018, p. 23).

Conforme aponta Salih (2018) Butler apresenta cinco conceitos-chave (cinco principais áreas do pensamento de Butler), sendo eles: o sujeito; o gênero; o sexo; a linguagem e a psique (p. 27). Cada conceito é trabalhado de forma mais aprofundada em livros específicos de Butler recebendo assim atenção e cuidados especiais, porém, é possível observar reflexões sobre mais de um conceito em vários dos seus livros.

O sujeito é tema trabalhado no primeiro livro de Butler, publicado em 1987 intitulado *Subjects of Desire* (SD). “Originalmente SD trata da recepção da *Fenomenologia*³⁶ do espírito, de Hegel, pelos filósofos franceses dos anos 1930-

³⁶ A “fenomenologia” pode ser descrita de forma muito geral como o estudo do modo como as coisas se nos apresentam e da natureza da percepção. Assim, a *Fenomenologia* de Hegel é um estudo das sucessivas formas da consciência. Em outras palavras, tudo no mundo material é um construto da consciência, razão pela qual é tão importante compreender como a consciência funciona ou como é que chegamos ao conhecimento (SALIH, 2019, p. 35).



1940” (SALIH, 2019, p. 31).

O gênero é tema central de *Gender Trouble* (GT), provavelmente o livro mais famoso de Butler, publicado em 1990 e reeditado em 1999. A reflexão elaborada pela autora, neste livro, acerca do gênero é construída a partir da análise sobre o desejo, o reconhecimento, a alteridade e o processo de constituição do sujeito, ou mais especificamente sobre a construção da identidade de gênero através do discurso. Butler realiza ainda importantes formulações teóricas em GT como a crítica foucaultiana do sujeito, psicanalítica e feminista, bem como sobre as identidades melancólica e performativa (SALIH, 2018).

A reflexão principal, no entanto, feita por Butler em GT, e talvez a mais polêmica, se refere à dúvida na existência da categoria “mulheres”. Butler afirma que muitas teóricas feministas assumiram essa categoria de maneira equivocada. Butler afasta a ideia de que o sujeito é preexistente assumindo a ideia de que este está em movimento, ou seja, o sujeito é um processo que se constrói no discurso através dos atos que executa (SALIH, 2018).

Significa dizer que não nascemos e somos, mas vamos sendo, dentro do discurso, ou seja, a construção social já existente, conforme executamos ações que vão prescrever quem estamos sendo. Assumimos ações que nos vão catalogar enquanto homens ou mulheres, por exemplo, ações essas já prescritas no discurso estabelecido socialmente.

Se o argumento de Beauvoir, de que não nascemos mas nos *tornamos* uma mulher, está correto, segue-se que a *mulher* em si é um termo em processo, um devir, um construir do qual não se pode dizer legitimamente que tenha origem ou fim. Como uma prática discursiva contínua, ela está aberta à intervenção e à resignificação. Mesmo quando o gênero parece se cristalizar nas formas mais reificadas, a “cristalização” é, ela própria, uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por diversos meios sociais. Para Beauvoir, nunca é possível se tornar, finalmente, uma mulher, como se houvesse um *telos* que governasse o processo de aculturação e construção (GT, p. 33 apud SALIH, 2018, p. 66).

Significa dizer, portanto, que Butler questiona a categoria “do sujeito” compreendendo que ele é, na verdade, um constructo performativo (SALIH, 2018, p. 65). Ou seja, para a autora, a identidade de gênero não é algo que está dado e nem existe naturalmente em cada ser humano. A ideia de macho e fêmea, homem e



mulher, gay e hetero, são construções sociais assumidas a partir do discurso³⁷ e que na verdade, a identidade de gênero, é nada mais que uma sequência de atos (SALIH, 2018, P. 65).

O que Butler quer dizer é que o gênero é um ato ou uma sequência de atos que está sempre e inevitavelmente ocorrendo, já que é possível alguém existir como um agente social fora dos termos do gênero. GT vai situar o gênero e o sexo no contexto dos discursos pelos quais eles são enquadrados e formados, de modo a tornar evidente o caráter construído (em oposição ao “natural”) de ambas as categorias (SALIH, 2018, p. 68).

Butler afirma ainda em GT, que há interesses na preservação das categorias opositivas existentes tais como homem/mulher, macho/fêmea, masculino/feminino, gay/hétero, e que novas possibilidades de construção de identidade ameaçam diretamente esses interesses (SALIH, 2018, p. 65).

Para ela, não há modo mais efetivo de opor-se ao *status quo* que questionar essas categorias estabelecidas e revelar como elas são discursivamente construídas no interior de uma matriz heterossexual de poder (GT, p. 5 apud SALIH, 2018, p. 68).

Diante dessa reflexão, Butler assume, “a tarefa de desfazer ou desconstruir essas formas ao indagar como a ‘mulher’ veio a ser tão amplamente aceita como um dado ontológico” (SALIH, 2018, p. 70). Para ela, o feminismo precisa deixar de olhar para as estruturas de poder e se voltar para como a categoria mulheres é um produto controlado e restringido por essas estruturas (SALIH, 2018).

Em vez de se envolver numa crítica do “patriarcado”, Butler se lança naquilo que chama de “uma *genealogia feminista* da categoria mulheres”. (GT, p.5, grifo da autora) e de “uma genealogia da ontologia de gênero” (GT, p. 32) (SALIH, 2018, p. 70) Butler não está interessada na busca da origem ou causa do gênero (já que ele não as tem), mas sim em realizar uma investigação genealógica que estude os efeitos do gênero e reconheça que gênero é um efeito (SALIH, 2018, p. 70).

O sexo, tema também trabalhado pela autora em dois artigos sobre Beauvoir, um artigo sobre Foucault, bem como em *Gender Trouble* (GT), é aprofundado no livro *Bodies That Matter* (BTM). Sua principal reflexão no que se refere ao sexo

37 “Quando utiliza essa palavra, Butler não está apenas se referindo à ‘fala’ ou à ‘conversação’, mas especificamente às formulações de Foucault sobre o discurso como ‘grandes grupos de enunciados’ que governam o modo como falamos e percebemos um momento ou momentos históricos específicos” (SALIH, 2018, p. 69).



(corpo biológico) se dá em compreendê-lo também como uma construção social que se efetiva a partir do discurso (da interpelação). “Como um *locus* de interpretações culturais, o corpo é uma realidade material que já foi situada e definida em um contexto social”. (BUTLER, 1998 apud SALIH, 2018, p. 105)

Para Salih (2018), BTM pode ser descrito como “uma genealogia da construção discursiva dos corpos”, ou mais especificamente como descreve Butler, “uma reescrita pós-estruturalista da performatividade discursiva aplicada à questão da materialização do sexo” (BTM, p. 12 apud SALIH, 2018, p. 106).

A linguagem é assunto abordado em *Excitable Speech* (ES). Neste livro Butler, conforme Salih (2018), “entra no debate sobre a censura, ao situar o seu constante questionamento sobre as categorias-do-sujeito no contexto da linguagem” (p. 140). Para tanto, Butler desenvolve uma reflexão sobre discursos de ódio, a auto expressão gay e as representações pornográficas se utilizando, como base teórica, de Foucault, Althusser, Austin e Derrida (SALIH, 2018).

O último conceito-chave, a psique, é trabalhado no livro *The Psychic Life of Power* (PLP). Neste livro Butler faz uma teorização da relação entre o poder e a psique através de autores como Hegel, Nietzsche, Freud, Foucault e Althusser (SALIH, 2018, p. 166).

Neste livro, conforme indica Salih (2018), a reflexão da autora não busca definir a psique ou o psíquico, mas trata, especificamente, da emergência da consciência no interior do discurso e da lei, “considerando que os sujeitos estão presos às estruturas de poder que os subordinam”. (p. 165)

A análise sobre o percurso dos conceitos-chave de Butler, a partir de suas obras nos permite observar, mesmo que de maneira extremamente breve, a complexidade de seu pensamento, bem como identificar a grandiosidade das teorias e autores com que trabalha.

Mas é a partir justamente de *Gender Trouble* (GT), que a Teoria Queer vai se consolidar. Como descreve Butler em uma entrevista ao responder uma indagação sobre GT:

(...) apesar de o livro ter a intenção de ser uma crítica à heteronormatividade no feminismo, ele foi publicado ao mesmo tempo que *Epistemology of the Closet* (*Epistemologia do armário*), de



Eve Sedgwick, e das publicações de Teresa de Lauretis, Michael Warner e David Halperin, que juntas formaram uma nova forma de investigação: a teoria *queer* (BUTLER, 2019, p. 15).

Mas afinal o que é teoria *queer*? A teoria *queer*, na verdade, é um pensamento, um estudo, que efetua uma investigação sobre categorias estabelecidas das identidades através do movimento de desconstrução dessas categorias. Utilizando de uma analogia, podemos comparar a identidade a uma cebola onde o movimento realizado pela teoria *queer* é retirar uma a uma as camadas para identificar o que resta. Nas palavras de Salih,

Enquanto os estudos de gênero, os estudos gays e lésbicos e a teoria feminista podem ter tomado a existência de “o sujeito” (isto é, o sujeito gay, o sujeito lésbico, a “fêmea”, o sujeito “feminino”) como um pressuposto, a teoria *queer* empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e “generificadas” (2018, p. 19).

A teoria *queer*, portanto, não tem como objetivo o de definir algo, mas sim, o de indagar as categorizações dadas aos sujeitos afim de desvelar sobre a natureza real dessas naturalizações categóricas.

Sedgwick³⁸ conceitua o *queer* como “indistinguível, indefinível, instável”. “O *queer* é um momento, um movimento, um motivo contínuo - recorrente, vertiginoso, *troublant* [perturbador]” (1994, p. xxi apud SALIH, 2018, p. 19) o que coaduna com o entendimento de Gilroy (1993), que identifica o *queer* como “uma ênfase teórica em *routes* [rotas] mais do que em *roots* [raízes]” (SALIH, 2018, p 19).

É justamente por esse motivo que Butler tem sido referência quando falamos em teoria *queer*, visto que a filósofa empreende uma extensa investigação a partir da categoria sujeito, identificando as estruturas que o cria, o controla, o subordina. Ou seja, uma investigação genealógica da constituição do sujeito.

Uma investigação genealógica da constituição do sujeito supõe que sexo e gênero *são efeitos* - e não causas - de instituições, discursos e práticas; em outras palavras, nós, como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero. As análises genealógicas de Butler vão se concentrar no modo como o efeito-sujeito, como ela chama, se dá, e ela sugere,

38 Teórica *queer*, autora do influente livro Epistemologia do armário publicado em 1990. (SALIH, 2018, p. 19)



além disso, que há outros modos pelos quais o sujeito poderia se “efetuar” (SALIH, 2018, p. 21)

A relevância desse pensamento está na renovação da possibilidade de abalar justamente estruturas que oprimem, visto que estas nos “elaboram” conforme seus próprios interesses e necessidades. Ou seja, as estruturas que nos oprimem, o fazem por sermos de determinada maneira, ao mesmo tempo, a partir da teoria queer, podemos apreender, que estas estruturas nos “criam” justamente para sermos de determinado modo. Como aponta Salih,

Em vez de supor que as identidades são autoevidentes e fixas como fazem os essencialistas, o trabalho de Butler descreve os processos pelos quais a identidade é construída no interior da linguagem e do discurso: as teorias construtivistas não tentam reduzir tudo a construções linguísticas, mas estão interessadas em descrever as condições de emergência - neste caso - do sujeito (SALIH, 2018, p. 21).

2.5 O marxismo e a questão LGBT+

A relevância em compreender a relação do marxismo com a questão LGBTQI+ está, não só, mas principalmente, na abordagem da teoria social crítica sobre a categoria trabalho enquanto questão central.

Significa que um trabalho que visa compreender como se dão relações de vida e de trabalho de um determinado segmento populacional, no modelo societário vigente, precisa compreender primeiro o impacto deste modelo na vida e no trabalho dos indivíduos.

Diante disto, fica clara a importância em aprender sobre a relação da teoria que estuda a sociedade capitalista, com a temática LGBT+ e o lugar que este segmento populacional ocupa nesta organização social. Além disso, o cenário político atual, como aponta Toitio, é um contexto que “traz uma série de desafios para a luta pela diversidade sexual e de gênero, sendo importante aprofundar a reflexão sobre *as formas de construir análises de conjuntura que informarão os caminhos trilhados por ela*” (2019, p. 33) (grifos nosso). Portanto, para além de compreender a relação acima, objetivamos pensar nas possibilidades de construção



de análises, a partir desse referencial teórico.

Sem a pretensão de encerrar a reflexão acerca da relação da teoria marxista e a questão LGBTQI+ e com o objetivo de pontuar as aproximações e também os afastamentos, para que seja possível avançar nas construções analíticas, elencamos a seguir pontos importantes dessa trajetória.

Embora, como aponta Quinalha (2019, p. 26), “Marx não tenha abordado diretamente o tema, e Engels, tenha apenas o tangenciado ao tratar da relação desigual entre os sexos no âmbito da família patriarcal”, presumir a partir disso, que essa teoria não serve para analisar essa relação, seria o mesmo que congelar as categorias analíticas de Marx tentando aplicá-las na atualidade, como molde, o que significa, evidentemente, negar o próprio método que se constrói a partir do movimento.

A fecundidade do legado analítico de Marx é confirmado - e não desqualificado-, ao se apreender as novas determinações históricas da questão social, complexificada nas suas formas de expressão, ao tempo em que se aprofunda sua *radicalidade, tornando-se transversal às mais variadas dimensões da vida* das classes subalternas. Apreender essas novas mediações é condição mesmo de assegurar a fidelidade ao método de Marx- em sua radical historicidade-, desafiando os pesquisadores a decifram os processos sociais reais. Requer um embate contra a vulgata marxista -que informa grande parte da crítica a essa tradição intelectual- ao congelar as categorias analíticas na busca inglória de sua “aplicação” à realidade, no lugar de concebê-las como resultado necessário de um movimento da razão crítica na apreensão do processo histórico na sua multidimensionalidade, reelaborando-o na esfera do pensamento mediante o recurso da abstração, de modo a traduzi-lo enquanto concreto pensado, imprimindo-lhe inteligibilidade (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

E segundo Netto,

A crítica da Economia Política clássica realizada por Marx possibilitou o conhecimento teórico da estrutura e da dinâmica econômicas da sociedade burguesa. A análise das leis de movimento do capital e as descobertas marxianas operadas na segunda metade do século XIX continuam válidas até hoje porquanto, corridos cento e cinquenta anos, a nossa sociedade permanece subordinada aos ditames do capital. Nesse lapso temporal, porém e compreensivelmente a sociedade burguesa experimentou transformações muito profundas que não foram estudadas por Marx (2001, p. 25).



Ainda que não exista elaboração teórica direta de Marx e Engels sobre o tema, “é possível garimpar referências esparsas a práticas homossexuais de oponentes nas cartas trocadas entre ambos, na década de 1860.” (QUINALHA, 2019, p. 25).

Em algumas dessas correspondências, há comentários jocosos e - hoje considerados - homofóbicos quando os fundadores do marxismo discutem suas diferenças políticas em relação a Johann Baptist von Schweitzer, líder sindical da social-democracia alemã ligado a Ferdinand Lassale. No mesmo sentido, Engels vale-se de um tom irônico para desqualificar como obscena e antinatural uma obra que Marx lhe havia enviado de autoria de Karl Heinrich Ulrichs, jurista e precursor do movimento homossexual, especialmente nas campanhas por um tratamento científico da sexualidade e pela descriminalização da sodomia no parágrafo 175 do Código Penal alemão (QUINALHA, 2019, p. 26).

Esses comentários, porém, servem para expressar o tom de preconceito comum à época, não sendo suficientes para inferir uma posição política de Marx e Engels sobre a questão. Tampouco servem para determinar que estaria a teoria marxista impossibilitada de servir como base para analisar as relações LGBTQ+ na sociedade burguesa, por possuir uma “prática” homofóbica em sua protoforma. (QUINALHA, 2019, p. 26). Ao “contrário disso, um olhar mais atento revela como essa tradição foi atravessada e ressignificada pelas reivindicações de homossexuais em diferentes contextos e países” (QUINALHA, 2019, p. 26).

No entanto, a abordagem sobre a diversidade sexual pelo marxismo não tem avanço linear nem simples. Essa relação guarda uma complexa, e por vezes contraditória, trajetória.

De um lado, parte expressiva do marxismo deu pouca atenção à sexualidade, desqualificando-a como dimensão menor da vida social, ou como agenda secundária. Por outro, não foram poucas as agremiações socialistas e comunistas que deram contribuições fundamentais para as lutas dos homossexuais nos últimos 150 anos (QUINALHA, 2019, p. 25).

Elencamos a seguir, como marcos importantes de avanço dentro do marxismo e a questão LGBTQ+,

O conjunto de esforços da social-democracia alemã pela revogação



da lei antissodomia, que teve como representante o médico e membro do Partido Social-Democrata da Alemanha, Magnus Hirschfeld, na virada do século XIX para o XX;

O histórico discurso do dirigente August Bebel no Reichstag a favor dessa reforma legal;

A edição do Código Penal soviético, em 1922, descriminalizando o sexo consentido entre homens adultos;

A fundação do Cultuur en Ontspannings-centrum (COC), criado em 1946 na Holanda, com forte ligação com a esquerda, e a criação, na década de 1950, nos Estados Unidos, do Mattachine Society, graças à atuação do militante do Partido Comunista Harry Hay;

As produções da vertente teórica do freudo-marxismo, de Wilhelm Reich a Herbert Marcuse, passando por Erich Fromm e outros, que produziu análises libertárias sobre a emancipação sexual, a ponto de influenciar profundamente mobilizações, como as de 1968;

A criação, na América Latina, da primeira organização política homossexual de que se tem registro é a Nuestro Mundo, formada em 1967 na Argentina por trabalhadores e sindicalistas liderados pelo quadro do Partido Comunista Héctor Anabitarte. (QUINALHA, 2019, p. 26-27)

Mas, se por um lado houve importantes avanços, por outro houve também retrocessos tão significativos que resultaram na perseguição e morte da população LGBT+, com resquícios observados até os dias atuais.

Por quase um século, durante o regime czarista, a homossexualidade foi encarada como um delito. Foi Pedro, o Grande, em 1716, o primeiro a impor a proibição das relações sexuais entre homens no exército. Com Nicolau I, em 1835, essa proibição se estendeu a toda a população e a pena para as relações homossexuais era o exílio para Sibéria, prisão ou envio para os campos de trabalho forçado. Essa legislação que criminalizava a homossexualidade vigorou até a Revolução de Outubro de 1917, Revolução que mudou a situação dos homossexuais na Rússia (WESTON, 2019).

Em 1922, foi aprovado o primeiro Código Penal da República Socialista Federativa Soviética da Rússia suspendendo todas as leis czaristas. Após alguns anos adotou-se uma nova constituição onde a homossexualidade foi descriminalizada (WESTON, 2019). Mas com Stálin³⁹ o retrocesso foi tão grande,

39 Josef Stalin (Gori, 18 de dezembro de 1878 - Moscou, 5 de março de 1953) foi um revolucionário comunista e político soviético de origem georgiana. Governou a União Soviética (URSS) de meados



que em 1934, a homossexualidade voltou a ser criminalizada.

A influência do stalinismo espalhou seu moralismo por meio de partidos vinculados à Terceira Internacional em boa parte do Ocidente. O mesmo ocorria em relação às variações dos regimes chinês e cubano, que ganhavam cada vez mais espaço em diversos lugares do mundo, com destaque na América Latina. (QUINALHA, 2019, p. 27)

Podemos observar essa mesma situação em Cuba,

(...) embasado na proposição excludente do 'homem novo', o qual deveria ser não somente revolucionário e crítico, mas também um indivíduo másculo, o recente Estado acabou rechaçando a homossexualidade, fato que não esteve isolado no conservadorismo característico do século XX. Assim, o processo revolucionário adquiriu um caráter nitidamente homofóbico, com o aprisionamento e a perseguição a homossexuais e políticas de tratamento psiquiátrico, além da comprovada existência de campos de trabalho forçado, como bem evidencia o documentário cubano Mariela Castro's March, e o próprio depoimento de Fidel a uma rede de televisão em 2009 (BARRETO, MOREIRA, ANDRADE, 2017, p. 76).

Em relação ao Brasil, as esquerdas brasileiras não ficaram imunes à concepção de "homem novo", "reforçando a homofobia, em uma heterodoxa combinação com a ideologia católica da colonização europeia e o velho machismo cultural latino-americano" (QUINALHA, 2019, p. 27).

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que hegemonizou por décadas o campo das esquerdas, não fugiu à regra e contribuiu para alimentar essa visão homofóbica. Já no contexto da ditadura civil-militar de 1964, os grupos que apostaram na resistência armada reproduziram, em algum grau, os mesmos valores morais conservadores (QUINALHA, 2019, p. 27).

Conforme pontua Quinalha (2019), foi a tentativa de renovação do marxismo pelos trotskistas que abriu margem para as lutas homossexuais.

Alguns segmentos da Quarta Internacional, com o grupo liderado por Nahuel Moreno, começaram a incorporar em suas agendas, ainda que timidamente, as reivindicações por liberdade sexual. Certamente a emergência de um movimento homossexual mais robusto na virada dos anos 1960 para os 1970 foi fundamental para que os trotskistas notassem a importância e a conveniência

da década de 1920 até sua morte, servindo como Secretário Geral do Partido Comunista de 1922 a 1952, e como primeiro-ministro de seu país de 1941 a 1953.



de abraçarem essas bandeiras (QUINALHA, 2019, p. 28).

É neste período que a questão da homossexualidade eclode com força no mundo. Em 1969, com a chamada Revolta de Stonewall,⁴⁰ movimentos LGBTQ+ passaram a se constituir por todo mundo.

Em 1978, foi fundada no Brasil, a organização da esquerda socialista brasileira Convergência Socialista, pioneira na defesa pública dos homossexuais. Ainda nesse mesmo ano, nasceu o Grupo de Afirmação da Identidade Homossexual – Grupo SOMOS (QUINALHA, 2019, p. 29).

Nos anos que se seguiram diversos foram os embates e enfrentamentos dentro da esquerda sobre a incorporação das pautas referentes a homossexualidade. Além disso, o histórico de opressão contra homossexuais promovido pela esquerda causou uma justificada resistência dos grupos LGBTQ+ a aproximarem-se deste campo político (QUINALHA, 2019).

Isso resultou na organização LGBTQ+ um tanto quanto afastada da teoria marxista, o que pode ter dificultado a construção de análises que compreendessem o quanto a opressão à população LGBTQ+ tem origem direta na relação de produção capitalista.

Dificultou, mas não impediu. Como exemplo podemos citar Mario Mieli (1952-1983), “militante e intelectual italiano, que nos anos 1970 deu um passo mais largo para compreender os elementos fundamentais de uma ciência que faça a intersecção entre dois pontos cruciais: a questão LGBTQ+ e a luta de classes” (PEREIRA, 2019, p. 128).

Tendo se aproximado do marxismo, reconheceu que o economicismo não dava toda a resposta necessária para entender a divisão sexual do trabalho. Deveria haver mais, algo não visto, algo sob o ‘véu de Maia’ que deveria forçar a pessoa que o investigasse a descer um degrau para compreender plenamente as relações sociais que

40 Na madrugada de 28 de junho de 1969, um grupo de policiais de Nova York fez uma rotineira e violenta batida no Stonewall Inn, bar onde a hostilização e abusos policiais eram frequentes. O local reunia gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans, drag queens e outras figuras marginalizadas. Nesse dia, porém, os frequentadores ficaram revoltados e decidiram resistir: foram dois dias de confrontos com a polícia, movimento que acabou se espalhando por todo o bairro de Greenwich Village. Naquele dia, as pessoas LGBTQs escancararam a violência do Estado e a apatia da sociedade perante a situação. (GALVÃO, 2018) Episódio que ficou conhecido como Revolta de Stonewall e que desencadeou a organização de movimentos pró LGBTQ por todo o mundo.



excluía as pessoas LGBT+ (PEREIRA, 2019, p. 128).

Conhecido por seu “Comunismo Gay”, Mario Mieli abordou a relação entre homossexualidade, homofobia e capitalismo em uma obra denominada ‘*Towards a Gay Communism: Elements of Homosexual Critique*’, ou no português, ‘Rumo a um comunismo gay: elementos de uma crítica homossexual’, considerada uma das mais importantes obras na temática.

Conforme aponta Pereira, Mieli “vai às relações de produção e reprodução da sociabilidade capitalista para compreender como as relações sexuais implicam uma diferenciação na construção da tessitura da sociabilidade capitalista” (2019, p. 26-27).

Mario Miele se apropria das discussões marxianas sobre a forma mercadoria e os meios pelos quais ela determina as relações entre sujeitos. Após esse movimento, caminha mais a fundo, compreendendo como essas relações de produção e reprodução do capital também sofrem interferência da questão da sexualidade. (...) Inclusive, para Mauro Mieli, um movimento realmente revolucionário necessitaria libertar a esquerda dos valores masculinos, machistas, heterossexuais e anti-homossexualismo capitalistas, bem como libertar a transexualidade tão aspirada pelo desejo, sem o que apenas manteríamos o apoio à norma pública e privada do sistema capitalista (PEREIRA, 2019, p. 129).

Outro exemplo importante de aproximação do marxismo com a questão LGBT+ é o chamado transfeminismo, corrente feminista contemporânea, que segundo Palha é resultado:

da absorção das discussões feministas por parte do movimento político de pessoas transexuais, travestis e transgêneros, que se constitui no contexto e no escopo da valorização das identidades raciais e de gênero não hegemônicas (não brancas, não heterossexuais, não cisgêneras) na ação e no pensar políticos da esquerda (2019, p. 38).

Segundo a autora, inúmeras são as contribuições que a vertente pode trazer para a ação marxista, bem como “há muito o que o marxismo pode crescer à ação política transfeminista” (PALHA, 2019, p. 38). Uma delas certamente é a “superação das críticas marxistas às políticas de identidade”, bem como a vulgarização dessa discussão que desemboca na “falsa polêmica apoiada numa também falsa oposição



entre 'identidade' e 'classe'" (PALHA, 2019, p. 39). Bem como, supomos, o equívoco dos movimentos em considerar que o marxismo tenta apagar as questões das identidades.

É, portanto, fundamentadas na teoria do feminismo marxista, somado à teoria queer e na epistemologia transfeminista, e com base no marxismo e sua relação com a questão LGBTQ+, que refletiremos, no próximo capítulo, acerca dos dados e relatos levantados a partir do questionário revelando as vivências das mulheres trans respondentes.



3 CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DE MULHERES TRANS

O ser humano nasce, vive e morre. Podemos dizer que nascer significa vir a existir neste mundo e morrer deixar de existir nele. Mas como expressar a ação, entre o nascimento e a morte, o viver. O que exatamente significa?

O significado de viver é diferente para as pessoas, ao contrário de nascer e morrer. Viver refere-se a experimentação, que é única e particular para cada indivíduo.

Embora essa experimentação, que chamaremos de vivência, seja específica para cada ser humano, existem inúmeras semelhanças postas na vivência de determinados grupos sociais, em determinadas sociedades. No caso de grupos minoritários, como mulheres, mulheres negras, indígenas, LGBTQ+, existem vivências que são constantes.

No caso das mulheres trans, uma constante que tem se apresentado a este grupo é a violência. Seja ela psicológica, física, patrimonial ou de outra ordem, tem se feito presente em todas as fases da vida de uma mulher trans nas mais variadas esferas.

Sabemos, no entanto, que viver é uma sequência de atos, experiências e experimentações que, de acordo com as condições a partir das quais temos nossa vivência, nos leva a determinados lugares.

É, portanto, nesta segunda parte deste trabalho que buscamos desvelar as vivências de mulheres trans, revelando as condições a que estão inseridas, suas condições de vida e de trabalho.

3.1 A vivência transexual

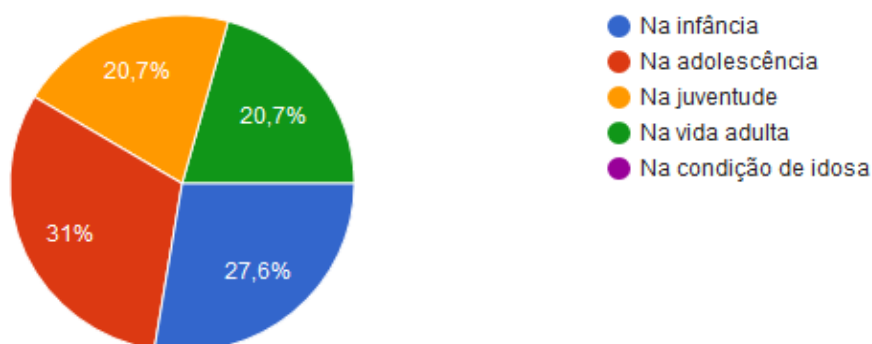
Segundo Badinter (1993), são nos primeiros momentos de vida da criança que a construção social da identificação do sujeito com o sexo e o gênero se inicia. Neste momento, a influência familiar é de grande impacto na socialização da criança.

Os pais, seguindo os padrões socialmente impostos de heteronormatividade,

geralmente atribuem aos filhos, atividades e comportamentos referentes a seu sexo (feminino ou masculino), impondo à criança trans um universo que se torna totalmente nocivo por não condizer com seus desejos e interesses, e que acaba por negar a maneira como se identifica.

Das 29 mulheres que responderam ao questionário, 8 responderam ter descoberto a condição de mulher trans na infância; 9 na adolescência; 6 na juventude e 6 na vida adulta.

Figura 3. Fase de Reconhecimento Enquanto Mulher Trans



Fonte: Questionário, 2020.

Verificamos no conjunto de respostas que o processo de auto reconhecimento enquanto mulher trans não acontece exclusivamente na infância. Em todas as fases da vida é possível se auto reconhecer e se auto ressignificar. Os processos de auto reconhecimento das respondentes são extremamente singulares e carregam as suas particularidades, não estando ligados especificamente às questões geracionais.

Se reconhecer mulher trans na infância pode ser um alento para crianças no processo de construção do *seu eu*, mas isso, no caso de inserção em uma família conservadora com cunho religioso, pode trazer implicações, impor traumas e rompimentos familiares expondo a criança a inúmeras vulnerabilidades.



Estima-se que 13 anos seja a idade média em que travestis e mulheres transexuais são expulsas de casa (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019, p. 19).

Aquelas que conseguem se admitir transexuais nesta fase, vivenciam uma série de preconceitos e discriminações, e “não raramente, se veem obrigadas a se afastarem do convívio com os familiares” (SOUZA, 2012, p. 35).

Do mesmo modo, se reconhecer mulher trans na atualidade, seja em qualquer fase da vida, pode ser menos penoso do que há 50 anos atrás, por exemplo. Embora o tema ainda seja tabu na sociedade e o preconceito prevaleça, temos muito mais informações acerca da transexualidade, com fortes movimentos de defesa de seus direitos, ainda que com muito ainda a avançar.

Já se reconhecer mulher trans na vida adulta pode evitar muitas violências e violações ocorridas no seio familiar e no ambiente escolar, visto que, já se trata de uma pessoa capaz de, minimamente, buscar alguma proteção. Porém, se o processo de reconhecimento aconteceu apenas na vida adulta por falta de informação sobre a transexualidade, pode ter imposto a essa mulher, anos de conflitos emocionais capazes de gerar intenso sofrimento psíquico.

Em geral, é logo após a fase de auto reconhecimento enquanto mulher trans que costuma ocorrer o processo de transexualização, com a busca de adequação corporal a identidade de gênero correspondente, no caso aqui tratado, na busca de ser reconhecida socialmente enquanto mulher.

Referente aos processos de transição corporal, 28 mulheres trans responderam, sendo que destas 21 (75%) informaram que passaram por algum procedimento de transição e 7 (25%) não. Já sobre os procedimentos utilizados, ou processos realizados apenas 24 mulheres trans responderam tê-los feito em alguma medida, indicando os seguintes:

Quadro 1. Transição Corporal – Procedimentos

Procedimentos	Nº	%
Uso de vestimentas femininas	21	87,5
Uso de hormônios sem acompanhamento médico	13	54,2
Uso de hormônios com	11	45,8



acompanhamento médico		
Cirurgia plástica	1	4,2
Implante de silicone	4	16,7
Silicone industrial injetável ⁴¹	4	16,7
Depilação a laser	12	50
Depilação convencional	1	4,2
Implante capilar	1	4,2
Harmonização facial	4	16,7
Fonoterapia para ajustar o tom de voz	1	4,2

Fonte: Questionário, 2020.

Destas, apenas 1 respondeu encontrar-se em processo de redesignação sexual⁴² e declarou não ter contado em nenhum momento com apoio de equipe multidisciplinar, mesmo sendo essa uma das diretrizes da Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, do Ministério da Saúde, que, dentre suas diretrizes, aponta

I.integralidade da atenção a transexuais e travestis, não restringindo ou centralizando a meta terapêutica às cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas;
II.trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
III.integração com as ações e serviços em atendimento ao Processo Transsexualizador, tendo como porta de entrada a Atenção Básica em saúde, incluindo-se acolhimento e humanização do atendimento livre de discriminação, por meio da sensibilização dos trabalhadores e demais usuários e usuárias da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana, em todos os níveis de atenção (BRASIL, Portaria 2.803 de 19 de novembro de 2013).

Os dados revelam violações aos direitos no âmbito da saúde pela esfera

41 O silicone industrial injetável ou silicone industrial líquido (SLI) é proibida pelo Ministério da Saúde. "O SLI não é estéril e não tem indicação para ser aplicado em pessoas. Dentre os seus usos estão a lubrificação de máquinas, a lustração de painéis e de rodas de automóveis, e a vedação na construção civil. Em geral, as embalagens desse produto contêm advertências explícitas aos cuidados que se deve ter ao utilizá-lo, tais como evitar contato com a pele e inalação, devendo sua aplicação ocorrer somente em locais ventilados pelo risco de intoxicação" (PINTO, *et al*, 2017).

42 Redesignação sexual refere-se à cirurgia de readequação do órgão genital, ou mais especificamente a cirurgia de transgenitalização.



pública, escancarando as fragilidades na efetivação destes direitos adquiridos pela população trans.

O acompanhamento por equipe Inter e multi é imprescindível no processo de redesignação sexual. Ele pode garantir a proteção da saúde emocional e evitar confusões e equívocos antes, durante e após o processo, visto que se trata de uma considerável intervenção e modificação no corpo da pessoa trans. Ademais, o processo transexualizador está relacionado a um conjunto de ações, como já apresentado nas diretrizes da Portaria, não centrando-se no procedimento cirúrgico.

É durante o processo de transição corporal que costumam ocorrer os conflitos com a família e muitas vezes essas se colocam contrárias a transexualidade e a identidade de gênero da mulher em questão.

Sejam justificadas na religião ou pela falta de conhecimento e informação sobre a transexualidade, as famílias, ancoradas e moldadas pela ideologia conservadora burguesa, em sua maioria, excluem, desamparam, violam e segregam as mulheres trans de seu laço familiar, empurrando-as para uma realidade de solidão e desamparo.

Porém, há também, as famílias que oferecem o apoio frente à nova condição, fortalecendo a mulher, possibilitando maiores condições de enfrentamento dos preconceitos e violências a que estão expostas. Segundo nossas respondentes, sobre a relação com a família, as situações indicadas estão demonstradas no quadro, a seguir.

Quadro 2. Aceitação da Família em relação a condição de mulher trans

	Nº	%
Aceitou e permaneceu com total apoio frente a identificação enquanto mulher trans.	6	20,7
Não aceitou no início mas com o decorrer do tempo retomou o contato e hoje apoia totalmente.	4	13,8
Aceitou mas não aprova nem desaprova.	1	3,4
Não aceitou no início, mas que com o decorrer do tempo retomou o contato ainda que friamente.	2	6,9



Não aceita mas não expulsou de casa nem cortou as relações.	6	20,7
Alguns familiares aceitam e outros não.	1	3,4
Aceitou no início, mas com a afirmação da condição de mulher trans se afastou e não mantém nenhuma forma de contato.	1	3,4
Não ficou sabendo embora tenha realizado algumas formas de transição corporal.	1	3,4
Não sabe da condição de mulher trans não tendo ela realizado nenhuma forma de transição corporal.	1	3,4
Não arrisca revelar a família sua condição de mulher trans por entender que sua família é transfóbica e não aceitaria não tendo realizado também nenhuma forma de transição corporal.	1	3,4
Não aceitou e as colocou para fora de casa.	5	17,2
	29	100

Fonte: Questionário, 2020.

Podemos observar, a partir das respostas, que a realidade que se coloca para as mulheres trans em geral é de algum conflito com a família, visto que apenas 6 das respondentes tiveram total aceitação e apoio familiar. Não aceitação, rompimento temporário ou definitivo das relações, e, em casos mais graves, a expulsão do ambiente familiar, são vivências recorrentes na vida dessas mulheres.

No caso das 5 mulheres que responderam ter vivenciado a violenta situação de expulsão do lar pela família frente à condição de mulher trans, a idade que apresentavam na época da expulsão foi de 12 anos (1); 15 anos (1); 17 anos (1); 19 anos (1) e 22 anos (1). Metade dessas mulheres estavam na faixa etária de crianças e/ou adolescentes no momento em que foram colocadas para fora de casa, caso em que os pais e a família são legalmente obrigados a responder pelo sustento e cuidado das mesmas. A violência é tão grande que uma ainda era considerada, segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), criança.



Dentre essas 5 mulheres, 1 respondeu que foi acolhida por outros parentes; 1 que foi acolhida por amigos; 1 que passou dois dias e duas noites perambulando pela praia até encontrar um lugar para ficar e duas responderam que foram para as ruas. As idades das que responderam ter ido parar nas ruas eram, à época, 12 e 15 anos.

Aqui podemos observar como a ideologia conservadora age na manutenção da exclusão e marginalização de certos grupos populacionais. Cinco mulheres trans são rejeitadas por suas famílias ao assumirem a transexualidade. Três delas encontram abrigo, seja com amigos ou outros parentes; e duas, com idade entre 12 e 15 anos, vão parar nas ruas. Os impactos da vivência na rua para crianças e adolescentes são imensuráveis.

O estado de insegurança para crianças em situação de rua é latente e estas vivenciam, nas ruas, diversas formas de violência sendo elas violências físicas, como agressões, ou psicossociais como o estigma, o descaso do poder público, o desprezo social, entre outros. (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2006)

Em sua grande maioria, estando em situação de desamparo, será na prostituição que essas meninas encontram “acolhimento” e meio de suprir as necessidades mais básicas.

Uma vez na prostituição, a atividade pode fazer emergir a urgente necessidade de “adequação” do corpo. Nessa busca, muitas transexuais acabam nas mãos de quadrilhas⁴³ que realizam aplicação de silicone industrial, por exemplo, e se vêem vítimas da exploração sexual para efetivar o pagamento.

Segundo Pinto *et al* (2017), por oferecer mais rapidez na transformação do corpo, diante da prostituição, muitas mulheres trans optam por sua utilização visando aumentar o “capital corporal”. O que pode significar para essas mulheres, ter que aumentar a carga de trabalho, e conseqüentemente, o número de clientes, para efetivar o pagamento dos procedimentos. Diante desta necessidade, essas mulheres podem enfrentar condições de negociação com os clientes, deixando-as mais vulneráveis às práticas desprotegidas, elevando os riscos de infecções por doenças

43 A exemplo disso ver matéria da Revista online G1 da Editora Globo de 11 de agosto de 2018 intitulada “Prometia sonho”, diz transexual atraída para aplicação de silicone industrial feita por suspeito de tráfico internacional” disponível no link: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2018/08/11/prometia-sonho-diz-transexual-atraida-por-aplicacao-de-silicone-industrial-feita-por-suspeito-de-traffic-internacional.ghtml>



sexualmente transmissíveis.

A vulnerabilidade de uma criança ou adolescente trans em situação de rua e vivendo da prostituição é tamanha que se tornam alvo fácil do tráfico⁴⁴ de pessoas⁴⁵ e da exploração sexual.

As violências se sucedem e para aquelas que não abandonam a escola o espaço da escolar é outro local de fortes sofrimentos e violações. O ambiente escolar, em muitas das situações, reproduz a ideia conservadora e preconceituosa fundamentada no preceito de adequação individual dos sujeitos.

Situações recorrentes neste espaço são as crianças e adolescentes transexuais expostas a situações vexatórias como a proibição do uso do banheiro adequado à sua orientação de gênero; o *bullying* praticado pelos colegas e não combatido de maneira efetiva, dentre outros são geradoras da intensificação de sofrimentos que muitas vezes imputa em quadros de ansiedade e/ou depressão severos, podendo levar ao suicídio.

Essa experimentação tende a ser traumática e geradora de sentimentos de aversão em relação à escola tendo, como consequência, o abandono escolar, impossibilitando a capacitação formal e dificultando, posteriormente, o acesso dessas pessoas ao mercado formal de trabalho.

Sem contar com o devido apoio familiar, muitas transexuais costumam enfrentar sozinhas as discriminações na escola e nos diversos contextos. Isso nos permite supor que possa existir um círculo vicioso: o preconceito na infância prejudica sua formação e a não capacitação juntamente com a exclusão pelo preconceito, deixam-lhe poucas opções no mercado de trabalho. (SOUZA, 2012 p. 37)

44 A exemplo disso ver a matéria da Revista Claudia da Editora Abril de 28 de junho de 2019 que apresenta relatos de duas mulheres trans libertadas do tráfico de pessoas nas operações Fada Madrinha e Cinderela, intitulada “Resgatadas do Inferno: as mulheres trans libertadas do tráfico de pessoas” disponível através do link: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/mulheres-transexuais-trafico-de-pessoas/>

45 Tráfico de pessoas, segundo o Protocolo de Palermo (2003), do qual o Brasil é signatário, é o “recrutamento, transporte, abrigo ou recebimento de pessoas por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração sexual”. (LAZZERI, 2019)



Segundo Cantelli e Nogueira (2019), em levantamento⁴⁶ da realidade de estudantes trans no Brasil, de 250 pessoas que responderam, 52% indicaram que sofreram algum tipo de violência no ambiente escolar, sendo os jovens entre 14 e 18 anos (52%), as maiores vítimas. Do total, 50% declararam ter abandonado os estudos em algum momento da vida. Dentre os motivos constavam a transfobia⁴⁷, a depressão e a falta de recursos financeiros. Sobre os obstáculos encontrados no cotidiano escolar, 38% indicaram o preconceito, 18% assédio moral, 16% agressões verbais, dentre outros (p. 39). Em relação aos direitos negados nas instituições educacionais, os mais citados foram o uso do banheiro correspondente à identidade de gênero (39%) e a efetivação do nome social (26%) (2019, p. 37- 39).

No questionário aplicado, na questão referente ao período escolar e a relação entre colegas e professores, obtivemos 27 respostas.

Quadro 3. Relações – Período Escolar

	Nº	%
Não sofreu nenhuma forma de violência no período escolar.	5	18,5
Concluiu os estudos tendo sido sempre respeitada na sua condição de mulher trans.	2	7,4
Sempre contou com o apoio dos professores.	1	3,7
Têm apoio dos professores e amigos, mas tem difícil relação com alguns colegas por sua condição de mulher trans.	1	3,7
Sofreu assédios morais e bullying dos colegas porém sempre tiveram apoio dos professores.	3	11,1

46 Pesquisa realizada por meio de formulário eletrônico no final do ano de 2018 conforme indicado no relatório.

47 É o rechaço específico em relação às pessoas travestis e transexuais. A transfobia se expressa por meio do não reconhecimento das vivências de identidade de gênero distintas dos ditames postos pelas normas de gênero e pela ideologia do binarismo sexual. Ao superarem as barreiras postas pelas normas de gênero e uma visão essencialista acerca dos corpos, dos sexos dos gêneros, as pessoas travestis e transexuais são expostas a um duro quadro de vulnerabilidades, que fazem delas alvo das mais acirradas manifestações de desaprovação e repulsa social. A transfobia as exclui de praticamente todos os espaços de convivência cidadã e, ao mesmo tempo, as coloca entre os principais alvos da violência letal contra GLBT. (BRASIL, 2007)



Sofreu assédio de colegas mas não de professores, porém, nunca contou com apoio dos professores pois não havia nenhum canal para tal.	1	3,7
Iniciou a transição durante o período de pandemia no qual está tendo aulas apenas online e portanto sem contatos diretos com colegas e sem problemas.	1	3,7
Assumiu depois de formada.	2	7,4
Concluiu os estudos, porém em todo o período passou por constrangimentos e violências em função da sua condição de mulher trans.	2	7,4
Sofreu assédios morais e bullying tanto de colegas quanto de professores.	5	18,6
Abandonou a escola antes de concluir o ciclo.	1 ⁴⁸	3,7
Sofreu violência sexual.	3	11,1
	27	100

Fonte: Questionário, 2020.

Podemos observar diferentes realidades postas para as mulheres trans respondentes no que se refere ao período escolar e as relações com colegas e professores. As que assumiram e transacionaram após a conclusão do ensino educacional informarem não terem passado por sofrimentos durante esse período; também se apresenta a situação de transição durante esse momento de pandemia e de aulas online o qual não demanda a presença física, não gerando intercorrências nas relações; há também, embora minoria, as que relataram sempre terem sido respeitadas durante a convivência escolar; já a maioria relata ter sofrido algum tipo de violência, por colegas e ou professores, dentre estas, a violência sexual. Fica

48 Na questão referente à escolaridade 5 mulheres responderam não possuir ensino médio completo. Nesta questão sobre a relação na escola apenas 1 relata ter abandonado o ciclo. Pode ser que as respondentes sem ensino médio completo tenham optado por assinalar outra opção demarcando as violências ou não sofridas no período escolar. Verifica-se a possibilidade de uma má formulação nas alternativas.



demonstrado nesse âmbito a partir das respostas, situações de respeito à dignidade e ao mesmo tempo, as violências pela condição de mulher trans.

Importante pontuar que, das 29 mulheres trans que responderam ao questionário, 11 (38%) possuem superior completo, enquanto 5 (17,2%) não possuem o ensino médio completo.

Vale citar alguns avanços na esfera da educação, na busca da garantia dos direitos e, principalmente, ao respeito no que se refere às pessoas trans, como o Parecer CNE/CP nº 14/2017 do Conselho Nacional da Educação - CNE, aprovado em 12 de setembro de 2017, referente a normatização nacional do uso do nome social na educação básica com o propósito de assegurar que os direitos, “não sejam mais negligenciados a estudantes travestis e transexuais na educação básica no que se refere à possibilidade de uso do nome social” (BRASIL, 2017, p. 1).

Outra importante legislação é a Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Nesta Resolução, em seu art. 1º, aponta-se a importância de projetos pedagógicos que abarquem diretrizes e práticas de combate a quaisquer formas de discriminação em relação à orientação sexual e de identidade de gênero.

Art. 1º Na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares. (BRASIL, 2018, p. 1)

Em contrapartida, ameaçando esses avanços, o contexto conjuntural caminha contrariamente a esses pressupostos. No que se refere ao respeito às pessoas trans no âmbito escolar, como estratégia do conservadorismo ascendido e fomentado pelo, à época candidato, Jair Messias Bolsonaro, se intensificou o combate ao que chamam de “ideologia de gênero” - “que encontra sua gênese em textos produzidos a partir de 1997, por setores conservadores da Igreja Católica” e do “Kit-gay” (ROSA; SOUZA; CAMARGO, 2020, p. 129).

Especificamente no caso do Brasil, o combate a “ideologia de gênero” foi apropriada pelo neopentecostalismo e organizações como o Programa Escola Sem



Partido e refere-se a acusação aos professores de praticarem “doutrinação de esquerda”, impondo a homossexualidade e transexualidade, dentre outros, às crianças, deturpando a moralidade e com objetivo de destruir a família tradicional brasileira (ROSA; SOUZA; CAMARGO, 2020, p.135).

Tudo indica que os empreendedores morais contra a “ideologia de gênero” são grupos conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas. Sobretudo, dentro do recente campo discursivo de ação reconstituído neste artigo, buscam delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual, portanto refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão dos direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar a sua concepção de mundo tradicional (Miskolci e Campana, 2017, p. 743 apud ROSA; SOUZA; CAMARGO, 2020, p. 135).

Neste campo de acirramento de preconceitos e ódio que impera atualmente no Brasil, uma forte pauta política da direita conservadora vem se colocando, ampliando consideravelmente as violências a que estão sujeitas a população LGBT+. Surgem propostas como o Projeto de Lei nº 489320/20 que visa tipificar como crime, a ação de quem promover, adotar, divulgar ou realizar, atividades, sejam elas de qualquer natureza, dentro das dependências das escolas da rede municipal, estadual e federal de ensino, que possuam como conteúdo a ideologia de gênero (HAJE, 2020).

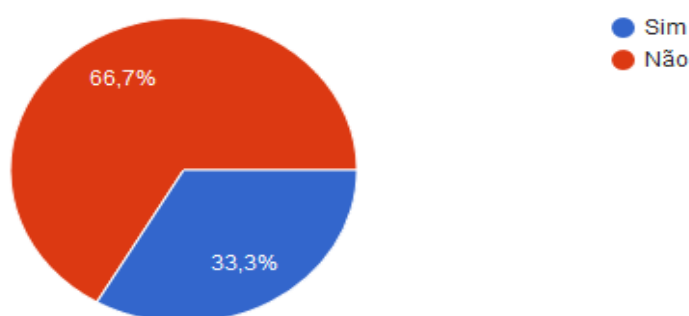
Outras violências se somam no acesso e atendimento nos serviços públicos de saúde. A conduta profissional de alguns agentes de saúde no atendimento a pessoas transexuais e travestis é permeada por preconceitos, desrespeitos e discriminações.

As violências mais comuns são referentes ao uso do nome social e a marginalização da forma de vida, do uso de drogas e infecções por HIV (SOARES, 2018), processos que podem ser determinantes para o distanciamento a estes serviços, fragilizando os cuidados com a saúde.

Se faz necessário pontuar que identificamos a partir do nosso questionário uma baixa utilização de serviços de saúde especializados para a população trans e é provável que isso ocorra pela ausência desses serviços. Das 29 mulheres respondentes, 20 (69%) declararam não utilizar nenhum serviço de saúde

específico, enquanto apenas 9 (31%) utilizam serviço de saúde específico para pessoas trans. Das 9 que responderam utilizar serviços de saúde específicos, 4 são residentes da cidade de São Paulo, 2 de cidades do interior do estado de São Paulo, 1 de cidades da região da Baixada Santista, 1 da Bahia e 1 de Curitiba.

Figura 4 - Uso de Serviço de Saúde Específico para População Trans



Fonte: Questionário, 2020.

As que responderam não fazer uso de serviços de saúde específicos para pessoas trans, quando questionadas sobre como realizam o acompanhamento de saúde, das 21 respostas⁴⁹, tem-se, conforme quadro a seguir, as seguintes situações.

Quadro 4. Acompanhamento de Saúde

	Nº	%
Realizam seus acompanhamentos na rede de saúde tendo, a sua condição de mulher trans, sido respeitada nestes serviços.	7	33,3

49 Observa-se uma pequena incongruência entre as respostas. 20 mulheres responderam não passar por serviço de saúde específico para pessoas trans e, no entanto, 21 responderam a questão seguinte que tinha a seguinte colocação: "Em caso de ter respondido não, como faz seu acompanhamento de saúde em geral?", o que pode ser consequência de confusão ou dubiedade na questão colocada.



Nunca vai a médicos.	2	9,5
Evita ir a médicos pois sempre sofre preconceito e é maltratada.	3	14,3
Raramente procura atendimento de saúde.	1	4,8
Só passa por médicos em alguma urgência e não informa a condição de mulher trans, se “vestindo como homem” nessas ocasiões.	4	19
Vai ao médico de pessoas cis e não em ambulatório exclusivo trans.	1	4,8
Utiliza o serviço privado e tem sido bem tratada no geral.	1	4,8
Vai ao médico quando necessita de receitas para trocar medicações e acompanhamento psicológico.	1	4,8
Foi atendida, na cidade de Campinas, pela única médica que atende pessoas trans pelo SUS, no entanto, o encaminhamento para outros serviços é precário e não é multidisciplinar.	1	4,8
	21	100

Fonte: Questionário, 2020.

Embora dentre as respondentes existam mulheres trans que encontrem tratamento digno e respeito nos serviços de saúde, um número considerável apresenta algum nível de dificuldade nestes. Ainda há as que relatam que quase nunca ou nunca buscam por atendimento de saúde, ou que quando o fazem, escondem sua condição de mulher trans.

Referente às mulheres que declararam nunca ou raramente ir a médicos ou procurar atendimento de saúde fica posta a vulnerabilização e fragilização das condições de saúde a que estas estão submetidas.

Nunca ir a médicos significa passar por adoecimentos e padecer sozinha na esperança que o corpo se cure sem nenhuma intervenção. Implica ainda na não realização de exames preventivos como o exame para prevenção de câncer de



próstata⁵⁰, doença que, se diagnosticada precocemente, possui altos índices de cura.

Porém, embora esteja instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), desde 2011, através da Portaria Nº 2.836, que apresenta como um de seus objetivos “prevenir novos casos de câncer de próstata entre gays, homens bissexuais, travestis e transexuais e ampliar acesso ao tratamento”, podemos observar, no site do Ministério da Saúde a matéria publicada em 03 de Novembro de 2020 sobre a prevenção do câncer de próstata, intitulada “Novembro Azul: no mês de conscientização sobre a saúde do homem, seja herói da sua saúde!” exclusivamente direcionada aos homens cis (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Outro agravamento na saúde das mulheres trans refere-se ao uso de hormônios sem acompanhamento médico. Vale lembrar que entre as nossas respondentes, 13 indicaram fazer o uso de hormônios sem acompanhamento médico.

Ademais, outra dimensão da transfobia institucionalizada se expressa nas respostas das mulheres trans que alegaram “evitar ir a médicos pois sempre sofrem preconceitos e são maltratadas” e as que “só passam por médicos em alguma urgência não informando sua condição de mulher trans, se vestindo como ‘homens’ nessa ocasião.

Ainda que se tenha a Portaria Nº 2.836, e além dela uma cartilha⁵¹ do Ministério da Saúde, com orientações para os profissionais de saúde do SUS no atendimento às pessoas transexuais, essas violências ainda estão presentes nas vivências dessas mulheres, agravando contextos de saúde, dentre esses, os relativos ao adoecimento mental.

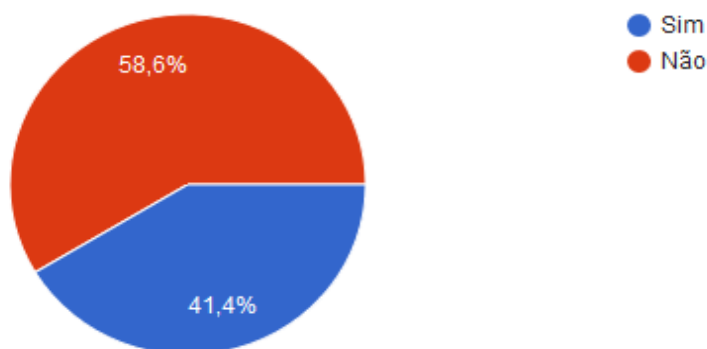
No que se refere especificamente a saúde mental, na questão sobre a realização de tratamento por sofrimentos psíquicos/doença mental, das 29 respondentes, 12 (41,4%) responderam que sim, quase a metade, tendo 17 (58,6%)

50 Mesmo as mulheres trans que realizaram cirurgia de redesignação sexual possuem a necessidade da realização do exame preventivo do câncer de próstata.

51 Disponível no link: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/18/CARTILHA-Equidade-10x15cm.pdf>

declarado que não.

Figura 5 - Tratamento por Sofrimentos Psíquicos / Doença Mental



Fonte: Questionário, 2020.

No que se refere a especificidade do tratamento por sofrimentos psíquicos / doença mental, 13⁵² mulheres responderam, sendo as seguintes alternativas apresentadas:

Quadro 5. Tratamento por sofrimento psíquico / doenças mentais

Descrição	Número	%
Realizam tratamento psiquiátrico e psicológico e fazem uso de medicamentos.	8	61,5
Passam apenas por atendimento psiquiátrico e também fazem uso de medicamentos.	2	15,4
Passam somente por atendimento psicológico	2	15,4
Passa por atendimento psicanalítico tendo tomado antidepressivos no passado através de psiquiatra tendo suspenso o uso após perceber que o que acabou com sua depressão foi a hormonização.	1	7,7

52 Nota-se uma diferença de 1 resposta entre a questão das que fazem tratamentos para sofrimentos psíquicos / doença mental onde 12 responderam que sim. Provavelmente isso se deve pela respondente que quis indicar que já realizou tratamentos no passado mas não mais atualmente.



Realizou tratamentos no passado mas não mais atualmente.	1	7,7
--	---	-----

Fonte: Questionário, 2020.

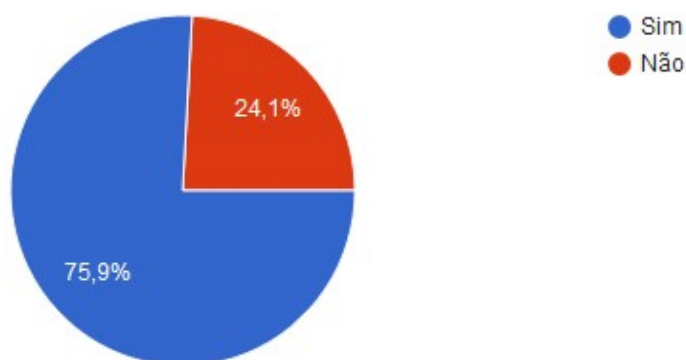
O agravamento da saúde mental das mulheres trans, em sua maioria, é resultado direto da transfobia e pode ser observado na questão sobre pensamentos e tentativas de suicídio ligados a condição de mulher trans.

Das 29 respondentes 24 (82,8%) responderam já ter pensado em suicídio por situações ligadas à sua condição de mulher trans, destas 9 (31%) responderam que inclusive já tentaram o suicídio, e apenas 5 (17,2%) responderam não.

Segundo Monteiro (2017) entre as motivações para o suicídio e ou ideação suicida da população trans são decorrentes da falta de garantias de políticas pelo Estado; da transfobia da sociedade que as expõe a situações vexatórias, constrangedoras, situações de opressão, violência e violação dos direitos; pela família que muitas vezes as expulsa de casa condicionando-as a uma vida de desamparo emocional e material, e pela estrutura social a partir da transfobia institucional, vivida nas mais variadas esferas do exercício da vida.

Retomando às violências sofridas por estas mulheres em contextos de ampliação de sofrimentos, conforme indicou nosso questionário, de 29 respondentes, 22 (75,9%) responderam já ter sofrido algum tipo de violência por ser mulher trans, enquanto apenas 7 (24,1%) responderam não.

Figura 6. Violência em Decorrência da Condição de Mulher Trans



Fonte: Questionário, 2020.



Em relação aos tipos de violências sofridas, destacam-se no contexto das respostas, diferentes tipos de violências. A questão comportava possibilidade de respostas em mais de uma alternativa.

Quadro 6 - Violências sofridas

	Nº	%
Física	10	45,5
Verbal	20	90,9
Moral	16	72,7
Psicológica	19	86,4
Patrimonial	4	18,2
Sexual	8	36,4
Preconceitos	18	81,8
Não reconhecimento do nome social em equipamentos públicos.	10	45,5
Dos mais objetivos aos mais subjetivos ⁵³	1	4,5

Fonte: Questionário, 2020.

Quanto aos agressores (22 respostas), 13 (59,1%) indicaram os familiares; 10 (45,5%) amigos e colegas; 16 (72,7%) desconhecidos; 3 (13,6%) o companheiro; 5 (22,7%) a polícia e 1 (4,5%) instituição de ensino.

Importante apontar algumas reflexões a partir dessas respostas. A primeira delas refere-se às sete mulheres que responderam nunca ter sofrido nenhuma violência devido à condição de mulher trans. Todas se declararam brancas e das sete, quatro afirmaram não ter passado por nenhum processo de transição corporal.

Já das três que passaram por algum processo de transição corporal, uma transicionou apenas após formada (mestrado), as outras duas apontaram que: uma

53 Sugestão da respondente.



que sofreu assédio e bullying na escola e outra que já foi impedida de usar banheiro feminino em lugares públicos além de comentários e piadas de colegas e chefes de trabalho.

Isto nos leva à reflexão de que o transicionamento corporal (ou não assumir a identidade de gênero) pode evitar as violências e os preconceitos. E também que algumas podem não compreender determinadas práticas, como bullying e o impedimento de uso do banheiro feminino, como violências.

O segundo ponto que exige uma reflexão e talvez um aprofundamento são as violências sofridas por agente policial. Das cinco que responderam já ter sofrido violência policial, três indicaram que, em algum momento, tiveram que trabalhar com a prostituição por falta de emprego formal. É possível refletir que a exposição dessas mulheres às ruas as tenham deixado mais vulneráveis a esse tipo de violência.

Na vivência cotidiana, todas as violências a que estão impostas tem implicações diretas, dentre essas, algumas convivendo nos espaços enfrentando as situações que possam ocorrer em função da condição de mulher trans, outras restringindo suas atividades pelos temores em sofrer violências. Segundo as respostas obtidas, na questão⁵⁴ acerca do dia a dia, dentre as 28 respondentes isto se revela. A sensação dos “olhares diferentes” quando saem (64,3%) o medo de agressão ao sair nas ruas (57,1%) e ser assassinada pela condição de mulher trans (53,6%) são preponderantes no conjunto de respostas.

Quadro 7. Cotidiano

	Número	%
Não sente que a tratam diferente e frequenta todos os lugares comuns (shopping, comércio, restaurantes, cinemas, etc.).	5	17,9
Não sente medo de sair na rua nem durante o dia nem a noite.	4	14,3
Constantemente sofre violências verbais.	8	28,6
Foi impedida de usar o banheiro feminino.	7	25
Sente que as pessoas a olham estranhamente.	18	64,3

54 A questão permitia selecionar mais de 1 (uma) resposta.



Evita frequentar lugares como shoppings, restaurantes, etc.	5	17,9
Evita sair na rua durante o dia.	6	21,4
Tem medo de andar nas ruas e ser agredida.	16	57,1
Tem medo de ser assassinada pela condição de mulher trans.	15	53,6

Fonte: Questionário, 2020.

No que se refere aos dados referentes ao assassinato de mulheres transexuais é possível observar que esse tipo de violência incide de maneira mais intensa nas mulheres trans pardas e negras. Em 2020 foram assassinadas 175 mulheres⁵⁵ trans e travestis, “78% destas eram negras - pretas e pardas” (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2020, p. 48).

Travestis e Transexuais negras são maioria na prostituição de rua. Proporcionalmente, são estas as que tem os maiores índices de violência e assassinatos. O Transfeminicídio vem se reproduzindo entre todas as faixas etárias. Uma pessoa Trans apresenta mais chances de ser assassinada do que uma pessoa cisgênera⁵⁷. Porém estas mortes acontecem com maior intensidade entre travestis e mulheres transexuais, negras. Assim como são as negras as que tem a menor escolaridade, menor acesso ao mercado formal de trabalho e a políticas públicas (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019, p. 20).

A violência incide, em maior ou menor intensidade, nas mulheres trans mais pobres⁵⁸ e ou negras, seguindo a conformação social brasileira. Quanto menor a rede de apoio, menores são as possibilidades de escolarização, gerando maiores dificuldades na inserção no mercado formal de trabalho, precarizando as condições de manutenção da própria vida, submetendo-as a maiores chances de sofrer as

⁵⁵O desrespeito ao nome social das vítimas gera subnotificações que comprometem o levantamento total dos dados. (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019, p. 15).

⁵⁶As mulheres transexuais e travestis são as maiores vítimas dos assassinatos. No ano de 2020 não foi encontrado pela ANTRA em seu levantamento nenhum registro de homens trans assassinados. O que reafirma a perspectiva de gênero para essas mortes. (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2020, p. 31)

⁵⁷Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (JESUS, 2012, p. 14).

⁵⁸A violência tem variação conforme a renda da pessoa que sofre a agressão. As mulheres trans que não tem outra forma de sustento que não a prostituição, estão muito mais expostas à violência física, por enfrentar dia-a-dia a intolerância nas ruas, como também a violência psicológica, quando posta em comparação às ricas (MORAES, 2016).



mais variadas violências e violações, reduzindo drasticamente a expectativa⁵⁹ de vida.

Em termos relativos, as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável a mortes violentas, “(...) estimativa referendada pelas próprias associações da categoria, indicam que o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que um gay” (GGB, 2019, p. 02).

No que se refere a vida das mulheres trans, observemos abaixo relato colhido no conjunto de respostas do questionário.

Minhas condições de vida e trabalho são precárias e desumanas. Convivo com familiares que não reconhecem a minha identidade e tenho um pai que é alcoólatra, irresponsável e violento, que vive me agredindo com ofensas lgbtfóbicas pela minha maneira de expressar. Já recebi várias ameaças de expulsão e tudo o que eu queria era uma casa para morar, mas infelizmente o dinheiro que eu ganho de um trabalho informal mal dá para sobreviver. Tenho crises de ansiedade e tendência à depressão e suicídio. Se tivesse uma casa de acolhimento a pessoas trans e lgbtqia+ aqui no meu estado, na Paraíba, eu procuraria o mais rápido possível (Respondente, questionário, 2020).

Com este relato podemos observar o impacto gerado pela falta de acolhimento e apoio da família. Além disso, fica claramente exposta a violência psicológica a qual está submetida esta mulher, que parte principalmente pelo seu genitor. Ameaças constantes de expulsão e ofensas verbais fazem parte do cotidiano dessa respondente, o que gera diretamente uma fragilização emocional e adoecimento mental colocando assim sua vida em risco. Ressalta que essa depoente, na questão quanto ao suicídio, afirmou pensamentos suicidas pelas situações ligadas a sua condição de mulher trans.

Observamos, de uma forma geral, esse contexto na vida das respondentes. A dimensão das condições de vida a que estão submetidas são claramente situações geradoras de muitos sofrimentos.

⁵⁹ Os dados do IBGE (2016), reforçam essas estatísticas: a média nacional referente à expectativa de vida no país é de 75,8 anos. Essa expectativa cai para 35 anos no caso de mulheres trans, conforme apresenta estudos do Senado Federal (BORTONI, 2017).



3.2 A “passabilidade” como questão de sobrevivência

A passabilidade (do inglês *passing*) refere-se a capacidade da pessoa trans “passar-se por⁶⁰” uma pessoa cis. Ou seja, significa que corporalmente as características físicas da pessoa trans para a sociedade que as vêem, se aproximam tanto do estereótipo normativo atribuído aos gêneros que é praticamente impossível reconhecer que aquela não é uma pessoa cisgênera.

Conforme coloca Duque (2013, p. 21) (...) a experiência de ‘passar’ por só ocorre quando se performatiza uma suposta continuidade entre sexo, gênero e desejo (...).

O gênero só existe na prática, na experiência e sua realização se dá mediante reiterações cujos conteúdos são interpretações sobre o masculino e o feminino, em um jogo, muitas vezes contraditório e escorregadio, estabelecido com as normas de gênero. O ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporal, são atos que fazem o gênero. Que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros. Também os/as homens/mulheres biológicos/as se fazem na repetição de atos que se supõe que sejam os mais naturais. A partir de uma citacionalidade de uma suposta origem, transexuais e não transexuais igualam-se (BENTO, 2006, p. 228 apud DUQUE, 2013, p. 22).

É possível, em um primeiro olhar digamos até desatento, que a passabilidade seja compreendida nada mais como mera reafirmação de estereótipos de gênero, extremamente reguladores dos corpos e ferramenta indispensável para a manutenção das opressões de gênero dentro do sistema conservador, patriarcal, machista, tal qual como se configura o sistema capitalista.

É fato que, de certo modo, a passabilidade tenha sua parcela de reforço destes estereótipos, visto que, no caso em questão, as mulheres transexuais em sua maioria, buscam a adequação corporal através de hormonização, cirurgias plásticas,

60 Utilizamos aqui o passar-se por, bem como a passabilidade, no sentido de como a sociedade percebe a pessoa trans e não como se a pessoa trans tentasse se passar por uma pessoa cisgênero (passar-se por homem, passar-se por mulher), pois compreendemos que, no nosso caso específico de estudo, a mulher trans é uma mulher.



dentre outras, bem como assumem trejeitos e “qualidades” ditas femininas.

Fato é também, que isso não acontece meramente por acaso ou por simples querer. Se faz necessário, como aponta Duque (2017), refletir sobre essas problemáticas que giram em torno da questão da passabilidade.

Refletir sobre elas é problematizar a segurança ontológica tão necessária para a sobrevivência dos indivíduos na contemporaneidade, afinal, categorias de aparente fixidez são fundamentais para as inteligibilidades identitárias, especialmente nesse caso, no qual o que se foca é a questão do “ser homem” e do “ser mulher”, demarcação tão naturalizada e historicamente sedimentada como verdade segura em nosso meio (2017, p. 3).

A passabilidade é, portanto, uma dimensão maior que a de se encaixar enquanto homem ou mulher. Trata-se, na verdade, de ser vista enquanto o que se é a partir de uma sociedade reguladora no que se refere ao que é ser mulher, e portanto, que permite a partir dessa regulação/avaliação/aprovação da passabilidade para permitir a existência do sujeito.

Refere-se a uma questão de sobrevivência, pois como afirmou Butler (2008), “os corpos só surgem, só permanecem, só sobrevivem dentro das limitações produtivas de certos esquemas reguladores com alto grau de generalização” (2008,14 apud DUQUE, 2017, p. 7).

Expressão disto é a passabilidade necessária e exigida para determinados trabalhos. Observemos a seguir dois relatos das respondentes que trazem relevantes apontamentos sobre a passabilidade:

É como eu expressei nas respostas. Ser mulher trans, e ainda não passável como cisgênero e com a transição lenta devido aos recursos e incompleta, me coloca em vulnerabilidade social. Na verdade eu amo ser o que sou, mas as vezes a solidão, a falta do apoio familiar, de dinheiro pra manter uma estética digna pesam. Eu sinceramente acredito que os as vagas de emprego formal ocupadas por mulheres trans aqui em Salvador tem sido preenchidas pelas garotas o mais passáveis como cisgênero possível. Quem tem limitações para tal em sua corporeidade, incomoda e é discriminada. Na maioria dos casos resta sempre a prostituição. Os procedimentos estáticos para nós são uma forma de sobrevivência, são caros e jamais podem esperar um emprego surgir (Respondente, questionário, 2020).

Tenho condições de vida decentes por ter ajuda dos pais, mas não estou conseguindo arranjar um emprego decente mesmo tendo boas

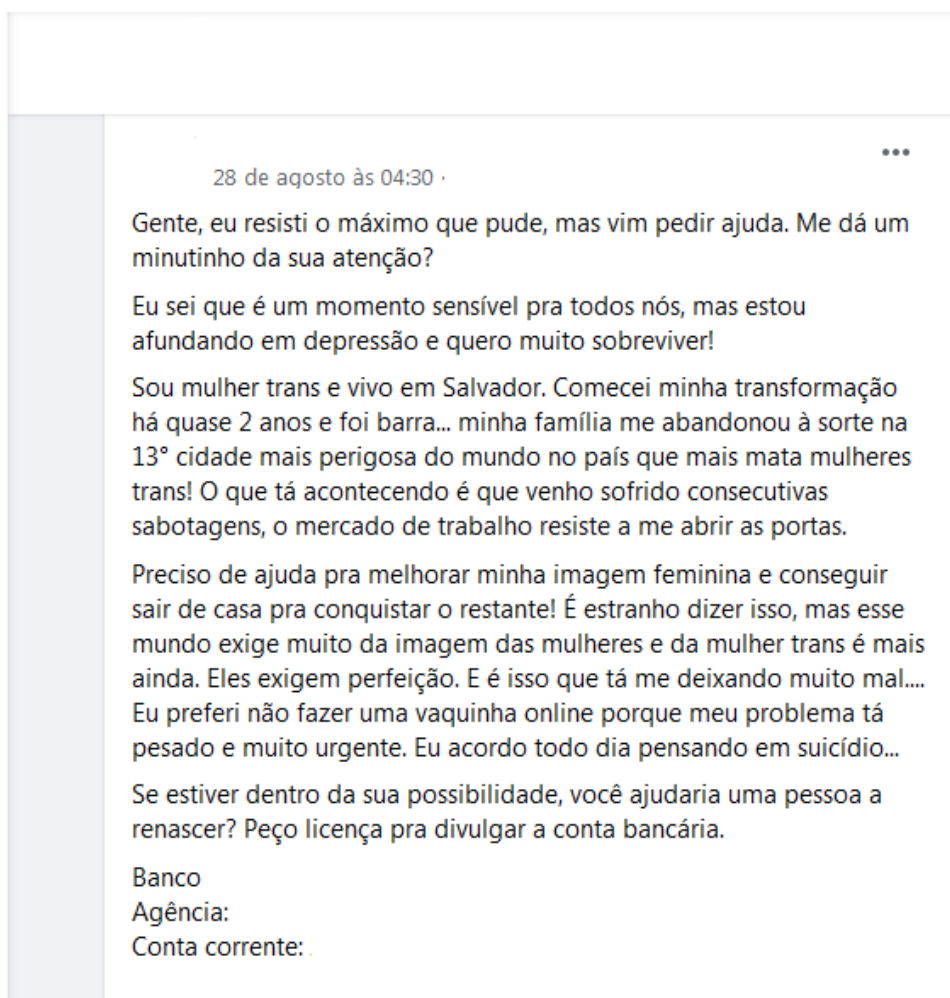


qualificações. Ano passado fui para muitas entrevistas e não me contrataram. Acho que o fato de eu não ser nenhum pouco passável (ano passado era menos ainda) influencia (Respondente, questionário, 2020).

Em ambos os relatos é possível observar que o fator passabilidade exerce grande influência na qualidade de vida das mulheres trans. A normatividade conservadora acerca do corpo feminino e de como ele deve ser implica em uma busca emergencial e desesperada das mulheres trans para sua existência enquanto sujeitos e minimamente usufruir de dignidade e direitos.

Vejamos a seguir relato⁶¹ de uma mulher trans, retirado do facebook, que pede ajuda para seguir com sua transição corporal e alcançar “melhores resultados”.

Figura 7. Relato nas Redes Sociais (Mulher Trans)



Fonte: Facebook, ago./2019.

61 Foram apagadas foto, nome e dados da pessoa em questão para eticamente manter seu sigilo.



Esse relato é significativo para análise do que se refere a passabilidade. Não só demonstra a dimensão psicológica, no sofrimento expresso pela falta de passabilidade da mulher trans no mercado de trabalho, como as exigências deste mercado na conformação dos corpos.

Essa exigência do mercado de trabalho por maior passabilidade indicada no relato, acaba por apagar as competências da pessoa em questão, além de causar extremo sofrimento que pode acarretar em suicídio ou em busca de sobrevivência através de outros meios, como o trabalho com prostituição submetendo a mulher trans a maior incidência de violências e assassinatos.

Também a necessidade de passabilidade pode acabar por levar, mais especificamente as mulheres transexuais, a busca de procedimentos mais baratos/acessíveis e conseqüentemente clandestinos e sem regulamentações médicas de saúde, como o uso do silicone industrial injetável, que pode ocasionar em risco de amputação de membros e até a morte.

Ser passável significa “merecer” mais respeito da sociedade, significa ter mais possibilidade de acesso a direitos, como uso do banheiro feminino, a circulação em espaços públicos sem constrangimento, a possibilidade de ser empregada, entre inúmeros outros, o que demonstra a perversidade e violação de direitos na sociedade capitalista, na conformação normativa dos corpos.

Cabe aqui, portanto, como já apontado, categorizar a passabilidade não enquanto um simples desejo de reproduzir estereótipos consolidados socialmente, mas a necessidade dessa reprodução de estereótipos que parte principalmente da sociedade para o sujeito a fim de “autorizar ou não” sua existência. Aqui cabe também o exercício de observar a essência e não a aparência da reprodução desses estereótipos pelas mulheres transexuais, que detém em si, um movimento que se inicia socialmente e não intrínseco ao sujeito. Ou seja, se é possuindo seios e traços mais femininos que se marca ser mulher, então é na busca de seios e traços femininos que se buscará.



3.3 Mulher trans e trabalho

O trabalho, ao longo da história, sofreu diversas transformações, se apresentando de diversas cada tempo. (NOGUEIRA, 2011, p. 117). Porém, como apontou Marx e reiterou Lukács:

O trabalho, como formador de valores, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade, é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, a vida dos homens (NOGUEIRA, 2011, p. 117).

Diferente dos animais, que podem alterar a natureza apenas pela sua existência, “o homem não só a transforma de acordo com seus interesses, mas também em grande medida, a domina e essa acentuada diferença ocorre especificamente através do trabalho.” (ENGELS, 2004: 28 apud NOGUEIRA, 2011, p. 120) “(...) nunca uma mão simiesca construiu um instrumento de pedra por mais simples que este fosse.” (ENGELS, 2004:18 apud, NOGUEIRA, 2011, p. 118). Outra clara distinção entre os homens e os animais é a capacidade idealizar os objetivos que pretende alcançar,

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera (MARX, 1988: 142-143 apud NOGUEIRA, 2011, p.121).

Portanto, o trabalho, como aponta Engels, desempenha importante papel na humanização do ser social, pois, “a própria condição biológica humana, enquanto constituinte da ontologia do ser social, tem como base e fundamento, o trabalho humano” (NOGUEIRA, 2011, p. 118).

Nogueira ainda cita Engels e Marx para demonstrar que após o homem perceber as vantagens do trabalho em conjunto e seus resultados exponencialmente maiores que o individualizado, começa a se organizar em agrupamentos, protoformas de organizações societárias. Ao se organizar, de maneira intrínseca a este processo de modificação da natureza resultante de seu trabalho, o homem



acaba por autotransformar sua própria natureza (2011). Portanto, “(...) no trabalho estão gravadas *in nuce* todas as determinações que (...) constituem a essência de tudo que é novo no ser social” (LUKÁCS, 1981:04 apud NOGUEIRA, 2011, p. 117-118).

Isso pode ser visto de imediato no fato fundante do ser do ser social, o trabalho. Este, como Marx demonstrou, é um pôr teleológico conscientemente realizado, que, quando parte de fatos corretamente reconhecidos no sentido prático e os avalia corretamente, é capaz de trazer à vida processos causais, modificar processos, objetos etc. do ser que normalmente só funcionam espontaneamente, e transformar entes em objetividades que sequer existiam antes do trabalho (LUKÁCS, 2010, p. 39-40).

O pôr teleológico é, portanto, a capacidade de idealizar e aplicar intencionalidade na práxis. Este, por sua vez, se divide em duas categorias, o pôr teleológico primário, que se refere à relação entre o trabalho e a interação com a natureza, e “tem em seu transcorrer uma intencionalidade voltada para o desenvolvimento da condição humana do homem”. Já o pôr teleológico secundário, são as relações mais complexas ocorridas a partir do trabalho através da práxis, ou seja, a relação entre os seres sociais a partir do trabalho, como o convencimento dos demais para a realização de tarefas no âmbito coletivo) (ANTUNES, 1999: 146 apud NOGUEIRA, 2011, p. 125).

Porém, a prévia ideação, como nos lembra Nogueira (2011), só existe se for materializada, ou seja, se se concretizar por meio da práxis. (p. 123) E, “quanto mais avançados são os conhecimentos das cadeias causais presentes e operantes, maior será o domínio do sujeito para torná-las cadeias causais postas e conseqüentemente ampliar a esfera da liberdade” (NOGUEIRA, 2011, p. 129).

O ato teleológico, expresso por meio da colocação de finalidades é, portanto, uma manifestação intrínseca da liberdade, no interior do processo de trabalho. É um ato de real interação entre abstração e concretude, causalidade e teleologia, necessidade e liberdade (ANTUNES, 1999: 145, apud NOGUEIRA, 2011, p. 129).

Essas alternativas se referem às escolhas realizadas para a concretização da ideação através da ação. Quanto mais consciente do processo, maior a autonomia nas escolhas entre alternativas, e logo, maiores as possibilidades de ampliar a



esfera de liberdade. Por esse motivo Lukács aponta que não só é fundamental a compreensão do “papel ontológico do trabalho, mas também a sua função na construção do ser social, como ser dotado de autonomia e, por isso, completamente diferente das formas de ser anteriores, pré-humanos” (ANTUNES, 1999: 141 apud NOGUEIRA, 2011, p. 131). “Não é a consciência dos seres humanos que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 1983, v.13, p. 9 apud LUKÁCS, 2010, p. 356).

No entanto, esse processo só é possível em sua plenitude, quando “o trabalho se torna autodeterminado, autônomo e livre e, por isso, dotado de sentido”. Significa dizer, que o trabalho precisa possibilitar não só a garantia da existência material, suprimindo exclusivamente as necessidades biológicas, mas também o desenvolvimento da consciência, através do contato com “a literatura, a poesia, a arte, a música, a pintura, etc.; exercitando dessa forma, a liberdade. Liberdade esta que será imprescindível para a emancipação e humanização do ser social” (ANTUNES, 1999: 142/143 apud NOGUEIRA, 2011, p. 127).

Esse processo se torna, na sociedade capitalista, absolutamente inviável, visto que o objetivo maior do capital, a acumulação através do lucro, requer a compra da maior quantidade de força de trabalho pelo menor custo. Compreendendo portanto a categoria trabalho e suas nuances, se faz imprescindível refletir o trabalho para as mulheres, visto que esta pesquisa se concentra em estudar, além das trajetórias de vida, as de trabalho para a mulher transexual.

Segundo aponta Nogueira (2011, p. 19), tanto na Antiguidade quanto nos séculos anteriores à Era Cristã, as mulheres já possuíam seus lugares e deveres definidos além de não serem consideradas cidadãs. Na Idade Média, a divisão do trabalho das mulheres era feita por categorias.

As solteiras eram responsáveis por lavar e tecer, as mães se ocupavam dos cuidados relativos às crianças pequenas e as mulheres de meia idade entretinham-se com as tarefas relacionadas com os adolescentes e com a cozinha, dentre outras atividades reprodutivas. (NOGUEIRA, 2011, p. 21)

No entanto, também estava presente a divisão social entre as mulheres, pois as camponesas além de trabalhar na agricultura eram as responsáveis pelos



afazeres domésticos (MENICUCCI, 1999: 59 apud NOGUEIRA, 2011, p. 21).

Na Idade Moderna, as mulheres eram mais presentes nos trabalhos fora do âmbito domiciliar, ocupavam-se com atividades referentes ao comércio, como amas e lavadeiras e no setor industrial (SCOTT, 1994: 447- 448 apud NOGUEIRA, 2011, p. 21).

Será no início da Revolução Industrial (séc. XIX) que surge o proletariado feminino e durante seu desenvolvimento, o mercado de trabalho se abre para a mulher. Além do preconceito enfrentado pelas mulheres que trabalhavam nas indústrias e das baixas remunerações alegadas pela “incapacidade ou inaptidão” para o trabalho, a gravidez era considerada outro “problema” dificultando a permanência no trabalho por longos períodos (NOGUEIRA, 2011, p. 23).

Portanto, a estigmatização da mulher, a partir dos estereótipos de gênero, serviu, de maneira extremamente benéfica, ao sistema de produção capitalista, reforçando a exploração desigual das trabalhadoras e justificando os empregos precarizados e com piores remunerações.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, na qual os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (ANTUNES; 1999, p. 109 apud CISNE, 2015, p.113).

Segundo Cisne (2015, p. 117) “a divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho”. Uma divisão que hierarquiza e subalterniza os trabalhos a partir de categorizações do que seja considerado “trabalhos naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos” (ibidem, ibidem). Essa divisão é, portanto, produto de uma construção histórica e social, que se define e se consolida no capitalismo.

O mundo do trabalho no sistema capitalista, portanto, se organiza e se efetiva a partir de explorações desiguais, justificadas por sua vez na ideia de naturalização de papéis e estereótipos. Significa dizer que a distinção entre as capacidades femininas e masculinas justificou a desigualdade entre os gêneros no mundo do trabalho e estruturou sua organização.



A mulher transexual, neste caso, encontra-se no “não lugar” enquanto sujeito. Já que, segundo a concepção conservadora convenientemente adotada no capitalismo, ela possui “naturalmente qualidades e capacidades masculinas, mas que adotou os atributos femininos” portanto não se encaixa em nenhum dos lugares pré-determinados.

Embora, as mulheres transexuais ao transicionar, geralmente assumam papéis de gênero reproduzindo-os socialmente, aceitá-las significaria abandonar a ideia fundante de que homens e mulheres nascem com capacidades determinadas, e portanto possuem habilidades específicas, próprias para os trabalhos que lhe são “reservados”.

Para as mulheres transexuais, no que se refere ao trabalho, devido aos fatores de exclusão social e preconceitos fundamentados nessa teoria, as possibilidades de trabalho estão, muitas vezes, restritas ao mercado informal e/ou precarizado.

Segundo levantamos em nosso questionário, das 29 respondentes, 20 responderam estar trabalhando no momento em que responderam ao questionário e 9 que não. Em um olhar mais cuidadoso, analisando as questões de forma individual, observamos que 1 das 9 mulheres que respondeu não trabalhar indicou em questões seguintes que trabalha com prostituição, portanto, iremos considerar que a prostituição pode ser assumida como uma forma de trabalho. Sendo assim, contabilizaremos que das 29 respondentes, 21 são trabalhadoras, enquanto apenas 8 não trabalham no momento.

Na questão seguinte, direcionada as que responderam não trabalhar, obtivemos 10⁶² respostas referentes a como se mantêm materialmente. Sete (70%) indicaram ser dependentes financeiramente dos pais, destas, 3 indicaram receber algum benefício do governo. Já 2 (20%) indicaram receber ajuda financeira de amigos e familiares. Sobre as 21 que responderam trabalhar, os trabalhos indicados foram

62 Observa-se incongruência no número de respondentes em relação à questão anterior. 9 mulheres responderam não trabalhar e 10 responderam a questão: Se não trabalha como faz para sobreviver? Podemos atribuir essa diferença de resposta dado que 1 das mulheres que respondeu não trabalhar, indicou nessa questão trabalhar com prostituição. Podemos inferir que na questão se trabalha ou não ela não considerou a prostituição como trabalho de imediato mas resolveu pontuar na questão seguinte referente a como faz pra sobreviver que trabalha com prostituição.



Quadro 8. Ocupação

	Número	%
Bolsista CAPES	1	4,76
Servidora pública	1	4,76
Analista de sistemas	2	9,52
Tecnologia	1	4,76
Tradução	3	14,3
Programação	2	9,52
Profissional do sexo	2	9,52
Assistente social	1	4,76
Recepcionista	1	4,76
Agente de saúde	1	4,76
Analista de comunicação	1	4,76
Digitadora	1	4,76
Professora	2	9,52
Mídia Social	1	4,76
Agente de prevenção voluntária	1	4,76
Oficina mecânica	1	4,76

Fonte: Questionário, 2020.

Destas, 9 (40,9%) informaram⁶³ trabalhar com registro em carteira ou algum tipo de contrato de trabalho e 13 (59,1%) informaram que não.

Conforme Souza (2012), as três áreas que mais as empregam são o telemarketing, a indústria da beleza e a prostituição. No trabalho de teleatendimento, por não haver a necessidade de contato pessoal, o corpo transexual não encontra a barreira social da rejeição.

63 Nesta questão também observamos incongruência dos dados visto que contabilizamos 21 mulheres trabalhadoras mas obtivemos 22 respostas na questão sobre possuir registro ou contrato de trabalho.



Interessante observar como se repete o número de trabalhos relacionados a tecnologia em nossas respostas, com inserções no campo das mídias sociais, digitação, programação, analista de sistemas, tecnologias, dentre outras, como podemos observar no quadro anterior. Isto pode explicar o perfil das respondentes com maior acesso ao trabalho por meio das tecnologias digitais e as respostas ao questionário no *google forms*. O uso da tecnologia na divulgação e aplicação do questionário, disponibilizado nas redes sociais pode ter possibilitado o acesso a um maior número de trabalhadoras da área, o que também conforma um perfil observado no quesito escolaridade.

No contexto da inserção do trabalho de pessoas trans nesta área, nossas respostas reforçam os estudos deste campo quanto ao crescimento desta área como possibilidades de trabalho. Infelizmente apenas com as respostas do questionário não é possível aprofundar as motivações por essa área, embora seja fato que este campo de trabalho esteja em expansão, mas é possível apontar que assim como o trabalho no telemarketing, a maioria das respondentes trabalhadoras da área da tecnologia, também não necessitam de contato direto com o público ou cliente.

No mercado da beleza, há histórico de trabalhadores fora do padrão heteronormativo com exigências de capacitação mais flexíveis (SOUZA, 2012). Não obtivemos respostas quanto ao trabalho nesta área. Isso pode ser reflexo de transformações no mundo do trabalho e a expansão das tecnologias que faz migrar trabalhadores e interesses profissionais, ou também o fato de ser uma área que não exige contato direto com público e clientes. Novamente apenas com a resposta do questionário não temos como precisar essa reflexão.

Já a prostituição é, segundo dados da ANTRA (Benevides e Nogueira, 2019), o segmento onde se encontram 90% das mulheres transexuais. No mercado de trabalho, conforme dados do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (2016, p.14), “travestis e mulheres transexuais tendem a ser socialmente induzidas ao trabalho sexual, sem que a maioria delas tenha a possibilidade de escolher outras formas de trabalho, quando desejam”.

Em nosso questionário, das 21 mulheres que informaram estar trabalhando, apenas 2 (9,53%) informaram estar como profissionais do sexo. Porém, a questão da prostituição é tão latente para as mulheres trans que 9 delas indicaram, em



questão⁶⁴ posterior, que em algum momento da vida trabalharam com a prostituição como podemos observar no quadro a seguir,

Quadro 9. Estratégias de renda

	Número	%
Trabalha com prostituição por falta de emprego formal.	9	50
Pede dinheiro nas ruas.	1	5,6
Pede dinheiro aos familiares.	14	77,8
Depende de doações para sobreviver.	3	16,7
⁶⁵ Vendia roupas, bijuterias e confeccionava fantasias de carnaval.	1	5,56

Fonte: Questionário, 2020.

Conforme estudos, muitas mulheres transexuais estão na prostituição (Benevides e Nogueira, 2019) como estratégia de subsistência, afim de garantir as necessidades materiais mais urgentes e realizar a manutenção da vida, visto que uma série de fatores inviabilizam o acesso ao mercado formal de trabalho. Condição esta que intensifica a suscetibilidade a uma série de violências reduzindo drasticamente sua expectativa de vida.

Conforme uma pesquisa feita pela consultoria “Santo Caos” (2015), o público LGBTI+ encontra dificuldades na hora de se candidatar a uma vaga no mercado de trabalho; segundo a organização, cerca de 43% dos entrevistados afirmam ter sofrido discriminação por sua orientação sexual ou identidade de gênero no ambiente profissional. Através de outra pesquisa, realizada pela empresa “Elancers” _ empresa de recrutamento e seleção, 38% das empresas brasileiras não contratariam pessoas LGBT’s para cargos de chefia, e 7% não contratariam em hipótese alguma (GOMES, 2015, apud LAZZARI, 2017, p. 11).

Essa situação de exclusão do mercado formal de trabalho a que estão submetidas as mulheres trans, na sociedade capitalista, pode ter ao menos duas

64 18 respostas.

65 Opção descrita pela respondente.



explicações. A primeira se refere a ideologia conservadora⁶⁶ burguesa, que estigmatiza e reforça os preconceitos sociais contra essas mulheres, buscando excluí-las em vários processos sociais, fortalecida pelo conservadorismo fortemente presente na sociedade.

Conforme Iamamoto (1999), o conservadorismo moderno “é fruto de uma situação histórica social específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista”, consolidando um padrão normativo nos modos de pensamento e de comportamento, visando a manutenção da ordem capitalista (IAMAMOTO, 1999, p. 22 apud CISNE, 2015, p. 48).

Exemplo disto é a ética fomentada por Ford, que objetivava o controle da vida privada dos trabalhadores afim de garantir a produção da grande indústria. Com os modelos fordista e taylorista de produção, se fazia importante garantir um trabalhador descansado, aplicando cem por cento das suas capacidades no ato laborativo.

Afinal, ‘o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de ‘regabofe’ não é um bom trabalhador, a exaltação passional não pode estar de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos automatismos (GRAMSCI, 1974: 170 apud NOGUEIRA, 2011, p. 143).

Essa ética, como aponta Nogueira (2011), contribuiu para uma nova organização familiar, centrada na monogamia, da qual a estabilidade é um dos seus traços mais característicos para o espaço produtivo.” (2011, p.144). Uma família monogâmica, patriarcal e heterossexual, que na esfera da reprodução, garantia e fomentava a produção. E, neste caso, todas as pessoas que não se enquadram nos padrões normativos de comportamentos estabelecidos, como no caso das mulheres transexuais não obteriam espaço de trabalho.

A segunda explicação se refere ao exército industrial de reserva, que, como demonstra Marx (1988), está diretamente ligado ao processo de acumulação

66 O pensamento conservador é uma postura política e ética que surge no século XVIII em contraposição às revoluções que marcam este século: a francesa e a industrial, que apresentaram o rompimento com a tradição, ganhando força no século XIX. Esse tipo de pensamento terá como grande representante o inglês Edmund Burke, autor de diversos livros e textos que defendiam tal pensamento, que iniciou seus escritos principais com uma obra crítica à revolução francesa. Nela o autor realiza uma brutal crítica à democracia e uma apologia à manutenção da ordem, da família, da igreja e da propriedade privada (CARDOSO, 2013, p. 107).



capitalista.

A acumulação capitalista produz constantemente - e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões - uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (190 apud NOGUEIRA, 2011, p. 140).

Portanto, manter esse segmento populacional excluído e com possibilidades extremamente restritas de efetivar a manutenção das suas necessidades, é parte do funcionamento do sistema capitalista.

A mulher transexual, vitimada pelo preconceito e exclusão social, acaba por ter menores possibilidades de formação e capacitação profissional. Neste contexto, fica condicionada a subempregos, precarizados e com baixos salários, como é o caso da indústria de telemarketing, que apropriada pelo discurso de respeito à diversidade e inclusão social, se aproveita desses segmentos populacionais, que, na emergência de sobreviver, acabam por aceitar quaisquer condições de emprego.

Esse fato acaba por garantir, por um lado, a expansão capitalista e, por outro, a intensificação da exploração e da miséria da classe trabalhadora, uma vez que os salários, de certa forma, são determinados justamente por essa relação entre os trabalhadores ativos e os da reserva, gerando uma competição ininterrupta pelo excedente constante de trabalhadores (NOGUEIRA, 2011, p. 141).

Se observarmos o recorte de raça, que no processo histórico brasileiro tem importantes determinantes, veremos que as mulheres transexuais negras, assim como nas demais esferas da sociedade, encontram-se em maior situação de opressão, visto que, a maioria das mulheres transexuais na prostituição são negras.

Retomando ao conjunto de nossas respostas, a situação no mercado de trabalho são reveladas nos dados, observando que, quanto ao perfil das respondentes, suas inserções estão alocadas em espaços com ganhos maiores. Das 22 respondentes, verificamos,

Quadro 10. Faixa salarial



	Número	%
Menos de um salário mínimo	6	27,3
De um a três salários mínimos	8	36,4
De três a cinco salários mínimos	5	22,7
Mais de cinco salários mínimos	3	13,6
	22	100

Fonte: Questionário, 2020.

Observamos, que as duas mulheres que indicaram trabalhar como profissionais do sexo não indicaram faixa salarial. Além disso, 3 das 6 que indicaram receber menos de um salário mínimo se declararam não brancas. Não foi possível definir as áreas e fatores em comum das que apontaram receber mais de 5 salários mas no perfil destas respondentes estão a inserção nas áreas das tecnologias e docência. Sobre as áreas que responderam ter o menor ganho (menos de um salário mínimo) apareceram a prostituição e que está trabalhando em oficina mecânica.

Em relação à satisfação e sensação em relação ao atual trabalho, as respondentes indicaram:

Quadro 11. Satisfação e sensação em relação ao trabalho

Opções	Profissões	Nº	%
Está completamente satisfeita.	agente de prevenção voluntária; analista de sistemas; tradução; programação ⁶⁷ ; analista de comunicação; mídia social; analista de sistemas; docência	8	38,1
Está no trabalho que sempre sonhou.	tradução; repcionista;	2	9,5
Sente-se insatisfeita.	servidora pública; programação; agente de saúde;	6	28,6

67 Assinalou estar completamente satisfeita e sentir-se insatisfeita.

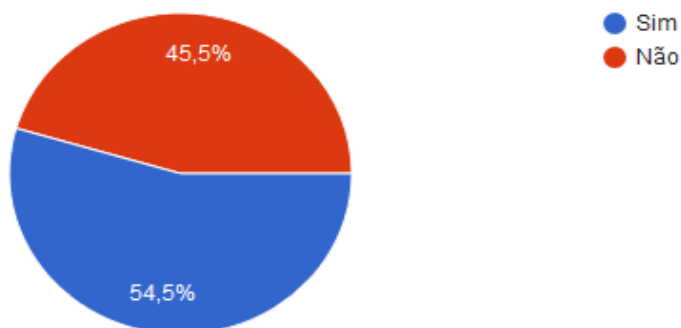


	digitadora; professora; tradutora		
Está neste trabalho por não ter encontrado algo melhor.	programadora; profissional do sexo ⁶⁸ ; digitadora	4	19
Não revelam sua condição de mulher trans.	analista de sistemas; tecnologia; oficina mecânica; docência	4	19
Tem sua condição de mulher trans respeitada.	agente de prevenção voluntária; bolsista CAPES; tradução; programadora; profissional do sexo; assistente social; analista de comunicação	7	33,3
Considera muito explorador.	digitadora	1	4,8

Fonte: Questionário, 2020.

Já na questão sobre preconceitos no trabalho, no conjunto de respostas quanto a se sofrem ou já sofreram algum preconceito, obtivemos 22 respostas das quais 12 (54,5%) responderam sim e 10 (45,5%) responderam não.

Figura 9. Preconceitos no Local de Trabalho



Fonte: Questionário, 2020.

68 Ambas as mulheres que indicaram ser profissionais do sexo responderam estar neste trabalho por não terem encontrado algo melhor.



As situações de preconceitos citados pelas respondentes (12 respostas) foram:

Quadro 12. Preconceitos no trabalho

	Número	%
Não respeito ao nome social	4	33,3%
Impedimento de usar o banheiro feminino	2	16,7%
Piadas e comentários de colegas e chefes	6	50%
Transfobia velada	1	8,3%
⁶⁹ Abaixo assinado realizado por pais de alunos	1	8,3%
Assédio moral	1	8,3%

Fonte: Questionário, 2020.

Os preconceitos contra as mulheres trans no mundo do trabalho são latentes e diversas situações se apresentam em comum para essas mulheres. Necessidades básicas como uma simples ida ao banheiro pode significar vivenciar uma situação altamente degradante. Piadas e comentários desrespeitosos também aparecem como situação em comum entre as respondentes e isso pode caracterizar uma dimensão da violência psicológica que pode causar adoecimento emocional.

O desrespeito ao nome social também pode se enquadrar na dimensão da violência psicológica e esse tipo de violência pode revelar a recusa da sociedade em aceitar a existência das pessoas transexuais. Uma sociedade que assume chamar Edson Arantes do Nascimento de Pelé; Larissa de Macedo Machado de Anitta; Durval de Lima de Xororó, entre outros, mas não aceita chamar as pessoas transexuais pelos nomes aos quais elas se identificam. Isso pode demonstrar que o problema não é de fato, o nome em si, mas a transexualidade.

Outra situação apontada que vale a pena refletir é sobre a situação

⁶⁹ Opção inserida pela respondente.



vivenciada por uma das respondentes, professora, que enfrentou um abaixo assinado dos pais de seus alunos. Infelizmente não temos como afirmar a justificativa apresentada pelo referido documento elaborado pelos pais, mas podemos refletir se a transexualidade da professora tenha sido o fator gerador dessa ação. Inferir que uma pessoa trans, uma mulher trans, não pode ser a professora de seus filhos, pode refletir o “medo” de que a ideia de normalidade perante a transexualidade possa ser perpassada para esses estudantes. Pode ainda estar relacionada com, o já apontado, combate a chamada “ideologia de gênero”. Fato é, que diante dessa situação, é possível observar o preconceito e transfobia que vive a mulher trans nos espaços de trabalho. Isso ocorre em todos os processos do trabalho sendo a busca pelo trabalho, também outro momento permeado por violências. Em relação a essa questão, busca do trabalho, no conjunto de nossas respostas, verificamos, conforme quadro a seguir.

Quadro 13. Vivências no processo de busca por trabalho

	Número	%
Deixou de procurar emprego em algumas situações por ser mulher trans.	10	47,6
Deixou de procurar emprego por não ter o nome alterado nos documentos	7	33,3
Sofreu preconceitos em entrevistas de emprego.	4	19
Não teve o nome social respeitado.	5	23,8
Sentiu que nunca cumpria os requisitos das vagas.	6	28,6
Sentiu que cumpria os requisitos das vagas mas foi contratada por ser mulher trans.	8	38,1
Nunca sofreu preconceito e encontrou emprego com facilidade.	2	9,5
Não mudou de emprego desde iniciou a transição.	1	4,8
Era dona da própria empresa antes de transicionar.	1	4,8



Sua atividade não é efetivamente reconhecida como trabalho (pesquisadora bolsista CAPES).	1	4,8
Tem medo de assumir no trabalho e principalmente em entrevistas de emprego.	1	4,8
Conseguiu emprego por ter passabilidade e ser lida socialmente enquanto mulher cisgênera, mas que já sentiu diversas formas de preconceito ao tentar se inserir no mercado de trabalho formal	1	4,8

Fonte: Questionário, 2020.

Outro fator que além de ferir a dignidade dessas mulheres acaba por inviabilizar o acesso ao mercado de trabalho é a questão dos documentos pessoais não retificados, situação apontada por nossas respondentes. Sem a documentação condizente ao gênero a que se identifica, muitas mulheres transexuais evitam o processo de entrega de currículos e as entrevistas.

Segundo o art. 16º do Código Civil (2002) "toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome." É através do nome que, primariamente, as pessoas serão reconhecidas nos âmbitos familiar, escolar, laboral, das relações interpessoais e obtém inicialmente acesso aos serviços sejam eles públicos ou privados.

O ato de uma pessoa se reconhecer como sujeito individual e particular vem da posse de um nome próprio. Sem um nome não se pode fazer parte de qualquer tipo de sociedade. O nome, para além de um item que diferencia os sujeitos, é compreendido pelo Direito como um valor fundamental da dignidade humana sendo considerado e previsto enquanto um direito da personalidade.

O Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 "dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e funcional."

No entanto, a garantia ao nome social não abrange na totalidade a garantia à dignidade do indivíduo, pois o mesmo ainda necessitará apresentar o seu documento para cadastro inicial em qualquer que seja o serviço a que utilizar,



possibilitando situações discriminatórias e extremamente vexatórias. Além disso, o Decreto não atinge a esfera privada.

Em junho de 2018, foi publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, o Provimento de nº 73/2018, que dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero das pessoas trans em cartório, porém, conforme aponta Masayury (2018), a falta de informação dos próprios cartórios faz com que esse processo, muitas vezes, não aconteça facilmente como esperado.

Segundo as respostas obtidas no questionário, das 29 respondentes esta situação se coloca sob variadas formas atingindo a vida destas mulheres, com destaque que 55,2 % não possuem seus documentos retificados.

Quadro 14. Documentos retificados

	Número	%
Possui os documentos retificados.	11	37,9
Não possuem os documentos retificados.	16	55,2
Encontra-se em processo de retificação dos documentos.	1	3,4
Não sabe como fazer a alteração dos documentos e por isso não buscou efetivar a retificação.	1	3,4

Fonte: Questionário, 2020.

Segundo Keila Simpson, presidente da ANTRA, atualmente não é possível saber quantas pessoas trans estão empregadas justamente pela questão da não retificação dos documentos, portanto, se os documentos não estiverem retificados, a contabilização é de uma pessoa cis empregada, não havendo nenhum marcador identitário que possibilite mensurar a empregabilidade das pessoas trans (JORDÃO, 2020).

Segundo aponta nosso questionário, das 9 mulheres trans que responderam estar empregadas com registro em carteira ou outra forma de contrato de trabalho,



apenas 3 não possuem os documentos retificados, sendo 1 delas não assumida enquanto mulher trans e nem ter passado por nenhum tipo de transição.

O maior número de mulheres sem os documentos retificados, conforme levantou nosso questionário, se encontra nas trabalhadoras informais e nas dependentes de pais e familiares.

A falta de documentos devidamente retificados pode e dificulta ainda mais o processo de busca de trabalho. Somados ao preconceito, a busca pelo trabalho pode se tornar um verdadeiro calvário na vida destas mulheres expondo-as a situações de constrangimento e humilhações.

Na tentativa de compreender um pouco mais sobre a questão do trabalho para mulher trans, observemos os relatos⁷⁰, presentes na questão aberta do questionário por algumas das respondentes.

Há um medo na verdade, de assumir no trabalho (principalmente na entrevista de emprego). Muitas vezes, por ter piadinhas ao redor, sei que ao assumir a identidade de gênero, terei problema (Respondente; Questionário, 2020).

Este é um relato de uma mulher que, segundo nosso questionário, não revela no trabalho sua condição de mulher trans; que já pensou em suicídio por situações ligadas a sua condição de mulher trans, e que em seu processo de identificação enquanto mulher trans, a família não aceitou no início mas com o decorrer do tempo, retomou o contato, ainda que friamente. Vemos aqui uma mulher trans atualmente impossibilitada de se identificar como deseja por medo do que a sociedade lhe reserva.

Sou assumida para meu núcleo familiar e amigos muito próximos. Faço cisplay⁷¹ se vou a cliente ou a compras. Só saio como desejo quando vou a lugares amigáveis a LGBTQIA+ (Respondente; Questionário, 2020).

Outro caso de uma mulher que no trabalho, visita clientes ou faz compras, prefere, para sua proteção, se passar por homem cis. No caso dessa respondente, a família aceitou e permanece com total apoio frente à sua condição de mulher trans,

70

71 Referência ao cosplay. Fazer cosplay de pessoa cis. Vestir-se e portar-se como pessoa cis (homem cis)



o que permite que ela se expresse como deseja. No entanto, ela não passou por nenhum tipo de transição corporal e como dito em seu relato, apenas em espaços seguros, se expressa como mulher. Isso lhe conferiu proteção, visto que, conforme suas respostas no questionário, nunca sofreu nenhuma violência por ser mulher trans, seja no período escolar, em ambientes públicos e sociais e no trabalho.

Entendemos, porém, que isso já se enquadra na violação da dignidade do sujeito.

Tenho um imenso privilégio por ter uma mãe médica, de esquerda, e que me aceitou e me acolheu (mesmo que com alguns atritos) nesse período bem conturbado de início de transição/pandemia. Tenho pensando bastante sobre uma mudança no campo de trabalho. Inicialmente buscava ser prof. universitária na área de filosofia, contudo, a transição e a saída de uma posição de homem branco cishet⁷² têm me feito achar a academia um lugar quase insuportável, além de ser um ambiente masculinizado e machista. Comecei a estudar programação, tanto por ter uma afinidade com a computação, quanto por ser um ambiente levemente transpositivo, com muitos programadores sendo mulheres trans e/ou não-binários, quanto por ter o prospecto de trabalhar de casa, em modo freelancer ou com contratação internacional via internet. Além disso, também porque se sustentar como filósofe no Brasil, é quase impossível, acredito que vá deixar a filosofia apenas como um interesse privilegiado e não como fonte de renda (Respondente; Questionário, 2020).

Neste relato podemos observar duas motivações para mudança de ambiente de trabalho, uma refere-se ao mercado de trabalho e a outra diretamente ao ambiente não hostil que a nova atividade enquanto programadora pode oferecer. Novamente notamos a tentativa de uma mulher trans se proteger no que se refere ao mundo do trabalho.

As condições de vida de uma pessoa transexual é impactada fortemente pela transfobia estrutural que vivemos, impacta na nossa saúde e vida de forma ampla e em todas as dimensões, como física, no nosso corpo, no nosso desenvolvimento, na nossa sociabilidade, somos amputadas psicologicamente sempre, e isso afeta nossa saúde mental, portanto todo esse processo de exclusão social, marginalização e violação de direitos perpassa toda nossa vida, dias, subjetividades e forma de se colocar no mundo, inclusive no mundo do trabalho, pois a nos muitas vezes não é permitido explorar nosso potencial e quanto podemos contribuir com a sociedade, essa



desumanização e objetificação é o que nos mata todos os dias, e mesmo não vivenciando algumas opressões, por ocorrer com nossas pares nos afeta, porque sempre estamos na expectativa de que podemos ser as próximas vítimas (Respondente; Questionário, 2020).

Aqui um relato que descreve o impacto das violações e violências sofridas ao longo da vida e também no espectro do trabalho. Trata-se de um relato de uma mulher, que segundo as respostas no questionário, já pensou em suicídio e inclusive tentou se matar por questões ligadas a sua condição de mulher trans, ou seja, teve sua saúde emocional diretamente impactada. Este relato salienta também a exclusão e o impedimento de acesso das mulheres trans ao mundo do trabalho.

3.4 Mulheres trans na pandemia da Covid-19

Covid-19 é uma doença infecciosa respiratória aguda, causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 -SARS-CoV-2 (OPAS, 2020). Foi detectada, pela primeira vez, em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China e declarada pandemia global pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, caracterizando a maior crise sanitária do século.

Segundo levantamento da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos, em 14 de novembro de 2020 o mundo já ultrapassava a marca de 1,3 milhões de mortos pela Covid-19. Este levantamento ainda apontou que, na ocasião, o Brasil ocupava o segundo lugar de país com mais mortes pela covid-19 (164.737) seguido pela Índia (129.188), o México (97.624) e o Reino Unido (51.396) (G1, 2020).

No caso do Brasil, enfrentamos uma crise sanitária aliada a uma política e social, agravada por um governo negacionista em relação à ciência. Tem-se o descaso do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019) no enfrentamento da pandemia e na proteção da população brasileira. O Presidente, desde o início, adotou uma estratégia negacionista em relação à pandemia, menosprezando a ciência e desdenhando dos mortos. Chegou a declarar que o vírus não passava de uma “gripezinha” e que “é o destino de todos morrer um dia”. Quando questionado pela imprensa sobre o número de mortos respondeu “não ser coveiro e nem fazer



milagres” (G1, 2020). O presidente assumiu postura anti isolamento social e das necessárias medidas restritivas, visando não prejudicar a economia, o que agrava ainda mais a circulação do vírus no território brasileiro.

Fato é, que embora a situação pandêmica seja de extrema gravidade para a sociedade como um todo, ela atinge de forma mais ou menos intensa os diferentes grupos da sociedade. Estudos demonstram que a população mais empobrecida está mais vulnerável à infecção pelo Covid-19 (PIRES; CARVALHO, XAVIER, 2020).

Ademais, marcadores de gênero, classe e raça também são fatores determinantes na vulnerabilização a exposição ao Covid-19 (ESTRELA, *et al.* 2020).

A massa de trabalhadores empobrecida, que sobrevive a partir de trabalhos precarizados e informais, onde o home office não chega, enfrenta, em plena pandemia, a superexposição nos transportes lotados, estruturas sanitárias insalubres, condições precárias e muitas vezes, residem em moradias divididas entre muitos familiares, situações essas que impedem os protocolos sanitários de prevenção.

Do ponto de vista individual, o isolamento social pode ser visto como um ato de solidariedade, pois, nesse caso, levam-se em conta as consequências dos próprios atos tanto para si quanto para os demais. Ao cuidar de si, também se está cuidando do outro diretamente. Dessa maneira, ao indicar que as pessoas fiquem em casa o máximo possível, a OMS e os gestores públicos que concordam com essa medida de respeito recíproco compartilham-na com as pessoas ou transferem para elas a responsabilidade moral pela propagação ou não do novo coronavírus. Contudo, mesmo com valores iguais, as pessoas têm necessidades diferentes. Então, como aqueles que precisam trabalhar diariamente para sobreviver ou aqueles que não têm água, luz e outras condições para o ‘confinamento’ conseguem passar 24 horas por dia dentro de casa? Assim, no caso de pessoas em situação de vulnerabilidade, medidas de isolamento social, quando impostas, não levam em consideração o contexto específico de cada realidade. Tornam a ação, desse modo, discriminatória, desigual e com uma perspectiva utilitária que coloca o fim da ação acima do bem próprio do agente individual (SANTOS, 2020, p. 5 apud DOURADO, GOMES, SOUZA, 2020, p. 6-7).

É justamente nesse espectro que se encontra a população LGBT+, mais especificamente, as mulheres transexuais ao analisar a situação referente a pandemia de Covid-19.



O relatório elaborado pela OutRight Action International⁷³, denominado “VULNERABILITY AMPLIFIED: The Impact of the COVID-19 Pandemic on LGBTIQ People” aponta algumas das esferas em que a vulnerabilidade das pessoas LGBT+ passa a ser intensificada durante a pandemia de Covid-19.

Entre elas estão a devastação dos meios de subsistência e a insegurança alimentar; dificuldades no acesso aos cuidados de saúde e na continuidade de tratamentos já estabelecidos; elevado risco de violência doméstica e possibilidade de agravamento da saúde mental devido ao isolamento social (INTERNATIONAL, 2020).

Como já apontado, segundo a ANTRA 90% das mulheres transexuais encontram-se trabalhando na prostituição. Durante a pandemia, sem escolha e na busca de sobreviver, muitas continuaram trabalhando nas ruas estando completamente expostas à contaminação por Covid-19. As que “optaram” por não trabalhar ou reduziram os atendimentos seguem com redução drástica dos ganhos e, conseqüentemente, enfrentando intensas dificuldades na manutenção da vida material.

A ANTRA, em seu boletim, chama atenção para um dado preocupante, o qual aponta que 90% da população de Travestis e Mulheres Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda, e que 80% das travestis e mulheres transexuais profissionais do sexo, relataram perda de até 100% em seus ganhos. Ainda estima que cerca de 60% da população Trans não teve garantido o acesso a renda básica emergencial do governo federal, ou qualquer outro benefício na esfera governamental (DOURADO; GOMES; SOUZA, 2020, p. 7).

Segundo levantamos a partir do questionário, especificamente para as duas mulheres que declararam ser profissionais do sexo, a situação de trabalho durante a pandemia fez com que, segundo suas respostas, encontrassem dificuldades em manter o trabalho, gerando uma grande queda na renda, e com que tivessem que pedir ajuda à família que há muito não tinham contato.

No geral, segundo no questionário, as dificuldades enfrentadas com relação

73 A OutRight Action International trabalha a nível global, regional e nacional para erradicar a perseguição, a desigualdade e a violência que enfrentam lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais e queer (LGBTIQ) em todo o mundo. A partir de seus escritórios em 7 países e sede em Nova York, OutRight capacita movimentos LGBTIQ, documenta violações de direitos humanos, defende a inclusão e a igualdade e responsabiliza os líderes pela proteção dos direitos das pessoas LGBTIQ em todos os lugares. OutRight tem reconhecido status consultivo nas Nações Unidas.



ao trabalho durante a pandemia não foram exclusividade das que responderam ser profissionais do sexo. Isso pode ser explicado pela maioria das respondentes (13 - 59,1%)⁷⁴ se encontrarem em trabalho informal sem registro ou alguma outra forma de contrato de trabalho, assegurando minimamente seus direitos trabalhistas. Sobre a questão⁷⁵ referente a pandemia de Coronavírus e trabalho, as respondentes declararam:

Quadro 15. Situação de trabalho e renda no contexto da pandemia

	Número	%
Não teve sua situação alterada.	1	6,3
Teve dificuldade em manter o trabalho.	5	31,3
A renda caiu bastante.	5	31,3
Ficou sem renda.	3	18,8
Perdeu o emprego.	1	6,3
Teve que pedir ajuda a familiares que há muito não tinham contato.	4	25
Voltou a morar com a família por necessidades financeiras.	3	18,8
⁷⁶ Teve sua situação agravada pois passou a conviver mais tempo com a hostilidade da família.	1	6,3
Não se aplica.	1	6,3

Fonte: Questionário, 2020.

Embora parcela consideradas dos trabalhadores estejam enfrentando dificuldades em relação ao trabalho durante a pandemia, a questão das mulheres transexuais se agrava pois nessa situação pandêmica elas passam a estar, de diversas formas, mais expostas a violações e violências já existentes. Verificamos, no conjunto das respostas, as afirmativas das dificuldades em manter o emprego e a queda da renda, além da necessidade de retomar contatos familiares no sentido da

74 Total de 22 respostas para a questão: Trabalha com registro em carteira ou outra forma de contrato de trabalho.

75 Obtivemos nessa questão 16 respostas. Questão que permitia selecionar mais de uma resposta.

76 Opção inserida pela respondente.



subsistência.

Dentre outras situações, Alessandra Oliveira (2020) apresenta outras dificuldades sofridas pela população trans no período da pandemia, antes já existentes e agora ampliadas “como as altas taxas de assassinatos, o desemprego latente, a impossibilidade do acesso ao tratamento hormonal devido às crises enfrentadas nos hospitais, e ainda rememora aqueles em situação de cárcere (apud DOURADO, GOMES, SOUZA, 2020, p. 9).

No que se refere a questão de saúde, embora ainda não existam estudos conclusivos, estima-se que as pessoas trans que façam uso de hormônios sem acompanhamento médico e do silicone industrial, possam estar dentre o grupo de risco. O uso de hormônios sem acompanhamento médico pode levar a um aumento da pressão arterial e o silicone industrial pode apresentar processos inflamatórios sendo esses fatores de risco para o COVID-19 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020, p. 124).

Conforme aponta a ANTRA (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020) durante a pandemia a população trans tem enfrentando um “aumento da violência doméstica, piora nos índices de saúde mental e aumento dos casos de suicídio”. Além disso, diversas ativistas, por estarem atuando na prestação de assistência à população trans, faleceram em decorrência do COVID-19 (2020, p. 1).

Outra situação alarmante refere-se ao assassinato de pessoas trans. Conforme aponta o Boletim nº 5/2020 da ANTRA, entre o período de 1 de janeiro a 31 de outubro de 2020 houve um aumento de 47% no número de assassinatos, comparado ao mesmo período do ano de 2019.

Acreditava-se que durante a pandemia do COVID-19, os índices de assassinato poderiam diminuir como aconteceu em outras parcelas da população, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e tem impactado a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência, visto que a maioria não conseguiu acesso às políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas (Boletim nº 2/2020 - ANTRA, p. 3; apud DOURADO, GOMES, SOUZA, 2020, p.7).



Para Santos, Oliveira e Oliveira-Cardoso (2020), todo o descaso do governo em relação a pandemia de Covid-19 e a proteção da população, principalmente com as minorias mais vulneráveis, como é o caso das mulheres transexuais, está relacionada a uma “política de controle social” operacionalizada através da “instrumentalização da morte” ou a necropolítica, como apontam os autores, a partir do conceito do filósofo Mbembe (2018) que se refere “à decisão” dos governos sobre quem viverá e quem morrerá.

Fica mais evidente o descaso do Estado com a população LGBTI+, em especial pessoas trans e travestis, ao se omitir em todas as esferas no que se refere a proteção desses grupos marginalizados. De acordo com a ANTRA a maioria dessa população não conseguiu acesso às políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas e não possui outra opção a não ser continuar o trabalho nas ruas, se expondo ao vírus e consequentemente a violência transfóbica. (DOURADO, GOMES, SOUZA, 2020, p. 11)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transexualidade vincula-se, na concepção atual da sociedade, da não identificação do gênero com o sexo de nascimento. Com a evolução das concepções sobre o gênero, nascido a partir do movimento feminista, surge a possibilidade de refletirmos as possibilidades de existência dos sujeitos, abandonando a narrativa binária de gênero feminino e masculino que até hoje nos tem controlado e determinado as possibilidades de ser e viver através da expressão dos desejos e identidades.

O controle da existência, no entanto, na sociedade burguesa, não é mero acaso. Expresso também por meio da ideologia conservadora, esse controle pode ser ferramenta do capital para a manutenção de um sistema desigual e opressor e que sustenta hoje o mundo do trabalho, baseado na exploração distinta de seus trabalhadores a partir de marcadores como o de gênero, por exemplo.

O conservadorismo além de estabelecer padrões normativos de comportamento, tratou de definir os papéis dos sujeitos na sociedade. Papéis esses estrategicamente apropriados pelo capital. A estigmatização da mulher, a partir dos estereótipos de gênero, serviu de maneira extremamente benéfica ao sistema de



produção capitalista, reforçando a exploração desigual das trabalhadoras e justificando os empregos precarizados e com piores remunerações. E neste enlace, podemos observar uma negação da existência de sujeitos que implicam na ameaça da estruturação deste sistema, como é o caso das mulheres transexuais. Ameaçam porque ao assumir que mulheres trans são mulheres, os estereótipos de gênero, assumidos por essas pois há necessidade de se existir dentro de um discurso, são automaticamente colocados em xeque.

Toda a narrativa, totalmente falseada, de justificar a estigmatização e a marginalização da mulher trans, bem como as violências sofridas e a baixa expectativa de vida destas, pode ser resultado de um projeto conservador, reacionária e homofóbica que visa manter sujeitos dentro determinados padrões para seu controle.

Diante deste enredo estrategicamente construído, as mulheres transexuais ficam expostas a violências que perpassam o âmbito familiar, escolar, os serviços públicos, precarizando suas possibilidades de formação pessoal e profissional, acarretando muitas vezes em uma grave dificuldade na manutenção material de suas próprias vidas. Quando não acabam assassinadas, em um país que mais mata transexuais, onde a expectativa destas mulheres é de 35 anos de idade.

Isto se expressa nas respostas colhidas pelo nosso questionário que acabou por evidenciar as diversas trajetórias de vida e de trabalho das mulheres trans respondentes.

Foi possível observar que existem mulheres trans inseridas em espaços de respeito e acolhimento, mas, ao mesmo tempo, parte das mulheres que responderam nosso questionário revelam situações recorrentes de não aceitação, violência e violação, em todos os âmbitos de suas vidas.

Em geral as violências se iniciam dentro do ambiente familiar. Muitas vezes a família inclusive chega a expulsar a mulher trans de casa quando essa passa a assumir sua identidade de gênero. É possível associar a recusa da mulher trans pela família a uma ideologia conservadora que perpassa toda nossa sociedade e consequentemente molda as famílias brasileiras.

Essa situação tem grande impacto na vida das mulheres trans e isso pode ser identificado a partir do nosso questionário visto que aquelas que responderam ter



apoio total das famílias frente a transexualidade conseguiram alcançar altos níveis de formação escolar tendo todas ao menos nível superior completo, reverberando na construção de uma carreira profissional e uma profissão. Enquanto as mulheres trans respondentes que foram expulsas de casa, nenhuma acessou o ensino superior, algumas sequer concluíram o ensino médio, e algumas hoje atuam como profissionais do sexo.

Significa dizer que o impacto da ideologia conservadora dentro das famílias pode ser peça fundamental nas condições de vida de mulheres trans, que muitas vezes sem apoio da família ou de qualquer outra rede acaba por ter mais dificuldades de enfrentar a transfobia na escola, por exemplo, e acaba por abandoná-la.

Isso reflete diretamente na questão do trabalho e na manutenção da vida material, visto que sem formação ou profissão, somada a condição de mulher trans e o preconceito social, fica quase impossível acessar o mercado formal de trabalho.

O processo de busca por trabalho também é outro momento que apresenta as mais variadas violações e violências para a mulher trans, o não respeito ao nome social é a situação mais comum e, muitas vezes, para evitar esses constrangimentos que ferem a dignidade e fragilizam o emocional, muitas delas acabam por desistir de participar de seleções de emprego.

Uma vez inseridas no mundo do trabalho, a mulher trans, em raras vezes, consegue seguir em seu trabalho com total respeito e dignidade, piadas transfóbicas, assédio, impedimento do uso do banheiro feminino também são violências que fazem parte da realidade da vida da mulher trans.

A violência da sociedade para com as mulheres trans em geral, independente de a mulher possuir apoio familiar ou não, ser branca, preta ou parda, entre outros recortes como o de classe ou geracional, é presente e aparece na grande maioria das respostas. Portanto, o que a maioria das mulheres trans carregam em comum é a violência gratuita de toda sociedade.

Em um país que lidera a lista de maiores índices de assassinatos contra as pessoas trans, sendo essas em grande maioria mulheres trans, fica exposta como se expressa a ideologia conservadora, ferramenta de manutenção do Capital.

Portanto, desvelar as nuances e a essência da realidade imposta a essas



mulheres é extremamente necessário e urgente, para que assim, com clareza, possamos encontrar maneiras efetivas de enfrentamento no combate a toda forma de transfobia.



REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. - 1993.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/334561/1/Bagagli_BeatrizPagliarini_M.pdf> Acesso em: 30 jan. 2021.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-09032010-115929/publico/BRUNO_CESAR_BARBOSA.pdf> Acesso em: 2021-01-31.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara N. B (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>> Acesso em: 07 fev. 2021.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê Assassinatos e violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA e Instituto Brasileira Trans de Educação – IBTE, 2019. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>> Acesso em: 12 set. 2019.

BORTONI, Larissa. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional**. Senado Federal, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>>. Acesso em: 13 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm> Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos**. Dez. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos>> Acesso em: 13 set. 2019.



BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm> Acesso em: 22 nov. de 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 14/2017**. Distrito Federal: Ministério da Educação, 12 set. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192> Acesso em 06 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1/2018**. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de janeiro de 2018, Seção 1, p. 17. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº2.803 de 19 de Novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html> Acesso em: 03 fev. 2021

BRASIL. **Texto base da 1ª conferência nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais**. Brasília (DF), 2007. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/LGBT/texto_base_1_lgbt.pdf> Acesso em: 31 jan. 2021

BUTLER, Judith. [Entrevista cedida a Carla Rodrigues; Maria Lygia Quartim de Moraes e Yara Frateschi] **Margem Esquerda**. São Paulo: Editora Boitempo, n. 33, p. 11-21. 2019

CANTELLI, Andreia L; NOGUEIRA, Sayonara N. B. A realidade das/os estudantes trans no Brasil. In: CANTELLI, A.L; PEREIRA, F. R; OLIVEIRA, J.J; TOZO, N>L; NOGUEIRA, S.N.N (Org.). **As Fronteiras da Educação: a realidade dos estudantes trans no Brasil**. Instituto Brasileiro Trans de Educação – IBTE, 2019, p. 27-44. Disponível em: <<https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/5c50350f95db81ka6cN8/ibte2019.pdf>> Acesso em: 12 set. 2019.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. Campinas, Papel Social, 2013.

CFESS. Transfobia – Caderno 4. Série: Assistente Social no Combate ao Preconceito. Brasília (DF), 2016.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2.ed. São



Paulo: Outras Expressões, 2015.

CNJ. Provimento nº 73, 28 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2019.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, v. 1, 2014, p. 134-161. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Thiago_Coacci/publication/283498905_Encontrando_o_transfeminismo_brasileiro_um_mapeamento_preliminar_de_uma_corrente_em_ascensao/links/563b4fe808aeed0531de7958/Encontrando-o-transfeminismo-brasileiro-um-mapeamento-preliminar-de-uma-corrente-em-ascensao.pdf> Acesso em 15 jun. 2020.

CORRÊA, Sônia Onufer; MUNTARBHORN, Vitit. (orgs.). Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf> Acesso em: 23 nov. de 2019

CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, Junho 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Jan. 2021.

BARRETO, Bárbara; Moreira, Hudson; Andrade Rani. Há Machismo, Homofobia e Racismo em Cuba?. p. 73-80. **Cuba no século XXI; dilemas da revolução**. São Paulo: Elefante, 2017.

DOURADO, Adalberto Davi Cruz Moitinho; GOMES, Amanda Costa; SOUZA, Daniela de Andrade. Pandemia da Covid-19: a vulnerabilidade social das pessoas trans e travestis a luz da Teoria Queer. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS**, 3., 2020, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PGS/UFS, 2020. Disponível em: <<https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/81152/nomes-e-diferencas-uma-etnografia-dos-usos-das-categorias-t>> Acesso em: 31 jan. 2021.

DUQUE, Tiago. Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por. 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280487>> Acesso em: 30 set. 2020



DUQUE, Tiago. “A gente sempre tem coragem”: identificação, reconhecimento e as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 51, e175110, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300503&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Jan. 2021.

ESTRELA, Fernanda Matheus *et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, Set. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903431&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Jan 2021

FERNANDES, Estevão Rafael. Homossexualidade indígena no Brasil: um roteiro histórico-bibliográfico. **Aceno**. Rondonia, vol. 3, n. 5, p. 14-38, jan./jul. 2016. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/325675338/Homossexualidade-Indigena-Estevao-Fernandes>> Acesso em: 12 set. 2019

G1. **Mundo tem mais de 1,3 milhão de mortes por Covid**. Bem Estar. [S.l.] 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/11/14/mundo-tem-mais-de-13-milhao-de-mortes-por-covid.ghtml>> Acesso em: 20 out. 2020

GALVÃO, Willian. Orgulho LGBT+: de Stonewall à contemporaneidade. **Observatório G**. 28 jun. 2018. Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/opiniao/orgulho-lgbt-de-stonewall-a-contemporaneidade>> Acesso em: 10 de jun. 2020.

GANDHI, Anuradha. **Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista**. 2ª Edição. 2018.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. Claridade. São Paulo.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ No Brasil Relatório 2018**. 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>> Acesso em: 13 set. 2019.

HAJE, Lara. Projeto criminaliza promoção de “ideologia de gênero” nas escolas. **Agência Câmara de Notícias**. 13. out. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/699563-projeto-criminaliza-promocao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas/>> Acesso em 06 fev. 2021

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos**. Publicação online, sem tiragem impressa. Brasília: 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>> Acesso em 17 set. 2019.



JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013. **Anais**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENERO.pdf> Acesso em: 15 jun. 2020

LAZZARI, Andressa. **Análise da inclusão de transexuais no mercado de trabalho no Estado do Rio Grande do Sul**. 2017. 97 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174585/001063607.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 30 jul. 2019.

LAZZERI, Thais. Regatadas do inferno: as mulheres trans libertadas do tráfico de pessoas. **Claudia**. São Paulo, 17 fev. 2020. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/sua-vida/mulheres-transexuais-trafico-de-pessoas/>> Acesso em: 07 fev. 2021.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **“Nossos Corpos Também Mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso médico científico**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, 2008. (Tese de Doutorado). Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp074600.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2020

LEITE, Rosineide Claudia Pereira. **Direito jurídico do transexual feminino redesignado em contrair matrimônio**. 2009. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) Faculdade de Ciências Econômicas, administrativas e Direito da Universidade Vale Do Rio Doce - Governador Valadares, Minas Gerais. 2009. Disponível em: <<http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Direitojuridicodotransexualfemininoredesignadoemcontrairmatrimonio.pdf>> Acesso em: 12 set. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. [contracapa do livro]. In SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. 5. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. "Epistemologia feminista e teorização social desafios, subversões e alianças". In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRI, Celsi Brönstrup. (Orgs). **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 11-22.

LUKÁCS, Gyorgy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo. Boitempo. 2010. Disponível em: <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2014/04/lukacs-prolegomenos-para-uma-ontologia-do-ser-social-lukacs.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2019.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009. Disponível em: <http://www.sergiofreire.pro.br/ad/LYOTARD_ACPM.pdf>. Acesso em 30 jan. 2021.



MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**. vol.13 n. 3 Florianópolis Set./Dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300002> Acesso em 30 jan. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil.** Atenção Integral à Saúde da População Trans. Conteúdo para Profissionais de Saúde/Trabalhadores do SUS. Brasil, 2016. Disponível em: <<https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/18/CARTILHA-Equidade-10x15cm.pdf>> Acesso em: 06 fev. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Novembro Azul: no mês de conscientização sobre a saúde do homem, seja herói da sua saúde! Biblioteca Virtual em Saúde. 03 Nov. 2020. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/ultimas-noticias/3351-novembro-azul-no-mes-de-conscientizacao-sobre-a-saude-do-homem-seja-heroi-da-sua-saude>> Acesso em: 06 fev. 2021.

MISKOLCI, Richard. “Heterossexualidade não é natural, é compulsória”, diz sociólogo. [Entrevista cedida a] Cléo Francisco. **UOL**, Universa, São Paulo, 15 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2013/04/15/heterossexualidade-nao-e-natural-e-compulsoria-diz-sociologo.htm>> Acesso em: 22 nov. 2019.

MIYAKE, Taiane. “Meu sonho é ter um emprego formal”, diz Taiane Miyake: A coordenadora executiva da Comissão Municipal de Diversidade Sexual de Santos acredita que a cidade tem avançado nos direitos das pessoas LGBT. [Entrevista cedida a] Caroline Souza. **Diário do Litoral.com.br**. 28 jun. de 2018. Cotidiano. Disponível em: <<https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/meu-sonho-e-ter-um-emprego-formal-diz-taiane-miyake/114350/>> Acesso em: 22 nov. 2019.

MONTEIRO, Frida Pascio. Desvelando a transexualidade: Suicídio e uma vida que não pertence às/aos transexuais. PSTU, 2017. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/desvelando-a-transexualidade-suicidio-e-uma-vida-que-nao-pertence-asaos-transexuais/>> Acesso em: 12 set. 2019.

MORAES, Renan Ribeiro de. **Violência contra e mulher transgênero: Para além da agressão física.** Âmbito Jurídico, 2016. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-153/violencia-contra-a-mulher-transgenero-para-alem-da-agressao-fisica/>> Acesso em: 12 set. 2019.

NASCIMENTO, João Paulo Costa. **A condição pós-moderna, de Jean-François Lyotard.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/gf5mh/pdf/nascimento-9788579830983-02.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2021

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing.** 2. ed. São



Paulo: Expressão Popular, 2011.

ODEVEZA, Jose. Mesmo com regulamentação do CNJ, população trans ainda enfrenta problemas na retificação do registro civil em cartório: Coletivos que defendem direitos da população LGBTQ argumentam que a resolução ainda burocratiza a mudança de nome. **JusDh - Articulação justiça e direitos humanos**. 16 jul. 2018. Disponível em: <<http://www.jusdh.org.br/2018/07/16/mesmo-com-regulamentacao-do-cnj-populacao-trans-ainda-enfrenta-problemas-na-retificacao-do-registro-civil-em-cartorio/>> Acesso em: 22 nov. 2019.

OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pina de; RIBEIRO, Moneda Oliveira. O cuidar da criança de/na rua na perspectiva dos graduandos de enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 246-253, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 fev. 2021.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Folha Informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. Atualizada em 29 Jan. 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>> Acesso em: 31 jan. 2021.

OUTRIGHT ACTION INTERNATIONAL - **Vulnerability Amplified** - The Impact of the COVID-19 Pandemic on LGBTIQ People. Disponível em <https://outrightinternational.org/sites/default/files/COVIDsReportDesign_FINAL_LR_0.pdf> Acesso em 31 jan.2021.

PALHA, Amanda. Transfeminismo e construção revolucionária. **Margem Esquerda**. São Paulo: Editora Boitempo, n. 33, p.38-44. out. 2019.

PEREIRA, Luiz Ismael. Contribuições de Mario Mieli para uma crítica LGBT+ do capitalismo. **Margem Esquerda**. São Paulo: Editora Boitempo, n. 33, p.127-130. out. 2019.

PIMENTA, Fabrícia F. Resenha do livro Gênero, Patriarcado, Violência, de Heleieth Saffioti. **Em tempos de histórias**. n. 10. Brasília. p. 190-193. 2006. Disponível em:<<https://drive.google.com/file/d/0BweR5ZLUhMHgc2RFSUp2OV9pUm8/view>> Acesso em: 30 jan. 2021.

PINTO, Thiago Pestana et al . Silicone Líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, 2017 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000705002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Fev. 2021.

PIRES, Luiza Nassif; CARVALHO, Laura; XAVIER, Laura de Lima - COVID-19 e Desigualdade no Brasil - **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde**, 06 abr 2020. Disponível em: <<http://cebes.org.br/2020/04/covid-19-e-desigualdade-no-brasil/>>



Acesso em 31 jan. 2021

PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48). Disponível em: <<http://www.culturaegenero.com.br/wp-content/uploads/2017/08/PISCITELLI-Adriana.-Re-criando-a-categoria-mulher.pdf>> Acesso em: 22 nov. 2019.

PRESLEY, Sharon; SARTWELL, Crispin (editor) Exquisite rebel: essays of Voltairine de Cleyre: American feminist, anarchist, genius. Albany: State University of New York Press, 2005.

PULCINO, Rachel. **Repensando as identidades de gênero**: uma análise da teoria de Joan Scott e Judith Butler. In: 11 Encontro Regional de Educação da Região Sudeste, 2014, São João Del-Rei/MG. Eixo 5: Pesquisa, Educação, Diversidade e Culturas, 2014. Disponível em: <<https://anpedsudeste2014.files.wordpress.com/2015/07/rachel-l-pulcino.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2019.

QUEIROZ, Nana. Não é só o gênero que é socialmente construído, o sexo biológico também. **Geledés**: Instituto da mulher negra. 5 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-e-so-o-genero-que-e-socialmente-construido-o-sexo-biologico-tambem/>> Acesso em: 22 de nov. de 2019.

QUINALHA, Renan. Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico. **Margem Esquerda**. São Paulo: Editora Boitempo, n. 33, p. 25-31. out. 2019.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100012> Acesso em 22: nov. 2019.

ROSA, Pablo O.; SOUZA, Aknaton T.; CAMARGO, Giovane M. O combate à "ideologia de Gênero" na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras. **Sinais**, Vila Velha, v.2 n.23 p. 128-154, 2019. ISSN: 1981-3988. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/sinais/issue/view/1154>> Acesso em 07 fev. 2021.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/saffiotti_heleieth_-_genero_patriarcado_e_violencia_1.pdf> Acesso em 30 jan. 2021.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1. ed. 5. reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

SANTOS, Thainá Bueno Paulino dos. **Mulheres: prostituição e cuidados**. 2018. Dissertação (Mestrado profissional em formação interdisciplinar em saúde) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/108/108131/tde-14082018-105627/pt-br.php>> Acesso em: 22 nov. 2019.

SANTOS, Manoel Antônio dos; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes de. INCONFIDÊNCIAS DE ABRIL: IMPACTO DO ISOLAMENTO SOCIAL NA COMUNIDADE TRANS EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 32, e020018, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100417&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 Jan. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> Acesso em: 22 nov. 2019.

SILVA, Elizabete Rodrigues. Feminismo Radical - Pensamento e movimento. **Textura**, Cruz das Almas-BA, ano 3, n.º 1, p. 24-34, Jan./Jul., 2008. Disponível em: <<https://textura.famam.com.br/textura/article/view/251/225>> Acesso em: 30 jan. 2021.

SIMPSON, Keila. "Prostituição tem que ser alternativa, e não compulsória", diz ativista trans. [Entrevista cedida a Pedro Jordão]. **IG**. 22 dez. de 2020. Queer. Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2020-12-22/mesmo-com-avancos-mercado-de-trabalho-continua-excludente-para-pessoas-trans.html?fbclid=IwAR3QwB3_oUz5kjOPDejFLzkT75clZ3w8ayKaSE3dHpldd_0vBhjRWDmXJS> Acesso em: 23 dez. 2020

SOARES, Luciano Silveira. **Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde**. 2018. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/27920/2/ve_Luciano_Silveira_ENSP_2018.pdf> Acesso em: 17 set. 2019.

SOBRE FEMINISMOS e Vertentes | 042. **Tese Onze**. Sabrina Fernandes. 2019. 1 vídeo (28 min 30 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=08A7PD-frxo>>. Acesso em: 30 jan. 2021



SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W.. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (Les Cahiers du Grif, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por Guacira Lopes Louro. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>> Acesso em 01 fev. 2021.

SOUZA, Alberto Carneiro Barbosa de. **Se ele é artilheiro, eu também quero sair do banco**: Um estudo sobre a co-parentalidade homosexual. 2008. Dissertação (Mestrado em psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=11727@1>> Acesso em: 22 nov. 2019.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - PUC Campinas, Campinas, 2012.

TAJRA, Alex. Todos nós vamos morrer um dia: veja falas de Bolsonaro sobre o coronavírus. **UOL Notícias**, São Paulo. 1 Mai. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/01/todos-nos-vamos-morrer-um-dia-as-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia.htm>>. Acesso em 31 jan. 2021.

TRIGO, Luciano. Naomi Wolf lança uma “biografia” da vagina que deixa a desejar. **G1**. 13 dez. 2013. Máquina de Escrever. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2013/12/15/naomi-wolf-lanca-uma-biografia-da-vagina-que-deixa-a-desejar/>> Acesso em 31 jan. 2021.

TOITIO, Rafael Dias. A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista - o que a atual crise política tem a nos ensinar? **Margem Esquerda**. São Paulo: Editora Boitempo, n. 33, p. 32-37. out. 2019.

VASCONCELOS, Juliana Santos Alves de. Anarcofeminismo: o protagonismo feminino nas lutas sociais. **Revista Alpha**, Patos de Minas, 18 (1) :55-67, jan./jul. 2017. Disponível em: <<https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2018/04/Anarcofeminismo-o-protagonismo-feminino-nas-lutas-sociais.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2021.

WESTON, Fred. Descriminalização bolchevique da homossexualidade: intencional ou fruto de um descuido? Tradução de Nathan Belcavello de Oliveira **Esquerda Marxista**, 9 jan. 2019 Disponível em: <<https://www.marxismo.org.br/descriminalizacao-bolchevique-da-homossexualidade->



[intencional-ou-fruto-de-um-descuido3/](#)> Acesso em 30 jan. 2021.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4545865/mod_resource/content/1/Reivindica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20direitos%20da%20mulher%20-%20Mary%20Wollstonecraft.pdf> Acesso em 30 jan. 2021.



APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice

A - Questionário

PESQUISA: TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE TRABALHO DE MULHERES TRANS
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar, voluntariamente, do Projeto de Pesquisa “Trajetórias de Vidas e Trabalho de Mulheres Trans”, de Ana Gabriela da Silva Almeida Prado (e-mail: gabrielaalprado@gmail.com), Mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social e Políticas Sociais – UNIFESP/Campus Baixada Santista.



Projeto sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Terezinha de Fátima Rodrigues (e-mail: terezinha.unifesp@gmail.com) docente no respectivo Programa, sito à R. Silva Jardim, nº 136, Vila Matias, em Santos- SP.

O Projeto apresenta como objetivo geral, conhecer trajetórias de vida e trabalho de mulheres transexuais. Dentre os específicos, conhecer trajetórias de vidas, ligadas à inserção de mulheres trans no trabalho; verificar quais recorrem no sentido de sua sobrevivência material e conhecer histórias de vida em seu constituir-se como sujeito, mulheres trans, marcadas por trajetórias de preconceitos, violências e violações.

Informamos que em qualquer etapa desse estudo, você terá acesso às responsáveis por este projeto. Para esclarecimento de eventuais dúvidas entrar em contato com o Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, sito à R. Silva Jardim, nº.136/166 – Bairro Vila Matias, em Santos/SP. Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre a ética na pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIFESP – Rua Prof. Francisco de Castro, 55 – Vila Mariana / São Paulo/SP – telefones: (11)5571-1062, FAX:(11)5539-7162, e-mail: cepunifesp@unifesp.edu.br

Sua participação ocorrerá na forma do preenchimento deste questionário online, com uma previsão de duração de 10 minutos. Esclarecemos que sua participação ocorrerá sem ônus financeiros, na condição de participante voluntária. Dentre os riscos possíveis, poderá ter o de alguma questão que não queira responder por sentir-se constrangida. Esclarecemos que quaisquer situações ou questões que lhe tragam desconforto, será respeitado seu direito de não responder e/ou mesmo desistir de continuar no preenchimento.

Esclarecemos ainda que as informações serão analisadas em conjunto não sendo divulgada sua identificação ou a das outras participantes em nenhum momento. Nos responsabilizamos pelo anonimato, fidelidade e respeito aos conteúdos abordados.

A continuidade no preenchimento do questionário indica a ciência e AUTORIZAÇÃO para, posteriormente, as respostas, agrupadas às demais, serem as referências do trabalho da pesquisadora, preservando o sigilo e anonimato. Caso deseje uma cópia desse TCLE, entrar em contato com a pesquisadora Ana Gabriela da S. Almeida Prado (e-mail: gabrielaalprado@gmail.com).

Obrigada,

1 - Aceito ()

IDENTIFICAÇÃO

2 - Local em que reside:

- () Cidade de São Paulo
- () Cidades da Região Metropolitana de São Paulo
- () Cidades da Região da Baixada Santista
- () Cidades do Interior do Estado de São Paulo
- () Cidades do Litoral Norte de São Paulo
- () Outro: _____

3 - Em que faixa etária (idade) se encontra:

- () até 20 anos
- () 21 a 29 anos
- () 30 a 39 anos
- () 40 a 49 anos
- () 50 a 64 anos
- () 65 ou mais



4 - Estado civil

- Solteira
- Casada
- Viúva
- Separada
- Outro: _____

5 - Mora com:

- Sozinha
- Com filhas/os
- Com companheiro/a
- Com companheiro/a e filhos/as
- Com amigos/as
- Com pais / irmãos
- Mora na rua
- Em abrigo municipal
- Em abrigo específico para pessoas trans e travestis
- Outro: _____

6 - Qual sua cor/raça:

- Branca
- Parda
- Preta
- Amarela
- Indígena

7 - Possui alguma deficiência?

- Sim
- Não

8 - Caso tenha alguma deficiência assinale a alternativa correspondente (Cabe mais de 1 resposta)

- Deficiência física
- Deficiência auditiva
- Deficiência visual
- Deficiência mental
- Outro: _____

9 - Você estudou até que série:

- Não alfabetizada
- Sabe escrever o nome
- Ensino fundamental incompleto (até a 4ª. série)
- Ensino fundamental completo (até a 9ª. série)
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo
- Mestrado
- Doutorado
- Pós Graduação
- Outro: _____



CONDIÇÃO DE MULHER TRANS

10 - Quando se reconheceu mulher trans?

- Na infância
- Na adolescência
- Na juventude
- Na vida adulta
- Na condição de idosa

11 - Passou por processos de transição corporal?

- Sim
- Não

12 - Caso tenha respondido sim, quais? (Cabe mais de uma resposta)

- Vestimentas femininas
- Uso de hormônios, sem acompanhamento médico
- Uso de hormônios, com acompanhamento médico
- Redesignação sexual (procedimento cirúrgico mudança de órgão genital)
- Cirurgia plástica
- Implante de silicone
- Depilação a laser
- Procedimentos estéticos (harmonização facial, preenchimento labial, entre outros)
- Silicone industrial (silicone injetável)
- Outro: _____

As duas questões a seguir são apenas para quem passou pelo processo de redesignação sexual (processo cirúrgico)

13 - No processo de redesignação sexual:

- Contou com o apoio familiar
- Contou com o apoio de amigos/pessoas próximas
- Passou pelo processo sozinha.
- Está neste processo no momento
- Outro: _____

14 - No processo de redesignação sexual:

- Contou com o acompanhamento multidisciplinar (médico; psicólogo, assistente social e outros) apenas no período pré-cirúrgico
- Contou com o apoio multidisciplinar durante todo o processo e continua neste acompanhamento
- Contou com o apoio multidisciplinar durante todo o processo e não se encontra mais em acompanhamento multidisciplinar
- Nunca contou com o apoio multidisciplinar
- Se arrependeu dos procedimentos de redesignação sexual
- Está satisfeita e feliz com o procedimento de redesignação sexual.
- Outro: _____

15 - Possui nome alterado em seus documentos oficiais?

- Sim
- Não
- Encontra-se em processo de alteração oficial de seus documentos



- Não sabia ser possível realizar alteração do nome nos documentos
- Não sabe como fazer a alteração de documentos e por isso não buscou efetivar a alteração
- Outro: _____

16 - Quando de seu processo de identificação como mulher trans, sua família:

- Aceitou no início mas com afirmação da condição de mulher trans, se afastou, não mantendo nenhuma forma de contato
- Aceitou e permanece com apoio total frente à sua condição de mulher trans
- Não aceitou e a colocou “para fora de casa”
- Não aceitou no início mas com o decorrer do tempo, retomou o contato, ainda que friamente
- Não aceitou no início mas com o decorrer do tempo retomou o contato e hoje a apoia totalmente
- Não aceita mas não a expulsou de casa e nem cortou relações
- Outro: _____

As duas questões a seguir são apenas para quem respondeu “ter sido colocada para fora de casa pela família”.

17 - Quantos anos tinha quando foi colocada para fora de casa pela família?

18 - Quando foi colocada para fora de casa pela família:

- Foi acolhida por outros parentes
- Foi acolhida por amigos
- Foi acolhida em serviços de apoio a pessoas trans
- Foi acolhida em abrigos e/ou outros equipamentos sociais
- Foi para as ruas
- Outro: _____

19 - Na escola, nas relações entre os colegas e professores:

- Não sofreu nenhuma forma de violência
- Sempre contou com o apoio dos professores
- Sofreu assédios morais e bullying tanto de colegas quanto professores
- Sofreu assédios morais e bullying dos colegas porém sempre teve o apoio dos professores
- Recebeu apoio emocional na escola
- Teve experiências proporcionadas pela escola contra o bullying e assédios morais
- Sofreu violência sexual
- Abandonou a escola antes de concluir o ciclo
- Concluiu seus estudos, porém em todo o período, passou por constrangimentos e violências em função da condição de mulher trans
- Concluiu seus estudos, tendo sido respeitada na sua condição de mulher trans
- Outro: _____

20 - Já sofreu algum tipo de violência por ser mulher trans?

- Sim
- Não

21 - Se sim, qual(is)? (Cabe mais de uma resposta)

- Violência física



- Violência verbal
- Violência moral
- Violência psicológica
- Violência patrimonial (seus bens)
- Violência sexual
- Preconceitos
- Não reconhecimento de seu nome social em equipamentos públicos
- Outro: _____

22 - Se sofreu alguma violência, quem é/foi/foram o/os agressores?

- Familiares
- Amigos/colegas
- Desconhecidos
- Companheiro
- Polícia
- Outro: _____

23 - Utiliza algum serviço de saúde com atendimento específico para pessoas trans?

- Sim
- Não

24 - Em caso de ter respondido não, como faz seu acompanhamento de saúde em geral?

- Evita ir a médicos pois sempre sofre preconceitos e é maltratada
- Faz seus acompanhamentos na rede de saúde e tem sido respeitada na sua condição de mulher trans
- Só passa por médicos em alguma urgência e não informa sua condição de mulher trans, nessas ocasiões se “veste” como homem
- Nunca vai a médicos
- Outro: _____

25 - Já pensou em suicídio por situações ligadas à sua condição de mulher trans?

- Sim
- Sim e inclusive tentei me matar
- Não

26 - Faz tratamento por sofrimentos psíquicos/doença mental?

- Sim
- Não

27 - Se sim:

- Passa apenas por atendimento psiquiátrico e usa medicamentos
- Passa por atendimento psiquiátrico e psicológico e faz uso de medicamentos
- Outro: _____

28 - No seu dia a dia: (Cabe mais de uma resposta)

- tem medo de andar nas ruas e ser agredida
- tem medo de ser assassinada pela condição de mulher trans
- já foi impedida de usar o banheiro feminino em lugares públicos
- constantemente sofre violências verbais
- evita sair nas ruas durante o dia
- não tem medo de sair nas ruas nem durante o dia nem durante a noite



- evita lugares como shoppings, restaurantes, cinemas entre outros
- não sente que a tratam de maneira diferente e frequenta todos lugares comuns (shopping, comércio, restaurantes, cinemas)

CONDIÇÕES DE TRABALHO

29 - Você trabalha?

- Sim
- Não

30 - Se não trabalha, como faz para sobreviver?

- É dependente financeiramente dos pais
- É sustentada pelo/a companheiro/a
- Recebe ajuda financeira dos amigos e familiares
- Recebe algum benefício do governo
- Pede nas ruas
- Outro: _____

31 - Se trabalha, em que trabalha?

32 - Trabalha com registro em carteira ou outra forma de contrato de trabalho?

- Sim
- Não

33 - Qual sua faixa salarial?

- Menos de um salário mínimo
- De um a 3 salários mínimos
- De 3 a 5 salários mínimos
- Mais de cinco salários mínimos

34 - Sobre o seu atual trabalho (Cabe mais de uma resposta):

- Está completamente satisfeita
- É o trabalho que sempre sonhou
- Sente-se insatisfeita
- Está neste trabalho por não ter encontrado opção melhor
- Não revela sua condição de mulher trans
- Tem sua condição de mulher trans respeitada
- Não se sente respeitada por ser mulher trans
- Outro: _____

35 - No trabalho, sofre ou já sofreu preconceitos pela condição de mulher trans?

- Sim
- Não

36 - Se já sofreu ou sofre preconceito no trabalho, qual(is) (Cabe mais de uma resposta):

- Não respeito ao nome social
- Impedimento de usar o banheiro feminino
- Piadas e comentários dos colegas e chefes
- Outro: _____

37 - Sobre o processo de busca de trabalho (Cabe mais de uma resposta):

- Em algumas situações, deixou de procurar emprego por ser mulher trans
- Deixou de procurar emprego por não ter o nome alterado nos documentos



- Sofreu preconceitos em entrevistas de emprego
- Não teve seu nome social respeitado
- Sentiu que nunca cumpria os requisitos das vagas
- Sentiu que cumpria os requisitos da vaga mas não foi contratada por ser mulher trans
- Nunca sofreu preconceito e encontrou emprego com facilidade
- Outro: _____

38 - Em algum momento da sua vida (Cabe mais de uma resposta):

- Teve que trabalhar com prostituição por falta de emprego formal
- Teve que pedir dinheiro nas ruas
- Teve que pedir dinheiro aos familiares e amigos
- Dependeu de doações para sobreviver
- Outro: _____

No contexto da pandemia da Covid-19:

39 - Com a pandemia do coronavírus: (Cabe mais de uma resposta)

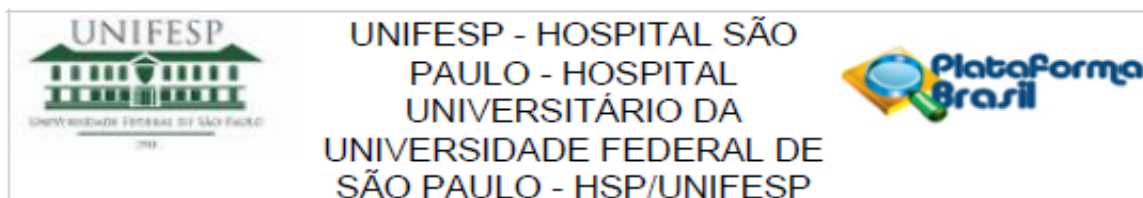
- Teve dificuldades em manter o trabalho
- Perdeu o emprego
- A renda caiu bastante
- Ficou sem renda
- Teve que pedir ajuda para a família que não via há muito tempo
- Retomou os laços afetivos com a família por necessidades financeiras
- Voltou a morar com a família por necessidades financeiras
- Passou a morar na rua
- Está acolhida em abrigo municipal
- Mora na rua mas pernoita em abrigos municipais
- Foi acolhida por abrigo para pessoas trans e ou LGBT
- Outro: _____

40 - Caso queira falar alguma coisa em relação às suas condições de vida e trabalho:

Anexos



B - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRAJETÓRIAS DE VIDA E TRABALHO DE MULHERES TRANS EM SANTOS/SP

Pesquisador: Terezinha de Fátima Rodrigues

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20655019.2.0000.5505

Instituição Proponente: Instituto de Saúde e Sociedade

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.939.239

Apresentação do Projeto:

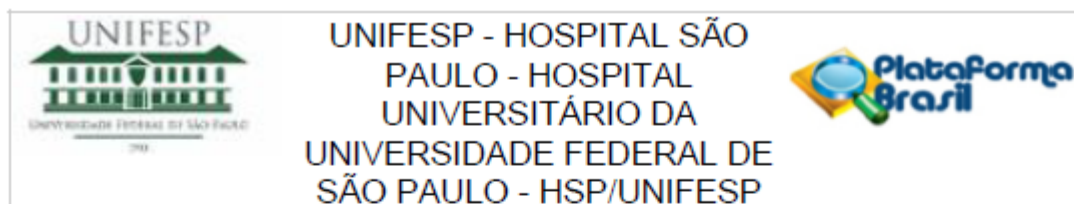
Projeto CEP/UNIFESP n:1003/2019 (parecer final)

Trata-se de Projeto de MESTRADO DE ANA GABRIELA DA SILVA ALMEIDA PRADO. Orientadora: Proaf. Dra. Terezinha de Fátima Rodrigues; Projeto vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais e ao Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, Campus Baixada Santista, UNIFESP.

-As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1410224.pdf, gerado em 3/9/2019)

APRESENTAÇÃO: Esse trabalho pretende conhecer as trajetórias de vida e de trabalho de mulheres transexuais na cidade de Santos em seu constituir-se como sujeito marcado por trajetórias de preconceitos, violências e violações articuladas à inserção no trabalho na cidade de Santos. No percurso metodológico, em uma abordagem qualitativa, além da revisão temática abordando os autores que tratam do tema, serão realizadas oito entrevistas com mulheres trans em Santos abarcando o recorte de classe, raça e geração, visando uma leitura ampliada das realidades vivenciadas por essas mulheres. Consideramos que a contribuição deste Trabalho está em dar

Endereço: Rua Botucatu, 740
Bairro: VILA CLEMENTINO CEP: 04.023-900
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)5571-1062 Fax: (11)5539-7162 E-mail: cep@unifesp.br



Continuação do Parecer: 3.939.239

aplicação do TCLE.

3. Em relação ao Cronograma:

3.1 O cronograma do estudo (no formulário de informações básicas da Plataforma Brasil, e inserido no final projeto detalhado) indica que parte do estudo será iniciada antes da aprovação do protocolo. Solicita-se adequação do cronograma com relação à data de início do estudo e outras etapas, uma vez que este ainda se encontra em análise no Sistema CEP/Unifesp até a presente data. O início do estudo deve ter data compatível com a tramitação do protocolo no Sistema CEP/CONEP. Lembramos que nenhum estudo pode ser iniciado antes da aprovação pelo CEP/UNIFESP. No formulário de informações básicas da Plataforma Brasil, devem ser indicadas as principais etapas do projeto.

Resposta: A informação de início do estudo refere-se a levantamentos bibliográficos, pesquisa temática, importantes movimentos aproximativos que não trazem prejuízos éticos no aguardo da aprovação do Projeto pelo CEP/Unifesp.

3.2 Informar no período de término do projeto, o ano em que ocorrerá.

Resposta: Em agosto de 2020.

PENDÊNCIAS ATENDIDAS

Considerações Finais a critério do CEP:

- 1 - O CEP informa que a partir desta data de aprovação toda proposta de modificação ao projeto original deverá ser encaminhada por meio de emenda pela Plataforma Brasil.
- 2 - O CEP informa que a partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (semestralmente), e o relatório final, quando do término do estudo, por meio de notificação pela Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1410224.pdf	03/03/2020 21:18:20		Aceito

Endereço: Rua Botucatu, 740
Bairro: VILA CLEMENTINO CEP: 04.023-900
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)5571-1062 Fax: (11)5539-7162 E-mail: cep@unifesp.br



Universidade Federal de São Paulo
Campus Baixada Santista

